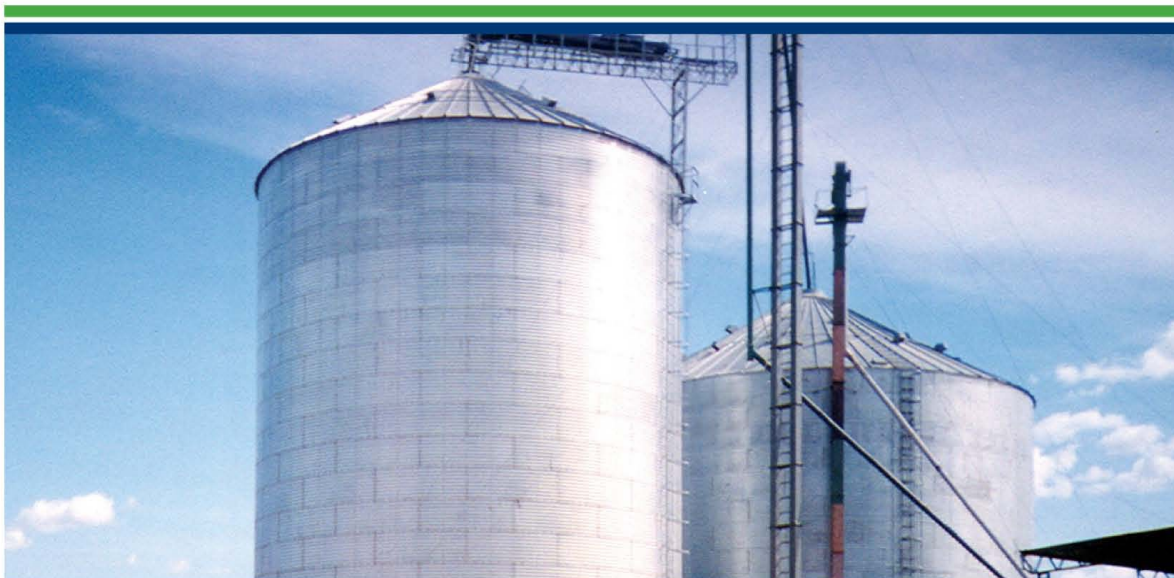




Relatório de Gestão

do Exercício de 2011

Sureg-TO



Palmas, 2012

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD
JOSÉ CARLOS VAZ
Presidente

EVANGEVALDO MOREIRA DOS SANTOS
JOSÉ GERALDO FONTELLES
BOAVENTURA TEODORO LIMA
EDILSON GUIMARÃES
CARLOS CARBONI
Membro

CONSELHO FISCAL - CONFINS
FRANCISCO WAINE MOREIRA
Presidente

RENATO LIMA DE CARVALHO
JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEN
Membros

DIRETORIA COLEGIADA
EVANGEVALDO MOREIRA DOS SANTOS
Presidente
ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo
JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Financeiro
MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento
SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TOCANTINS
VILMONDES DE CASTRO MACEDO
Superintendente
BENEDITO MANUEL DE AGUIAR
Gerente Financeiro e Administrativo
WALDIR CÂNDIDO ALVES
Gerente de Operações

BENEDITO MANUEL DE AGUIAR
PAULO ROBERTO BEZERRA
ELAINE SOARES DE OLIVEIRA
Elaboração

Superintendência Regional do Tocantins
Endereço: Quadra 103 Norte, Rua NO-01, Lotes 33 e 35 - PDN CEP: 77.001-016
Fax: (63)3215-2946 Fone: (63)3218-7408

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPA

Companhia Nacional de Abastecimento
Conab

Superintendência Regional do Tocantins
SUREG/TO

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, da Portaria TCU Nº123, de 12 de maio de 2011, e das orientações do órgão de controle interno na forma prescrita Portaria nº2546 e na Norma de Execução/CGU/nº03, de 27/12/2010.

Palmas/TO
2012

Apresentação	
1- INFORMAÇÕES BÁSICAS	11
1.1.1-Identificação	11
1.1.2-Principais Gestores	13
1.1.3-Organograma da Conab SUREG/TO	14
1.1.4-Declaração do Contador	15
1.1.5-Declaração SIASG	16
1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos	17
1.2.1- Planejamento Estratégico	19
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos	21
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda	21
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	23
1.2.2.3 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	24
1.2.2.4 – Macroprocesso de Prestação de Serviços	26
1.2.2.5 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	27
1.2.2.6 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	29
1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos	31
2 – ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO	33
2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão	34
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios	35
3 – SUSTENTAÇÃO DE RENDA	35
3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda	35
3.2 - Intervenções Realizadas em 2011	36
3.2.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	36
3.3 – Principais Indicadores de Desempenho	41
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO	44
4.1 – Vendas dos Estoques Públicos	44
4.1.1 – Vendas em Leilões Públicos	44
4.1.2 – Venda para Escoamento do Produto - VEP	44
4.2 – Vendas dos Estoques Públicos	44
4.3 - Principais Indicadores de Desempenho	45
5 – ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO	48
5.1 – Principais indicadores de desempenho	48
6 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	49
6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros	50
6.1.1 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros	50
6.2 – Em 2011 não ocorreu intervenção de serviços de leilões de terceiros envolvendo a SUREG/TO.	50
6.3 – Análise sobre os principais resultados da prestação dos serviços de classificação de produtos agrícolas	50
6.4 – Principais Indicadores de Desempenho	50
7 - ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO	50
7.1 – Rede Armazenadora	50

7.1.1 – Serviços de Manutenção (Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns da CONAB).	51
7.1.2 – Rede Armazenadora Contratada	52
7.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos	52
7.2.1 – Quadro de Fiscais da Regional	52
7.2.2.1 - Fiscalização dos Estoques Públicos	53
7.2.2.2 – Perdas	54
7.2.2.3 – Desvios	54
7.2.3 – Fiscalizações da Operações de Garantia e Sustentação de Renda	54
7.3 – Remoção de Produtos	54
7.3.1 – Remoção de Produtos dos Estoques Públicos	54
7.3.2 – Remoção de Produtos do PAA com e sem ônus.	55
7.4 – Principais indicadores de desempenho	56
8. GESTÃO TECNOLÓGICA	59
9. GESTÃO ESTRATÉGICA	59
10 – GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES	59
10.1- Levantamento de Safras	59
11. GESTÃO DE PESSOAS	62
11.1 – Distribuição de Empregados	62
11.2 - Sistema de Comunicação	63
11.3 – Melhoria do Clima Organizacional	63
11.4 – Ações de Capacitação	63
11.5 - Composição e Custos de Pessoal	64
11.5.1 – Quadro de Pessoal Ativo	65
11.5.2 – Distribuição dos Empregados – Por Faixa Etária - 2011	67
11.5.3 – Distribuição dos Empregados Aposentados	68
11.5.4 – Admissões, Demissões e Transferências	68
11.5.5 - Perspectivas de Aposentadoria	69
11.5.6 - Recomposição do Quadro de Pessoal	70
11.5.7 – Quadro de Estagiários	70
11.5.8 – Assistência Médica e Odontológica aos Empregados e seus Dependentes	71
11.5.9 – Assistência Médica Empregados - Exames Periódicos	71
11.5.10 - Capacitação	71
11.5.11 – Mão de Obra Terceirizada	72
11.6 – Análise de Operacional e Orçamentária de Entidade de Previdência Complementar Patrocina pela CONAB - CIBRIUS	73
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL	73
12.1 – Análise da Execução orçamentária	73
12.1.1 - Programas	73
12.1.1.1 – Programa 0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar	73
12.1.1.2 Programa 0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária	74
12.1.1.3 Programa 0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	75
12.1.2 – Principais Ações dos Programas	75
12.1.2.1 – (2130) - Formação de Estoques Públicos	76
12.1.2.2 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos	79

Agropecuários

12.1.2.3 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	85
12.1.2.4 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	85
12.1.2.5- (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	87
12.1.2.6 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	90
12.1.2.7 - A distribuição das despesas ocorreram conforme detalhamento seguinte.	92
12.1.2.8 – (2011) Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	93
12.1.2.9 - (2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	96
12.1.2.10 - (2272) Gestão e Administração do Programa	99
12.1.2.11 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	102
12.1.2.12- (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	106
12.1.2.13 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	108
12.1.2.14 - Outras Ações	109
12.1.2.14.1 – Distribuição de Alimentos - Ministério da Integração Nacional - MI	109
12.1.2.14.2 – Distribuição de Alimentos - MDS	109
12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar	111
12.2.1– Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	111
12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Exercício	112
12.4 – Informações sobre Transferência Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso e Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congeneres, vigente no exercício de referência. Não se Aplica a SUREG/TO.	117
12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76	117
12.6 – Composição dos Investimentos da Empresa	141
12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	146
12.8 – Parecer de Auditoria Independente	147
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	150
13.1 – Informações sobre o Controle Interno	150
13.2 - Informações sobre o funcionamento do Sistema de controle interno da UG.	151
13.3 – Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno.	157

Apresentação

O presente Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado do Tocantins (SUREG/TO), relativo ao exercício de 2011, foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, de 01 de setembro de 2010, da DN TCU nº 108, de 24 novembro de 2010, da Portaria – TCU nº123, de 12 de maio de 2011, e das orientações do órgão de controle interno na forma das Orientações Complementares constantes na Portaria nº2546 e na Norma de Execução/CGU/nº03, de 27/12/2010.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

A exemplo dos exercícios anteriores, ressaltamos que as atividades da SUREG/TO são resultantes de decisões tomadas no âmbito da Matriz, desde a fase de planejamento até a definição das metas e objetivos esperados.

Cabe registrar que “Não se APLICA” ou não houve ocorrências no período na CONAB/SUREG-TO, para os itens 5, 8, 9, e 11.6 do Anexo II, PARTE D - UNIDADES JURISDICIONADAS COM RELATÓRIOS DE GESTÃO CUSTOMIZADOS, da DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010. Porém, a fim de manter a sequência proposta, foram mantidos os itens no índice e no corpo do relatório.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da SUREG/TO, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Vilmondes de Castro Macedo
Superintendência Regional do Tocantins
Superintendente

1 - LISTA DE QUADROS, TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS		
QUADRO	001	Macroprocesso de Sustentação da Renda
QUADRO	002	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento
QUADRO	003	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros
QUADRO	004	Macroprocesso de Prestação de Serviços
QUADRO	005	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos
QUADRO	006	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos
FIGURA	001	Mapa Estratégico Corporativo
FIGURA	002	Evolução dos Recursos Aplicados pela Conab no PAA
QUADRO	007	Aquisições por meio da CDAF
QUADRO	008	Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS
QUADRO	009	Programa de Aquisição de Alimentos – no instrumento CPR-DOAÇÃO.
QUADRO	010	Demonstrativo de Vendas em Balcão
QUADRO	011	Demonstrativo Estoque Médio com Produtos de Terceiros
QUADRO	012	Demonstrativo de Receita Armazenagem com Produtos de Terceiros
QUADRO	013	Manutenção e Adequação das UA's - Processos Autorizados
QUADRO	014	Demonstrativo Posição dos Estoques Público - Armazéns Terceiros
QUADRO	015	Fiscais da regional na ativa
QUADRO	016	Perdas Quantitativas e Qualitativas – 2011
QUADRO	017	Quadro 017 - Demonstrativo de Fiscalização por Instrumento 2008/2011
QUADRO	018	Quadro 018 - Remoções de Produtos dos Estoques Públicos - PGPM
QUADRO	019	Quadro – 019 – Remoção de Produtos do PAA
QUADRO	020	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2009/10 e 2010/11
QUADRO	021	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola Safra 2010/11 e 2011/12
QUADRO	022	Transferências Internas
QUADRO	023	Alteração de Função/Espaço Ocupacional
QUADRO	024	Ações de Treinamento

1 - LISTA DE QUADROS, TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS		
QUADRO	025	Composição do Quadro de Recursos Humanos
QUADRO	026	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
QUADRO	027	Distribuição por área comparativa 2010 e 2011
QUADRO	028	Composição do Quadro de Recursos Humanos
QUADRO	029	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade
QUADRO	030	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária
GRÁFICO	001	Distribuição dos Empregados Aposentados
QUADRO	031	Faixa Etária X Tempo de Trabalho
QUADRO	032	Perspectivas de Aposentadoria
QUADRO	033	Composição do Quadro de Estagiários
QUADRO	034	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva
QUADRO	035	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra
QUADRO	036 7	Demonstrativo de Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela UJ
QUADRO	037	Demonstrativo de Despesas na Formação de Estoque Públicos
QUADRO	038	Metas e execução Ação (2137)
QUADRO	039	Metas e execução Ação (8579)
QUADRO	040	Metas e execução Ação (2011)
QUADRO	041	Metas e execução Ação (2212)
QUADRO	042	Metas e execução Ação (2272)
QUADRO	043	Pregão Eletrônico e Concorrência realizados no exercício de 2011
QUADRO	044	Demonstrativo de Cotações Eletrônicas realizadas no exercício de 2011
QUADRO	045	Demonstrativo de Contratos Administrativos vigentes no exercício de 2011
QUADRO	046	Metas e execução Ação (4711)
QUADRO	047	Metas e execução Ação (4572)
QUADRO	048	Metas e execução Ação (0022)
QUADRO	049	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

1 - LISTA DE QUADROS, TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS		
QUADRO	050	Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios
QUADRO	051	Demonstrativo de Restos a Pagar Inscritos no SIAFI – ano 2009
QUADRO	052	Demonstrativo de Restos a Pagar Inscritos no SIAFI – ano 2010
QUADRO	053	Demonstrativo de Restos a Pagar Inscritos no SIAFI – ano 2011
QUADRO	054	Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ
QUADRO	055	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

1.1.1 - Identificação

Identificação da UJ			
Poder e Órgão de vinculação			
Poder: EXECUTIVO			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO Superintendência Regional de Tocantins - SUREG/TO			
Denominação abreviada: SUREG/TO			
Código SIORG: 087241	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 135337	
Situação: EM FUNCIONAMENTO			
Natureza Jurídica: EMPRESA PÚBLICA			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(63) 3215-2946	(63) 3218-7408	
Endereço Eletrônico: to.secof@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Quadra 103 Norte, Rua NO-01, Lotes 33 e 35 – PDN – Centro - Palmas			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.407, de 25/03/2008			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Legislação de Armazenagem: Decreto nº 1.102, de 21/11/1903; Decreto nº 3.855, de 03/07/2001 e Lei nº 9.973, de 29/05/2000.			
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
MOC – Manual de Operações, NOC – Normas da Organização, Regulamento de Pessoal e Regimento Interno			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código	UG	Nome	
22211	135337	SEDE SUREG Tocantins	
22211	135338	Unidade Estoque Estratégico Tocantins	
22211	135339	Unidade PGPM Tocantins	
22211	135340	Unidade Armazenadora de Araguaína	
22211	135417	Unidade Armazenadora Rio Formoso	
22211	135444	Unidade Mercado de Opções Tocantins	
22211	135560	Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	

Com sede em Palmas, a SUREG/TO está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

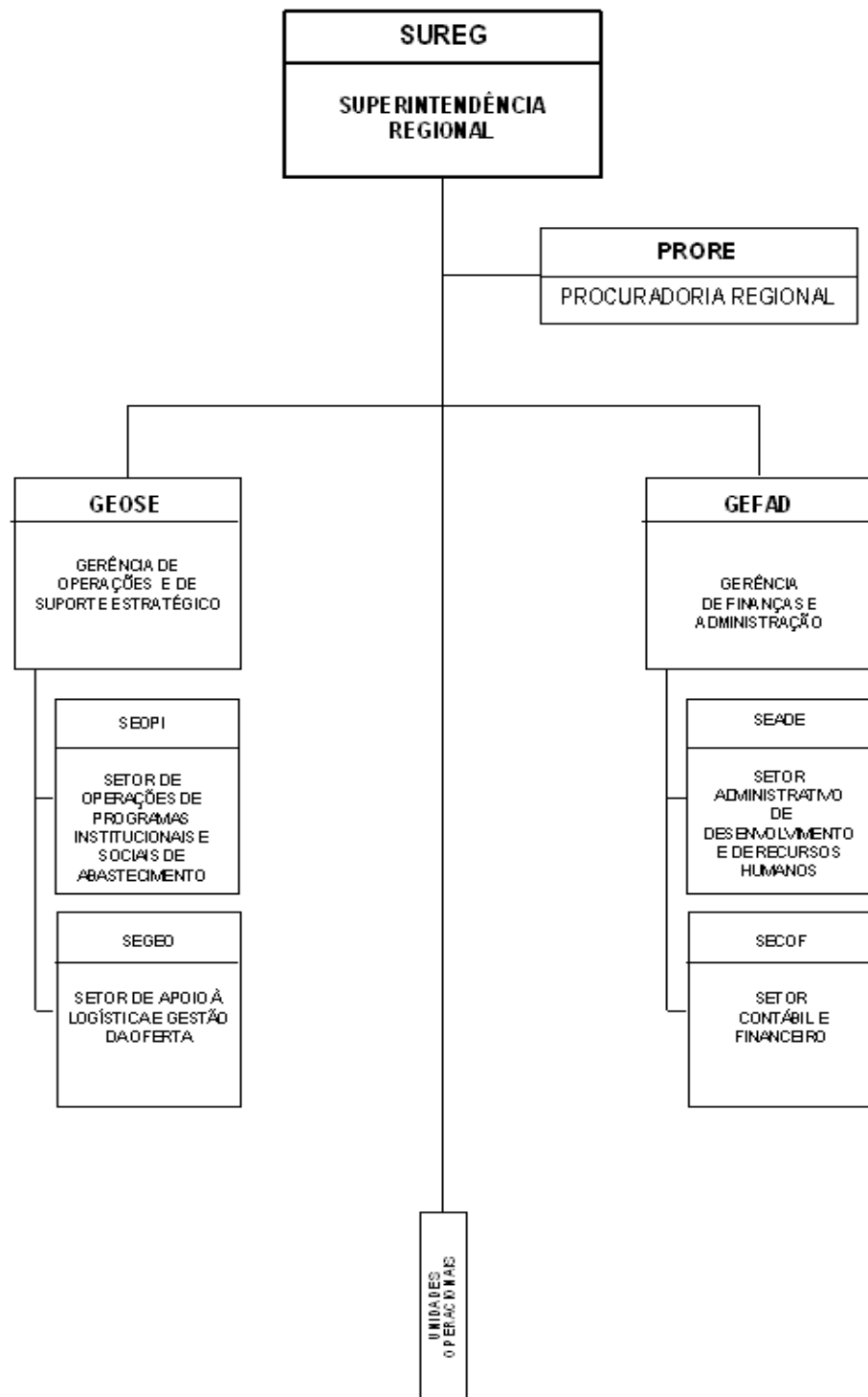
- I. Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V. Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

1.1.2– PRINCIPAIS GESTORES

ORGÃO: 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO UG: 135337 – CONAB SEDE SUREG- TO SEQ:001 - DIRIGENTE MÁXIMO TIPO: TITULAR AGENTE: 114.669.011-87 – VILMONDE DE CASTRO DE MACEDO EMAIL: VILMONDES.MACEDO@CONAB.GOV.BR ENDEREÇO: QUADRA 110 SUL ALAMEDA 01 LOTE 06 MUNICÍPIO: 9733 – PALMAS UF: TO CEP: 77020-142 CARGO: SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TOCANTINS DESIGNAÇÃO: 11/02/2003 PORT.071/03
ORGÃO: 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO UG: 135337 – CONAB SEDE SUREG- TO SEQ:001 - DIRIGENTE MÁXIMO TIPO: SUBSTITUTO AGENTE: 097.463.821-87 – WALDIR CANDIDO ALVES EMAIL: WALDIR.ALVES@CONAB.GOV.BR ENDEREÇO: QUADRA 603 SUL – ALAMEDA 14 LOTE 25 MUNICÍPIO: 9733 – PALMAS UF: TO CEP: 77016-374 CARGO: GERENTE DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATEGICO DESIGNAÇÃO: 05/03/2003 PORT.114/03
ORGÃO: 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO UG: 135337 – CONAB SEDE SUREG- TO SEQ:001 TIPO: TITULAR AGENTE: 097.463.821-87 – WALDIR CANDIDO ALVES EMAIL: WALDIR.ALVES@CONAB.GOV.BR ENDEREÇO: QUADRA 603 SUL – ALAMEDA 14 LOTE 25 MUNICÍPIO: 9733 – PALMAS UF: TO CEP: 77016-374 CARGO: GERENTE DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATEGICO DESIGNAÇÃO: 05/03/2003 PORT.114/03
ORGÃO: 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO UG: 135337 – CONAB SEDE SUREG- TO SEQ:001 – GESTOR DE DESPESAS TIPO: SUBSTITUTO AGENTE: 098.205.661-34 – OTONIEL DE ABREU R. S. CAMPOS EMAIL: OTONIEL.ROCHA@CONAB.GOV.BR ENDEREÇO: QUADRA 404 SUL ALAMEDA 02 LOTE 18 MUNICÍPIO: 9733 – PALMAS UF: TO CEP: 77021-600 CARGO: GERENTE DA GEOSE
ORGÃO: 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO UG: 135337 – CONAB SEDE SUREG- TO SEQ:001 – GESTOR DE DESPESAS TIPO: TITULAR AGENTE: 261.919.971-91 – BENEDITO MANUEL DE AGUIAR EMAIL: BENEDITO.AGUIAR@CONAB.GOV.BR ENDEREÇO: QUADRA 103 SUL – RUA SO 01 LOTE 20 - APTº 02 MUNICÍPIO: 9733 – PALMAS UF: TO CEP: 77015-014 CARGO: GERENTE DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD DESIGNAÇÃO: 30/09/2007 PORT.192 DE 02/10/2007
ORGÃO: 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO UG: 135337 – CONAB SEDE SUREG- TO SEQ:001 – GESTOR DE DESPESAS TIPO: SUBSTITUTO AGENTE: 194.371.174-15 – PAULO ROBERTO BEZERRA EMAIL: PAULO.BEZERRA@CONAB.GOV.BR ENDEREÇO: QD 1204 SUL, ALAMED 02, LOTE 29 - PDS MUNICÍPIO: 9733 – PALMAS UF: TO CEP: 77019-520 CARGO: GERENTE DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD

1.1.3 - Organograma da Conab/SUREG - Tocantins



1.1.4 – Declaração do Contador



DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação Completa(UJ):		Código UG:	
CONAB/Sede Sureg Tocantins		135337	
CONAB/UEE/T0 Unidade do Estoque Estratégico		135338	
CONAB/PGPM/T0		135339	
CONAB/UA Araguaína/T0		135340	
CONAB/UA Rio Formoso/T0		135417	
CONAB/Mercado de Opção		135444	
CONAB/Agricultura Familiar		135560	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI(Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Jurisdicionadas que apresentam Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Palmas/T0	Data	31/03/2011
Técnico Responsável	Benedito Manuel de Aguiar	CRC nº	8.061

1.1.5 – Declaração SIASG



DECLARAÇÃO SIASG

Declaramos, para os devidos fins, que as informações referentes aos **Contratos** estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Vilmondes de Castro Macedo
Superintendência Regional de Tocantins
Superintendente

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

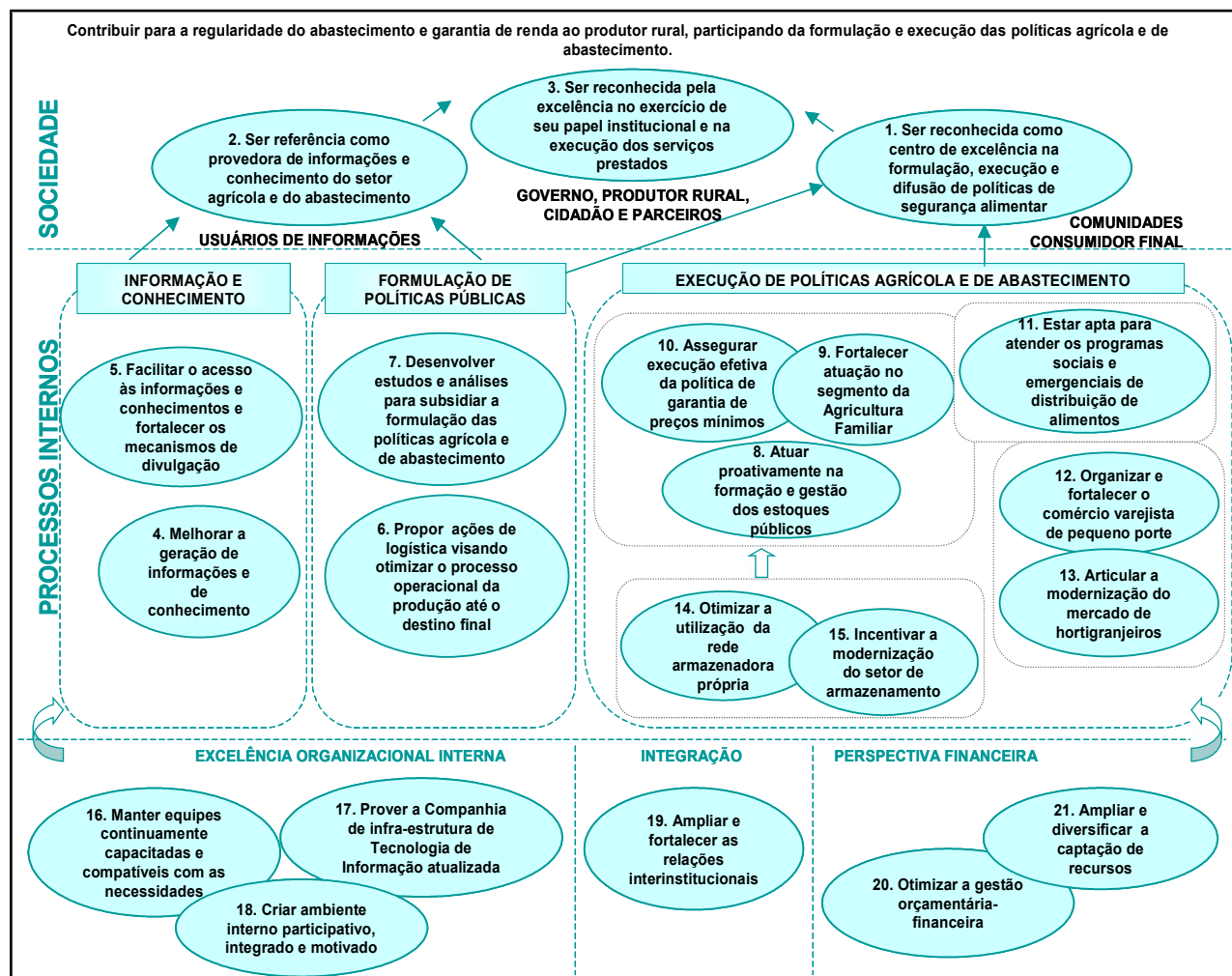
Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard - BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura I– Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;

b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;

c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;

d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e

e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.1 – Planejamento Estratégico

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua operacionalmente em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

➤ **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos Safra.

➤ **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.

➤ **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.

➤ **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição

exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

➤ **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

Conforme foi constatado e informado no RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECIAL Nº 00190.021911/2011-41-A da Controladoria Geral da União, o Planejamento Estratégico, conforme previsto nas deliberações do Conselho de Administração da Companhia, ocorridas na 141ª Reunião, de 16.11.2004, registram a apresentação das ações conduzidas pela Conab sobre a implantação do Planejamento Estratégico, a partir da exposição feita pela empresa Symnetics, contratada para tal fim. Também, a 145ª Reunião do CONAD, ocorrida em 12.04.2005, menciona a reunião com as Sureg's cujo escopo é a primeira Reunião de Avaliação Estratégica - RAE, após a implantação do referido Planejamento. O VOTO PRESI N.º 02/04 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CONAB, subscrito pelo então Presidente da CONAB, em 07.12.2004, propõe a aprovação do planejamento, registrando a sua importância, no sentido de que irá permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da Missão institucional da Companhia, bem como dos objetivos estratégicos, dos indicadores de avaliação, das metas e das iniciativas ou projetos.

Ainda, conforme MEMÓRIA DE REUNIÃO, assinada em 20.08.2007, de reunião ocorrida entre o então presidente, nomeado em 21.07.2007, a chefia de gabinete e o grupo gestor da estratégia, designado pela Portaria Presi nº 88, de 11.07.2006, com o objetivo de apresentar o Planejamento Estratégico da Conab, abordando o histórico da elaboração e estágio de implementação e a necessidade de “retomada” dos trabalhos pertinentes que se encontravam desacelerados, em função da expectativa de mudanças no comando da Conab, registrou-se, também, que esta “retomada” envolveria uma série de definições/decisões, entre elas: o desdobramento do planejamento para as Sureg's; a realização das pesquisas internas e externas; a atualização da estratégia; a revisão de metas; a definição de cronograma das RAEs; a solução de pendências em relação aos indicadores, a gestão das iniciativas estratégicas e o fortalecimento da comunicação.

Apesar do empenho e preocupação do Grupo Gestor demonstrada naquela reunião, ficou constatada a descontinuidade na implementação do planejamento, seja da proposta elaborada no âmbito do projeto financiado com recursos externos – PNUD, ou outra que possa tê-lo substituído, contendo as prioridades e diretrizes institucionais de investimentos e custeio, necessárias a orientar os processos de gestão administrativa e operacional da Companhia, dada a complexidade e diversidade de suas ações, desfavorece, até hoje, a adequada alocação da força de trabalho, a medição do desempenho individual e institucional, bem como a agregação de outras atividades finalísticas.

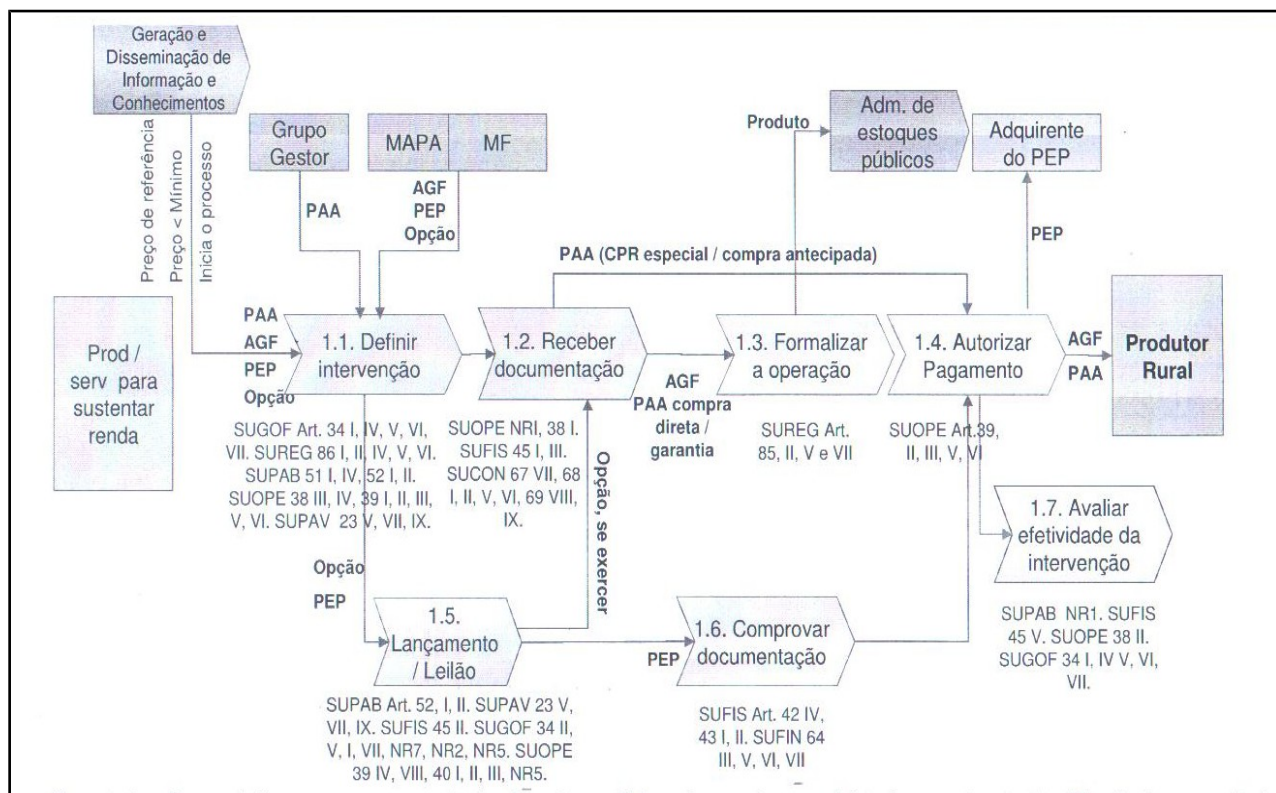
Assim, a SUREG/TO, como parte da estrutura operacional descentralizada da Companhia, atuou somente nas atividades demandadas e planejadas pela Matriz, buscando os melhores resultados possíveis dentro de prazos adequados e considerando a estrutura e recursos que dispõe, o que continuará ocorrendo até que seja feita avaliação da situação atual das diretivas internas que orientam as atividades da Companhia nos níveis estratégico, tático e operacional, com vistas à formulação e institucionalização do Planejamento Estratégico da Conab.

1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Quadro 001 – Macroprocesso de Sustentação da Renda



A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** permite ao governo garantir o preço mínimo ao produtor rural e/ou sua cooperativa, mediante a aquisição direta, ou seja, com a compra direta e pagamento à vista, de produto constante da pauta da PGPM. Esta operação é realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, condicionada ao repasse, pelo Tesouro Nacional, dos recursos para a operacionalização da aquisição. Os beneficiários devem atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento, quando manifestada a intenção de vender sua produção.

Posteriormente, com a abertura da economia brasileira e a necessidade de modernizar o sistema de apoio à agropecuária, foram lançados outros mecanismos, como a seguir descritos.

- **Contrato de Opção:** possibilita ao Governo Federal fazer aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que quer comprar,

beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Tem como objetivo proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra. Objetiva também melhorar a execução das políticas oficiais de sustentação e regulação dos preços agrícolas no mercado interno.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito - mas não a obrigação - de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

O exercício da Opção de Venda, pelo produtor ou cooperativa, é interessante quando o preço de exercício, situar-se acima da expectativa de mercado para a época de vencimento do contrato.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** possibilita ao governo garantir o preço mínimo ao produtor ou cooperativa sem que haja necessidade de adquirir o produto. Consiste em uma subvenção econômica concedida a segmento definido em Aviso específico, a ser arrematado em leilão público, para aquisição de produtos pelo valor de referência garantido pelo Governo Federal, que é utilizada posteriormente pelo arrematante que se compromete a promover o escoamento para as regiões de consumo previamente estabelecidas, conforme as condições previstas no Regulamento para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto PEP N.º 002/10 e Avisos específicos. Mediante os leilões realizados ocorre o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, decomposto a partir do preço de paridade de importação até a unidade federativa de produção. Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.
- **Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP):** subvenção econômica concedida em leilão público a segmento previamente definido que se dispõe a adquirir determinado produto, em data futura, diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda. Funciona de modo similar ao Contrato de Opção de Venda e ao PEP. No entanto, quem lança os contratos é o setor privado. No caso do PROP, primeiramente há interesse na garantia de renda ao produtor rural ou sua cooperativa e que a mercadoria migre da zona de produção para a de consumo. É uma política que contempla os setores diretamente envolvidos na cadeia produtiva mas, principalmente, é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em momento de baixa nas cotações.
- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida em leilão público ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação. Operacionalmente é semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado

Este tipo de operação é utilizado quando o Governo Federal tem estoques em locais distantes dos centros de consumo e necessita deslocá-los até as regiões consumidoras.

- **Vendas em Leilão Público:** Ocorre quando o Governo dispõe de estoques públicos e quando há a necessidade intervenção oficial no mercado para regular preços e para abastecer segmentos consumidores por meio de escoamento subvencionado (VEP). As operações (com ou sem subvenção) obedecerão ao Regulamento para Operacionalização da Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos nº 004/04, publicado no Diário Oficial da União na sua edição de 30/12/2004 e aos Avisos específicos. A intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais.
- **Vendas em Balcão:** programa que objetiva garantir, de forma contínua e sistematizada, o suprimento regular de insumos, por meio da disponibilização de estoques oficiais a preços de mercado e compatíveis com os praticados em pregões públicos.

Trata-se de um programa destinado aos pequenos criadores rurais e agroindústrias de pequeno porte, voltado à comercialização de produtos agrícolas, e que permite o acesso dos beneficiários, por meio de venda direta, aos estoques governamentais, tendo em vista que essa clientela dificilmente teria condições de participar de leilões públicos. Embora de abrangência nacional, o maior volume de negócios tem ocorrido no Nordeste e no Sul do país.

Por fim, vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

1.2.2.3 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos -PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

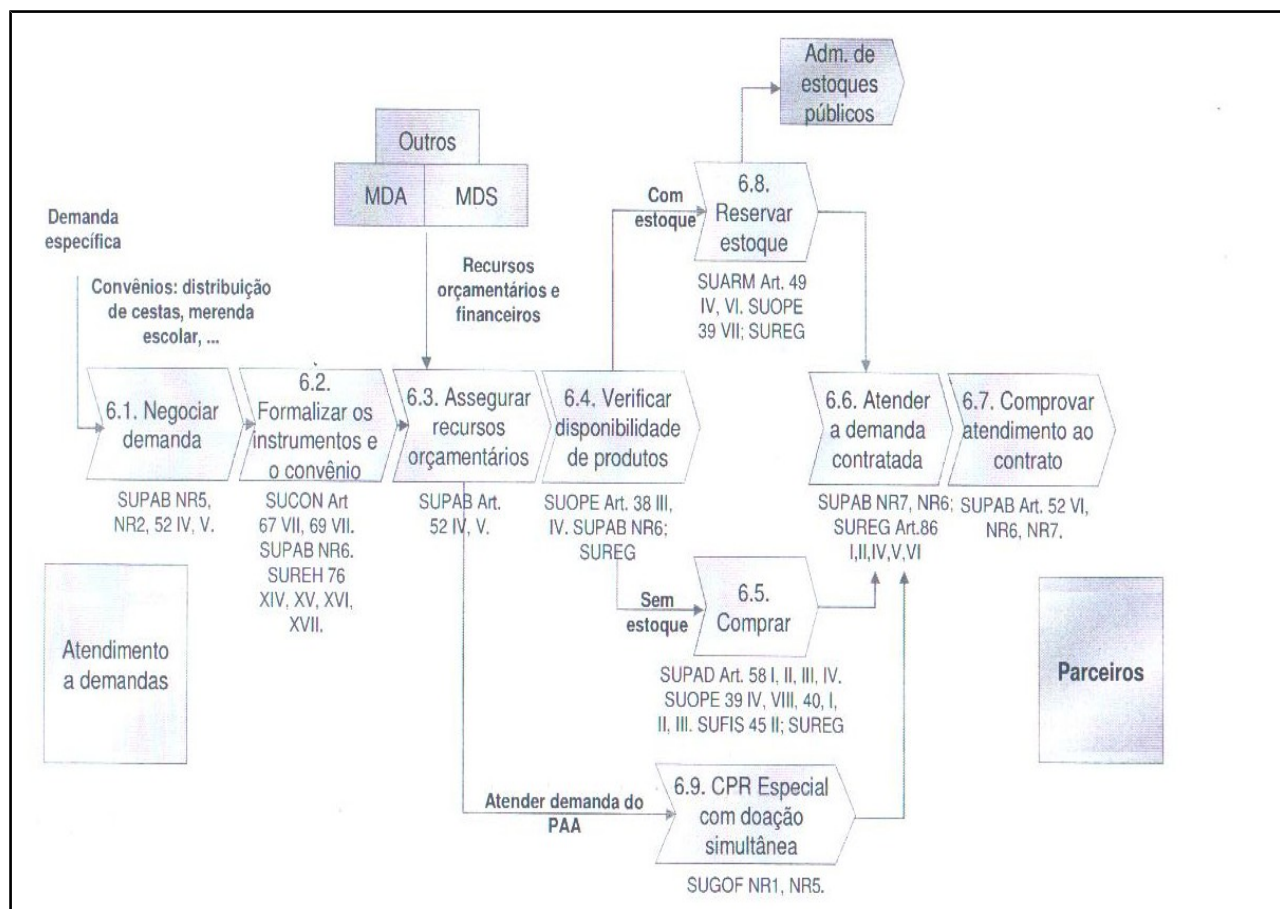
A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e

relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

Quadro 003 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, que por sua vez é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções. Os recursos são providos pelos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

– **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR - Estoque.** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de até 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural - CPR, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

– **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR - Doação.** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se:

- a) produtos *in natura* da safra vigente;
- b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto;
- c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e
- d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

– Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da Conab - MOC. Quanto aos preços praticados na CPR - Doação e CPR - Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

– **Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF**, tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no PRONAF, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil).

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

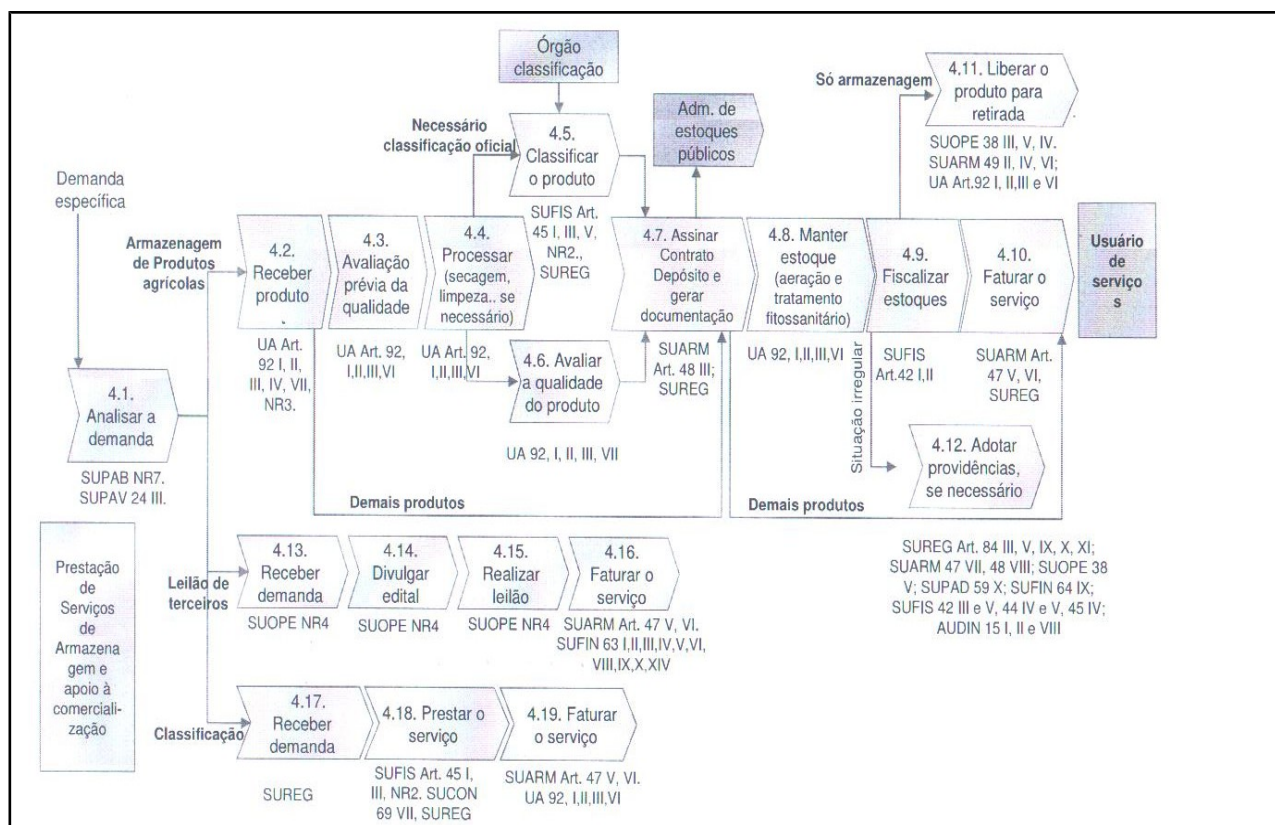
Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, FUNASA, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional - OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

1.2.2.4 – Macroprocesso de Prestação de Serviços

A Conab, por meio de suas Unidades Armazenadoras (UA'S), oferece serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

A SUREG/TO não está habilitada para prestação de serviços de classificação, conforme relação disponível no MOC - TÍTULO 09 – CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS - Documento 2 – Entidades Prestadoras de Serviços de Classificação, sendo que para tal serviço são contratadas as empresas classificadoras de produtos agropecuários credenciadas.

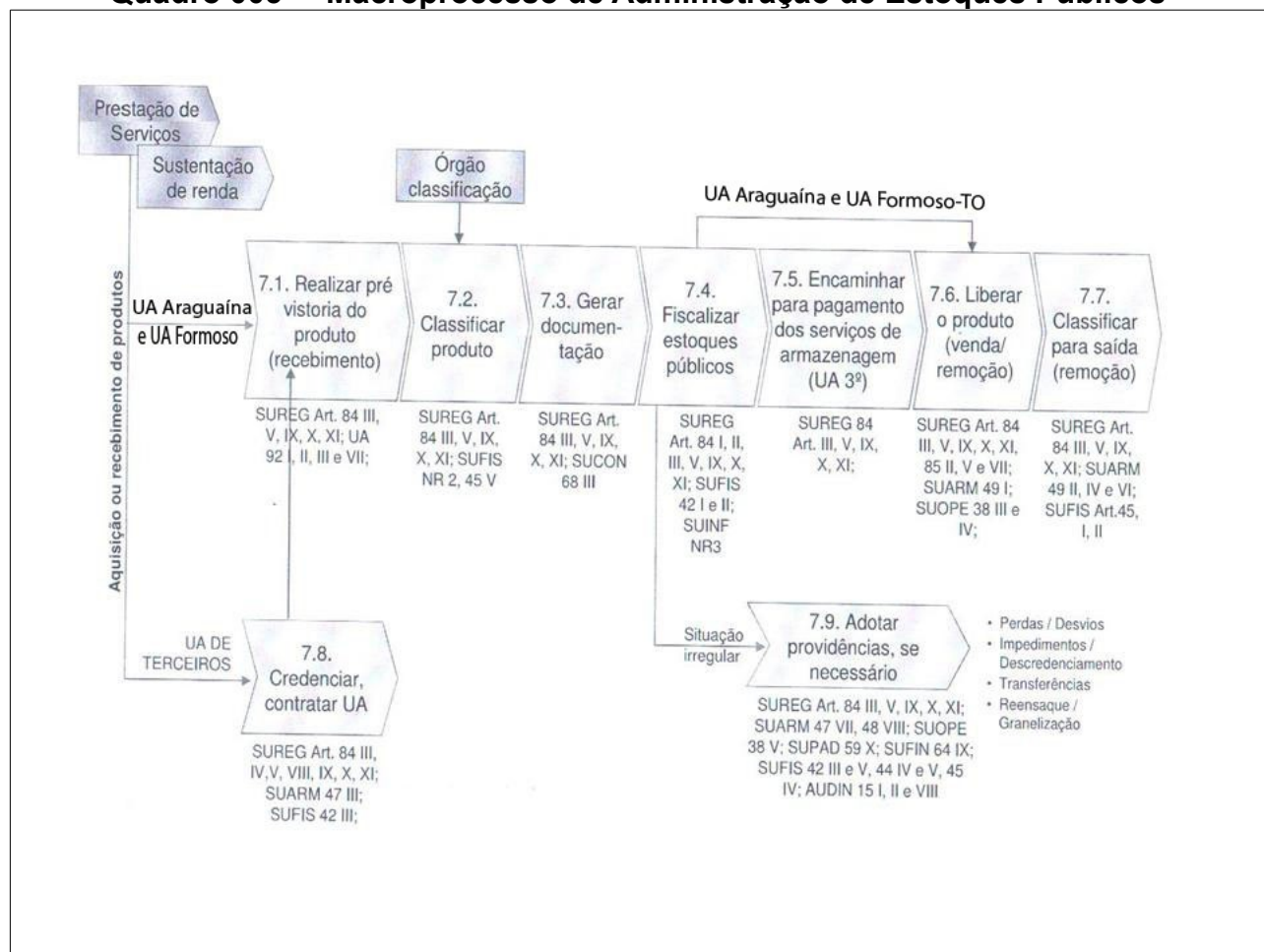
Quadro 004 – Macroprocesso de Prestação de Serviços



1.2.2.5 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

A prestação de serviço essencial da Companhia é voltada para formação e fiscalização dos estoques públicos, bem como, administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), não só nos armazéns próprios, mas principalmente daqueles mantidos nos armazéns privados que são contratados, tendo em conta que a capacidade da Companhia é mínima diante das necessidades de armazenagem demandada pelo Governo Federal.

Quadro 005 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



A SUREG/TO atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no estado de Tocantins. De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora com 2 unidades destinadas a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa e/ou dos quais participa (beneficiamento, comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a SUREG/TO participa na manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, realizando operações de cadastramento e recadastramento, em âmbito regional ou a disposição de outras Superintendências.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles com as condições técnicas para abrigar os estoques governamentais, os quais poderão ser credenciados, a depender do interesse dos seus proprietários.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos (remoção), que tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção (safras novas), além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes.

Como ação extremamente relevante para a gestão dos estoques, durante todo o ano é realizada Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares sob sua guarda, procedendo sistematicamente, a avaliação das condições técnico-operacionais das Unidades Armazenadoras; o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa dos estoques, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques governamentais, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento. Nessa Ação, inclui-se também as fiscalizações especiais do agronegócio, objetivando o acompanhamento da correta aplicação dos instrumentos de apoio a comercialização (PEP, PROP, PEPRO).

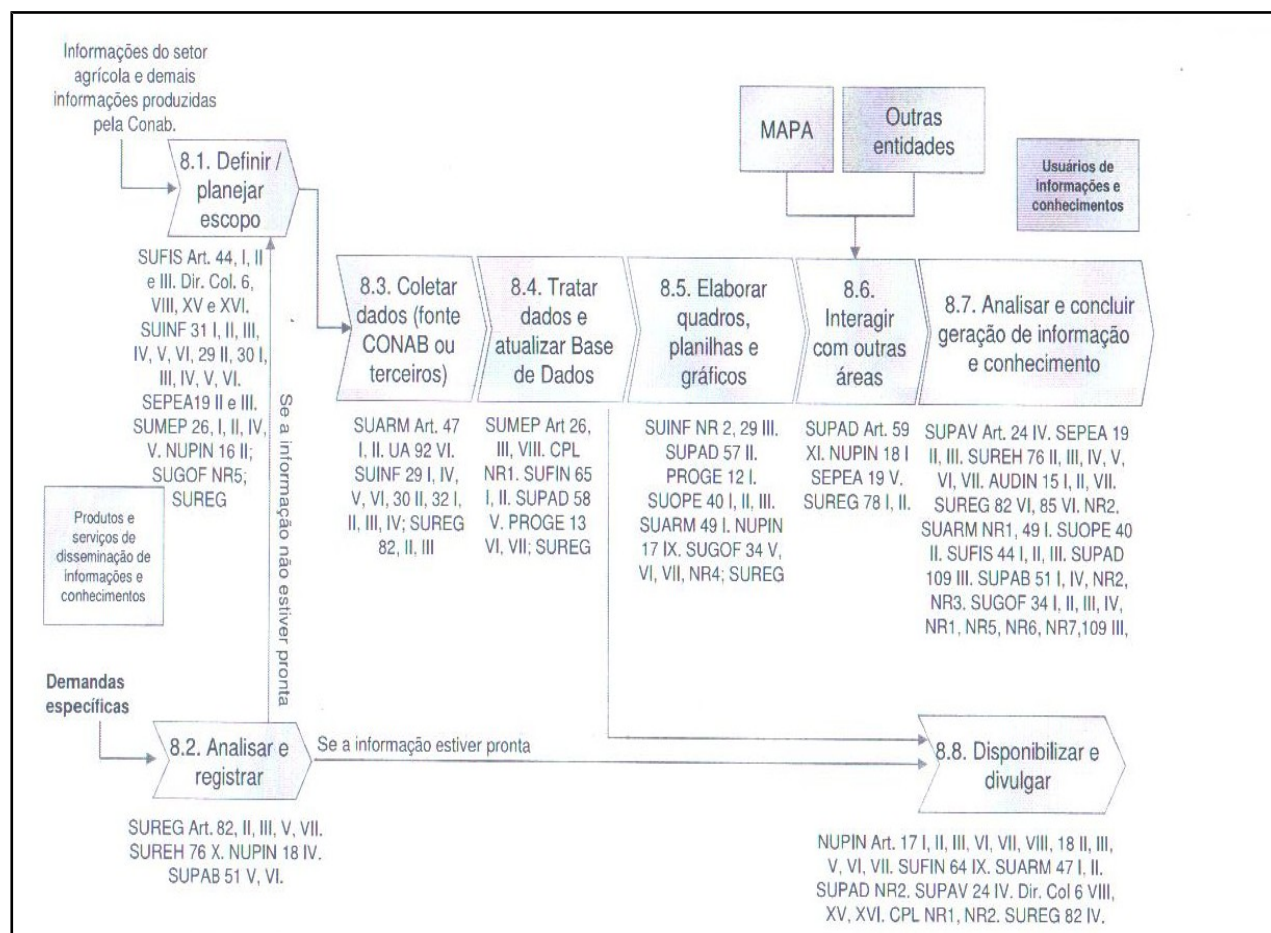
Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contam com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento.

1.2.2.6 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato de Opção, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto – VEP, Programa de Venda Balcão e, dados referentes à Agricultura Familiar.

Quadro 006 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante os Levantamentos de Safras Agrícolas realizados pela Conab, são de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas, atividade que vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação, fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano, animal e industrial, obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano safra. O conceito de ano safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano

civil. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam no segmento agro-produtivo, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Os levantamentos do prognóstico são realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tornando harmônico o processo das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto **SIGABrasil**, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos

Considerando a missão institucional da Conab e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao

armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela SUREG/TO estão inseridas em 03(três) programas do PPA, distribuindo-se em Diversas Ações, todas coordenadas pela Matriz. São realizadas, também, atividades em atendimento a convênios e outros tipos de transferências orçamentárias/financeiras.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas sob responsabilidade da SUREG/TO esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas e Ações, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Especificamente na área de atuação da SUREG/TO, a Ação Formação de Estoques contou, em 2011, teve alocação de recursos orçamentários da ordem de R\$ 815.772,95(oitocentos e quinze mil setecentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos), com previsão de que não haveria espaço para novas aquisições se considerada a situação regional, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, que elevaram os preços recebidos pelos produtores de milho. Desta forma, não houve demanda para intervenções do Governo Federal por meio de leilões nos instrumentos de subvenção (PEP e PEPRO) e por aquisições diretas – AGF e Contrato de Opção. O recurso orçamentário foi previsto basicamente para manutenção e despesas de armazenagem dos estoques existentes.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas, com as doações, famílias de trabalhadores rurais, que se encontram acampadas no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

No decorrer do exercício de 2011, observou-se que dos muitos problemas, principalmente os que se referem a estrutura física e recursos humanos, estão se agravando.

A SUREG/TO atua desde 2002 em um prédio locado com 3(três) pavimentos com uma área útil de 720,00m² mais um anexo de 212,28m², perfazendo área total de 1.200m²., que vem apresentando nestes últimos anos uma situação inadequada quanto as acomodações físicas nas instalações gerais das gerências e setores, e, em particular na guarda de documentos gerados pela companhia, pois devida a infiltração de água no período chuvoso vem colocando não somente o corpo funcional, como também os arquivos existentes em risco. Esta situação a qual estamos passando neste momento será resolvida com a construção da nossa sede própria, cujas obras encontra-se em andamento.

As Unidades Armazenadoras localizadas em Formoso do Araguaia e Araguaína também apresentam problemas de estrutura física, conforme a série de demandas que foram apresentados para às áreas responsáveis, e fazem parte dos projetos de grande porte para manutenção dessas Unidades, mas ainda não autorizados. Identifica-se ainda, que para dar prosseguimento nos projetos propostos que se adequar o quadro de especialista, visto que não dispomos de técnicos suficientes para atender a toda a demanda, tais como engenheiros nas suas diversas especialidades de modo a atender aos requisitos legais quando da preparação dos editais de licitação.

O pequeno contingente de pessoal, tanto da área técnico-operacional, quanto das áreas que sofrem os reflexos indiretos dessas operações (contábil e administrativa), resume-se a 49 empregados em efetivo exercício, demonstrando que não foram tomadas por parte da administração central qualquer medida para sanear os problemas relatados no exercício de 2010, principalmente a preparação de novos empregados para substituir os muitos empregados estão em fase de pré-aposentadoria, visto que 16 empregados estão na faixa etária acima de 60 anos e 57 com idade superior a 50 anos, o que representa 57% do total de 128 empregados ou 64,6% dos 113 empregados em efetivo exercício.(Gefad)

Torna-se premente a necessidade de medidas que busquem a revitalização do quadro de RH da SUREG/TO, tais como, intensificar o treinamento dos atuais empregados, contratação de novos empregados; reenquadramento dentro das funções desenvolvidas e um plano de desligamento incentivado, de forma escalonado, contemplando a transferência de conhecimentos para os novos contratados, visando resguardar a cultura e a excelência técnica da organização.

De tais medidas, a que causa maior impacto é ausência de setor específico para tratar dos assuntos inerentes aos tributos, pois a legislação é extensa e com frequentes modificações, necessitando de atendimento especializado, mantendo no setor um conjunto de atividades com o mesmo objetivo: fiscal (tributos), bem como de um setor específico para tratar dos assuntos relacionados à área de Pessoal – qual seja, o Setor de Recursos Humanos presente em algumas das regionais no âmbito da Companhia.(Gefad)

No Setor Administrativo – SEADE sugere-se que o referido setor seja desmembrado, surgindo um que realize as atividades de contratações (licitações e dispensas) e outro de controle na área de pessoal.

Verificadas as soluções para os problemas estruturais, a inclusão das Suregs na sugestão dos níveis de investimentos e de custeio – compras de veículos, equipamentos, manutenções, melhorias nas instalações; participação nas pré-definições das operações de subvenção – volumes, regiões no Estado, produtos, preços, motivos e objetivos para a realização das mesmas; acompanhamento dos objetivos da política em seminários e tele-conferências internas da Companhia, favorecerá uma maior articulação de ações e eficácia nos resultados da Companhia, como um todo.

Reduzir tais limitações agregaria considerável potencial de ação à Sureg/TO, conduzindo o próximo exercício à produtividade e a melhoria de resultados para a vasta população com a qual está envolvida e/ou para seus beneficiários.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

Diferentemente da situação verificada no exercício 2010, referente a safra de milho em grãos, a elevação dos preços das commodities no mercado, tanto nacional quanto internacional, tornou desnecessária a atuação do Governo Federal em ações para sustentação de preços dos principais produtos produzidos e comercializados no Estado de Tocantins.

Desta forma, considerando a condição de grande produtor de três dos principais produtos incluídos na classificação de commodities agrícolas e alimentares (grãos, óleos vegetais, carnes, frutos do mar, açúcar, bananas e outras commodities que são base de alimentos para o consumo humano), não ocorreram operações na área sob jurisdição da Conab/Sureg-TO de qualquer dos instrumentos previstos na Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM para os produtos milho e soja em grãos.

Ao contrário, grande parte dos estoques de milho em grãos vinculados a PGPM, foram colocados a venda de forma a atender o abastecimento e a regulação de preços em regiões afetadas pela falta de produto, motivadas por quebra de produção ou aumento de consumo.

Como empresa pública, a Conab não participa em condições competitivas com o mercado na área em que atua. O objetivo de prestação de serviços de armazenagem para terceiros é praticamente irrelevante diante da atual capacidade estática disponível na região. O Estado de Tocantins dispõe atualmente de uma oferta superior a 27 milhões de toneladas de capacidade estática para armazenamento de grãos (convencional e graneleiro), diante do que a capacidade de armazenamento da Companhia tem uma representatividade inferior a 1%. Assim, entendemos que as unidades de armazenamento da Conab em Tocantins deverão se voltar para estimular o desenvolvimento de aprimoramento tecnológico na área de armazenagem e contribuir com o treinamento de mão de obra especializada, procedendo interação com as universidades e demais órgãos vinculados a produção agrícola.

Apesar de desenvolver grande volume de atividades para apoiar a comercialização de produtos agrícolas, a Conab/Sureg-TO não gera receitas próprias, visto que todo o processo de comercialização e de apoio, realização dos leilões para

operações de contratos de opção e vendas de produto são centralizados e controlados pelas respectivas áreas de cada instrumento na Matriz.

Como resultado dos incentivos que o Governo Federal oferece aos produtores agrícolas, por meio das ações empreendidas pela Conab, a cada ano, melhora o sistema de produção, a produtividade aumenta a segurança e a confiança dos produtores no apoio institucional do Estado.

A Conab, ciosa de sua obrigação de tornar público esses resultados, lançou o Portal da Transparência, onde é possível acompanhar os nossos estoques de alimentos.

O ano de 2012 nos reserva novos desafios, segundo a política agrícola que está sendo desenhada pelo Ministério Agricultura, que deverá levar em conta as necessidades da nova classe média rural que se forma no País, fazendo com que as ações da Conab assumam novos patamares na relação Estado e produtores/empreendedores agrícolas.

3 – SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos

preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.2 - Intervenções Realizadas em 2011

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por diversos produtos. Destes tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva. Em 2011, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab interviu nos mercados de arroz, trigo, sisal e feijão.

Especificamente no Estado do Tocantins não houve necessidade de intervenção governamental para manutenção da renda dos produtores agrícolas.

3.2.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação: objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

O Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 2.127 famílias de produtores rurais reduzindo-se, em 2011, para 650 famílias, com aquisição de 1.071 toneladas de diversos produtos agropecuários.

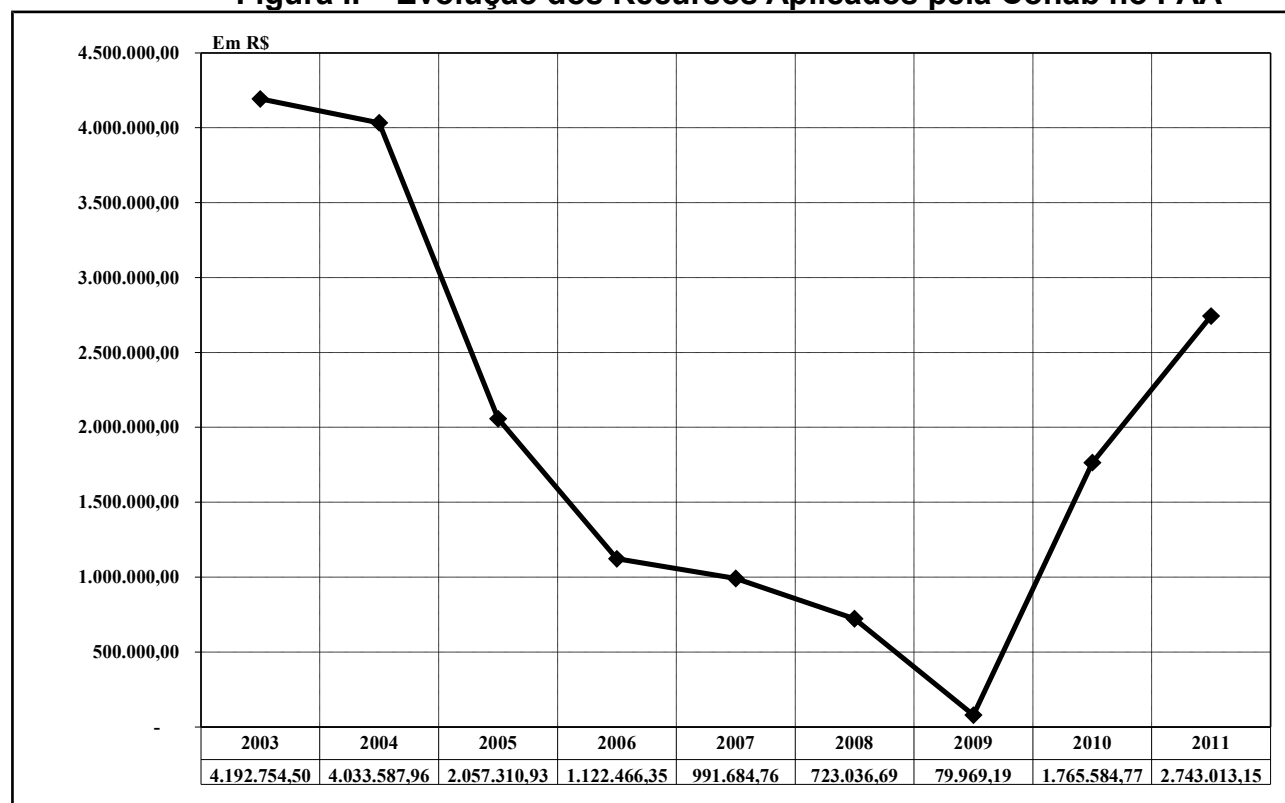
b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros

consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados para a Conab tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. Em sentido inverso os recursos aplicados na aquisição de produtos pela Sureg-TO apresentou contínua redução até o ano de 2009, quando passou a apresentar taxas positivas.

Figura II – Evolução dos Recursos Aplicados pela Conab no PAA



Fonte: Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

No Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, especificamente no Instrumento Compra Direta da Agricultura Familiar, para a formação dos estoques para atender os programas sociais, a atuação da SUREG-TO foi muito discreta, em virtude de que os preços de mercado na Região Sul do Estado, onde a produção de arroz se destaca, apresentaram-se superiores aos praticados pela CONAB, e desta forma, não houve uma intervenção significativa, o que pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro 007 – Aquisições por meio da CDAF

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
MDS					
TO	1	Arroz	11	90	40.362,61
Total MDS	1	-	11	90	40.362,61

Fonte: Supaf/Gecaf

Devido ao fato da operacionalização da CPR Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

No ano de 2011, não houve operações por meio do instrumento CPR – ESTOQUE, na Superintendência Regional do Tocantins.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros. Foram adquiridas e doadas por meio deste instrumento diversos produtos alimentícios a instituições sociais, conforme detalhado no quadro abaixo.

Através do do instrumento Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - PR-Doação, foram formalizadas 17 Cédulas de Produtor Rural, no total de R\$2. 702.572,78, entretanto, 05 (cinco) projetos foram efetivados no final de 2011, e deste modo, a operacionalização, ou seja, as entregas efetivas dos produtos só ocorreram já no início do exercício de 2012, assim, as informações abaixo, referem-se apenas ao que foi concluído no exercício de 2011, conforme o detalhamento constante do texto abaixo.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação

Por meio deste instrumento foram adquiridas 676.052 kg de diversos produtos alimentícios de 410 produtores familiares e distribuídas à 110 instituições sociais, representando uma aplicação financeira de R\$1.592.338,00, conforme quadro a seguir. Em relação ao exercício anterior houve um aumento de aproximadamente 120% em relação ao volume de recurso aplicado e também em relação ao número de produtores familiares atendidos e quanto à quantidade adquirida houve um acréscimo aproximado de 230%, conforme quadro a seguir. O aumento tão expressivo na quantidade de produtos deve-se além do aumento de fornecedores, também à variedade de produtos ofertados pelos mesmos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania: Território do Jalapão, da Região do Bico do Papagaio, do Sudeste, b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, organizados em cooperativas e associações.

Com os recursos disponibilizados pelo MDS, a SUREG-TO atendeu os familiares, conforme descrito a seguir:

Quadro 008 - Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2010	187	06	204,80	21.241	69	725.896,63
2011	410	12	676,05	34.375	110	1.592.338,00

Fonte: SUREG-TO/GEOSE/SEGEO:

Em 2011 a SUREG-TO realizou 06 etapas de supervisões nos projetos de CPR-Doação, que envolveu 10 (dez) municípios participantes. As supervisões tiveram como objetivo averiguar in-loco o andamento e o cumprimento das determinações constantes dos normativos dos referidas Cédulas, bem como, no monitoramento e avaliação das operações do PAA, orientando os operadores, beneficiários fornecedores e consumidores e demais parceiros na correção de rumos, aperfeiçoamento, prevenção de desvios dos objetivos do programa ou na correta utilização dos recursos públicos.

Foram aplicados os questionários de avaliação das entidades representativas dos beneficiários fornecedores, ou seja, as entidades Proponentes (Associação e/ou Cooperativa), questionário de avaliação dos fornecedores (produtores) e questionário de avaliação das entidades representativas dos beneficiários consumidores (entidades beneficiárias).

Na ocasião das visitas houve ainda, as supervisões de instruções da operacionalização dos instrumentos, acertos nos cronogramas de entregas e orientações gerais referentes à qualidade e higiene dos produtos que são entregues, pesagem dos produtos, formato das embalagens com agregação de valor, preenchimento dos documentos de entrega e emissão das guias de remessa, entre outros. Houve ainda, no aproveitamento das viagens, o proferimento de palestras para fins de divulgação dos instrumentos do PAA e vistas de verificação da viabilidade de formalização de novos projetos.

Segue o quadro abaixo, que apresenta o demonstrativo das despesas que foram realizadas no âmbito da SUREG-TO, no exercício de 2011, correspondente ao item Supervisão das Operações do PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – no instrumento CPR-DOAÇÃO.

QUADRO-009 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – no instrumento CPR-DOAÇÃO.

MUNICÍPIOS VISITADOS	ENTIDADES PROPONENTES	DESPESAS C/ COMBUSTÍVEL	DESPESAS C/ LOCAÇÃO	QTDE DIÁRIAS	DESPESAS C/ DIÁRIAS
RIACHINHO E SANTA TEREZINHA DO TO	Associação Produtores Gleba Colorado				
	Associação dos Produtores da Mansinha	R\$ 425,98	R\$ 845,00	6,5	R\$ 1.222,00 R\$ 1.222,00
SANTA TEREZA DO TO E NOVO ACORDO	Associação Prod. Ruarais Santa Tereza				
	Associação Produtores do PA-Primogênito	R\$ 248,08	R\$ 715,00	5,5	R\$ 1.384,00
JAÚ DO TOCANTINS					R\$ 1.314,00
	Associação dos Apicultores de Jaú do TO	R\$ 360,92	R\$ 715,00	5,5	R\$ 1.314,00
ARRAIAS	Associação dos Prod. Lagoa da Pedra	R\$ 422,14	R\$ 715,00	5,5	R\$ 1.314,00
	Associação dos Prod. Ponta da Serra				R\$ 1.314,00
ESPERANTINA, WANDERLÂNDIA E NOVA OLINDA	Associação de Mulheres da Tiúba	R\$ 633,38	R\$ 845,00	6,5	R\$ 1.222,00
	Associação Apicultores de Wanderlândia				R\$ 1.222,00
	Associação Prod. Colonos Corrego Caetitu				
GURUPI	Associação Prod. PA - Vale Verde				R\$ 282,00
		R\$ 162,00	R\$ 195,00	1,5	R\$ 282,00
		R\$ 2.252,50	R\$ 4.061,00	31	R\$ 12.092,00
Obs; Despesas com locação estimada, considerando o valor de R\$130,00 vezes a quantidade de diárias.					

3.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho encontram-se em fase de desenvolvimento pela Matriz.

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pep=Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, p				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Peppo=Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; VEP=Valor para Escoamento do Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidas do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, pr				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios				
Objetivo do Indicador: Verificar a participação da Refap como canal de escoamento da produção do PAA				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Quantidade de produtos comercializados. Unidades varejistas são aquelas filiadas junto às Centrais de Negócios apoiadas pela Refap. Centrais de Negócios são associações que reúnem grupos de varejistas como objetivo				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não determinada				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Preços praticados pelas Unidades Varejistas filiadas em relação aos praticados pelas grandes redes				
Objetivo do Indicador: Verificar o impacto do programa sobre os preços praticados pelas redes filiadas à Refap				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $VPCx = (PVx/PGRx) - 1 * 100$ onde, VPCx=Variação do preço da cesta X para o consumidor, PVx=Preço da cesta X nos varejistas filiados e PGRx=Preço da cesta X nas grandes redes. Unidades varejistas são aquelas filiadas jun				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Famílias Consumidoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $FCa(\%) = (FCa/FCp) * 100$, onde FCa(%)=Percentual de Famílias consumidoras atendidas, FCa=Número de Famílias Consumidoras atendidas, Fcp=Número de Famílias Consumidoras previstas. Famílias Consumidoras são as famílias qu				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Famílias produtoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $Fpa(\%) = (Fpa/Fpp) * 100$, onde $Fpa(\%)$ =Percentual de Famílias Produtoras atendidas, Fpa =Número de famílias Produtoras atendidas, Fpp =Número de Famílias Produtoras previstas. Famílias Produtoras são as famílias que vendem				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o efeito das intervenções governamentais, executados pela Conab, nos preços do arroz.				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Sugof/Gerab				
Fórmula de cálculo e método de medição: O cálculo é feito em duas etapas: 1ª - Para unificar os valores das intervenções, deve-se somar os volumes exercidos com PROP, COV, AGF, PEP e PEPRO em cada mês e subtrai-los do volume de Vendas do mês correspondente $[(PROP+COV+AGF+PEP+PEPRO)-Vendas]=y$. 2ª - Calcular o coeficiente de correlação do momento do produto Pearson (r), com a fórmula matemática abaixo, onde: x_i = Preço de mercado em cada mês, x = Média de preço dos 12 meses do ano, y_i = Volume utilizado (compra e venda) no mês, y = Média do volume utilizado (compra e venda) nos 12 meses do ano, r =coeficiente de correlação de Pearson. Associação linear entre as variáveis. Sinal: indica o sentido da variação. Positivo (x e y variam no mesmo sentido); Negativo (x e y variam em sentido oposto). Intervalo de variação: $-1 \leq r \leq 1$ indica a intensidade da relação entre as variáveis. $r=-1$, $r=1$: perfeita / forte; $0,10 \leq r \leq 0,3$: fraca; $0,40 \leq r \leq 0,6$: moderada; $0,70 \leq r \leq 1$: forte. Valores de “r” estão apresentados em módulo.				
$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2 \sum (y_i - \bar{y})^2}}$				
* - COHEN, Jacob. (1988), <i>Statistical power analysis for the behavioral sciences</i> . Hillsdale, NJ, Erlbaum.				
- DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), <i>Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows</i> . Porto Alegre, Artmed.				
Fonte dos dados: Sugof/Suinf				
Evolução dos resultados do Indicador:				

Nome do Indicador: Alcance da Política de Preços Mínimos para o Extrativista (PGPM Bio)				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do alcance da PGPM Bio				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ea/Ep) * 100$ onde Ea =Número de Extrativistas alcançados; Ep = N° de Extrativistas previsto. A PGPM Bio é uma política com o objetivo de manter o extrativista na floresta, com sua atividade e consequentemente evitando				
Fonte dos dados: Sugof/Gebio				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Recomendações Técnicas da Conab para operacionalização de VEP atendidas em portaria interministerial				
Objetivo do Indicador: Verificar a relação entre a quantidade de produto indicada pela Conab e a quantidade indicada em portaria.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof/Geole				
Fórmula de cálculo e método de medição: $Qnt/Qp * 100$ onde, Qnt = Quantidade de produtos em Nota Técnica e Qp =Quantidade de produtos indicada em Portaria interministerial. O resultado indica a consonância entre o trabalho técnico e as diretrizes do governo.				
Fonte dos dados: Sugof/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1 – Vendas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab - SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

4.1.1 – Vendas em Leilões Públicos

Não se aplica a SUREG/TO, pois não ocorreram operações desta natureza.

4.1.2 – Venda para Escoamento do Produto - VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinicultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Em 2011 não ocorreu intervenção nesta modalidade envolvendo a SUREG/TO.

4.2 – Vendas dos Estoques Públicos

A comercialização de produtos dos Estoques Governamentais neste Estado somente ocorreu na modalidade Vendas em Balcão, dos produtos milho em grãos ensacado, farelo e quirera de arroz destinados ao atendimento à criadores de pequeno porte em diversos seguimentos, conforme se verifica no quadro abaixo ou futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços de mercado.

Quadro 010 – Demonstrativo de Vendas em Balcão

Fonte: Supab/Gepab

UF	Quantidade Vendida (Em t)	Receita de Venda (Em R\$)	Nº de Atendimentos
QUIRERA DE ARROZ			
TO	111	22.200,00	640
Subtotal	111	22.200,00	640
CASTANHA DE CAJU			
PI	12	17.707,39	3
Subtotal	12	17.707,39	3
FARELO DE ARROZ			
TO	827	247.980,00	1.512
Subtotal	827	247.980,00	1.512
MILHO			
AC	524	267.032,50	970
AL	1.901	1.083.766,20	583
AM	3.813	2.090.264,83	1.740
BA/SE	912	515.578,76	487
CE	35.849	20.737.162,25	12.948
ES	7.026	3.915.236,14	5.916
GO/DF	7.193	2.998.909,34	3.086
MA	2.912	1.439.395,25	1.317
MG	5.635	2.796.247,12	2.594
PA	1.178	637.734,89	124
PB	18.094	10.032.430,78	7.425
PE	2.484	1.334.548,18	626
PI	12.061	6.225.868,59	7.597
PR	12.266	4.870.296,17	1.200
RN	21.897	12.385.994,76	13.538
RO	2.604	1.140.773,43	2.356
RR	6.397	3.693.438,66	6.037
RS	20.444	8.808.587,53	1.868
SC	63.303	24.848.523,48	6.622
TO	829	403.073,00	1.495
Subtotal	227.322	110.224.861,86	78.529
Total Geral	228.272	110.512.749,25	80.684

Em função do aumento dos preços de milho em grãos ocorrido durante o ano de 2007, as vendas superaram as do ano anterior em 99,6%, reduzindo de forma substancial os estoques públicos e, em consequência, gerando menor comercialização em 2008. Em 2009, devido à queda dos preços nos mercados nacional e internacional e ao aumento da produção na Região Centro-Oeste, principalmente no Estado do Mato Grosso, a Conab atuou de forma intensiva absorvendo grande parte do excedente e agregando mais de 4,1 milhões de toneladas de milho aos estoques públicos, permitindo que o Programa Vendas em Balcão ampliasse o atendimento aos compradores de pequeno porte, reduzindo os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste.

4.3 - Principais Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho encontram-se em fase de desenvolvimento na Matriz.

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pep=Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, p				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Peppo=Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; VEP=Valor para Escoamento do Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, pr				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios				
Objetivo do Indicador: Verificar a participação da Refap como canal de escoamento da produção do PAA				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Quantidade de produtos comercializados. Unidades varejistas são aquelas filiadas junto às Centrais de Negócios apoiadas pela Refap. Centrais de Negócios são associações que reúnem grupos de varejistas como objetivo				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não determinada				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Preços praticados pelas Unidades Varejistas filiadas em relação aos praticados pelas grandes redes				
Objetivo do Indicador: Verificar o impacto do programa sobre os preços praticados pelas redes filiadas à Refap				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $VPCx = (PVx/PGRx) - 1 * 100$ onde, $VPCx$ =Variação do preço da cesta X para o consumidor, PVx =Preço da cesta X nos varejistas filiados e $PGRx$ =Preço da cesta X nas grandes redes. Unidades varejistas são aquelas filiadas jun				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Famílias Consumidoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $FCa(\%) = (FCa/FCp) * 100$, onde $FCa(\%)$ =Percentual de Famílias consumidoras atendidas, FCa =Número de Famílias Consumidoras atendidas, FCp =Número de Famílias Consumidoras previstas. Famílias Consumidoras são as famílias qu				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Famílias produtoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $Fpa(\%) = (Fpa/Fpp) * 100$, onde $Fpa(\%)$ =Percentual de Famílias Produtoras atendidas, Fpa =Número de famílias Produtoras atendidas, Fpp =Número de Famílias Produtoras previstas. Famílias Produtoras são as famílias que vendem				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o efeito das intervenções governamentais, executados pela Conab, nos preços do arroz.				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Sugof/Gerab				
Fórmula de cálculo e método de medição: O cálculo é feito em duas etapas: 1ª - Para unificar os valores das intervenções, deve-se somar os volumes exercidos com PROP, COV, AGF, PEP e PEPRO em cada mês e subtrai-los do volume de Vendas do mês correspondente $[(PROP+COV+AGF+PEP+PEPRO)-Vendas]=y$. 2ª - Calcular o coeficiente de correlação do momento do produto Pearson (r), com a fórmula matemática abaixo, onde: x_i = Preço de mercado em cada mês, $\bar{x}$ = Média de preço dos 12 meses do ano, y_i = Volume utilizado (compra e venda) no mês, $\bar{y}$ = Média do volume utilizado (compra e venda) nos 12 meses do ano, r =coeficiente de correlação de Pearson. Associação linear entre as variáveis. Sinal: indica o sentido da variação. Positivo (x e y variam no mesmo sentido); Negativo (x e y variam em sentido oposto). Intervalo de variação: $-1 \leq r \leq 1$ indica a intensidade da relação entre as variáveis. $r=-1$, $r=1$: perfeita/forte; $0,10 \leq r \leq 0,3$: fraca; $0,40 \leq r \leq 0,6$: moderada; $0,70 \leq r \leq 1$: forte. Valores de "r" estão apresentados em módulo.				
$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2 \sum (y_i - \bar{y})^2}}$				
* - COHEN, Jacob. (1988), <i>Statistical power analysis for the behavioral sciences</i> . Hillsdale, NJ, Erlbaum. - DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), <i>Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows</i> . Porto Alegre, Artmed.				
Fonte dos dados: Sugof/Suinf				
Evolução dos resultados do Indicador:				

Nome do Indicador: Alcance da Política de Preços Mínimos para o Extrativista (PGPM Bio)				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do alcance da PGPM Bio				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ea/Ep)*100$ onde Ea=Número de Extrativistas alcançados; Ep= N° de Extrativistas previsto. A PGPM Bio é uma política com o objetivo de manter o extrativista na floresta, com sua atividade e consequentemente evitando				
Fonte dos dados: Sugof/Cebio				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Recomendações Técnicas da Conab para operacionalização de VEP atendidas em portaria interministerial				
Objetivo do Indicador: Verificar a relação entre a quantidade de produto indicada pela Conab e a quantidade indicada em portaria.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof/Geole				
Fórmula de cálculo e método de medição: $Qnt/Qp \times 100$ onde, Qnt= Quantidade de produtos em Nota Técnica e Qp=Quantidade de produtos indicada em Portaria interministerial. O resultado indica a consonância entre o trabalho técnico e as diretrizes do governo.				
Fonte dos dados: Sugof/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

5 – ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

5.1 – Principais indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho encontram-se em fase de desenvolvimento na Matriz.

Nome do Indicador: Evolução do número de Varejistas Cadastrados				
Objetivo do Indicador: Número de varejistas cadastrados em Centrais de Negócios				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $ICV=[NCV(t)-NCV(t-1)/NCV(t-1)]*100$ onde, ICV=Indicador de cadastros de varejistas, NCV(t)=Número de cadastros de varejistas no trimestre atual, NCV(t-1)=Número de cadastros de varejistas no trimestre anterior. Centr				
Fonte dos dados: SUREGS				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
840				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab				
Objetivo do Indicador: Analisar a capacidade de integração dos mercados atacadistas hortigranjeiros à base de dados da Conab/Prohort.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab/Gehor				
Fórmula de cálculo e método de medição: Número de mercados integrados à base de dados da Conab/Prohort. A base de dados da Conab/Prohort compõe-se de um sistema integrado que contém informações sobre os preços praticados diariamente nos mercados, volume f				
Fonte dos dados: Mercados atacadistas de hortigranjeiros (Ceasas) - Gehor??				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total				
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Ad+De)/2]/(QLm)*100$ onde Ad=Admissões De=Demissões e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 5%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Taxa de Integração de concursados				
Objetivo do Indicador: Conhecer e acompanhar a eficácia do processo de integração dos novos empregados, influenciado por fatores como: receptividade da equipe, apreço demonstrado pela chefia, espírito de equipe, valores e políticas da empresa, processo de				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Dc/Ac)*100$ onde Dc=Nº de demissões de concursados e AD=Nº de Admissões de concursados. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 1%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Cebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ASOem/QLex)*100$, onde: ASOem= nº de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e QLex=Quadro de lotação em exercício. ASO emitido é o Atestado emitido pelo médico após o funcionário realizar os exames. Abrangência:				
Fonte dos dados: Sugep/Cebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Cebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: N° de AT+DO onde, AT=Acidente de Trabalho e DO=Doenças ocupacionais. Abrangência: UF e Brasil, Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Cebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
próximo a zero				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

6 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

A receita total de armazenagem de produtos de terceiros apresentou aumento em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2010, devido uma maior procura pelos produtores de grãos da região de Formoso do Araguaia – TO, em armazenar com a CONAB.

Quadro 011 - Demonstrativo Estoque Médio com Produtos de Terceiros

Unidade	Estoque Médio Armazenado (Em t)											
	2008			2009			2010			2011		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
Araguaína	591	0	591	813	0	813	759	0	759	406	0	406
Rio Formoso	236	234	470	13.099	1.123	13.099	9.260	1.771	11.031	6.857	5.084	11.941
			0			0			0			0
			0			0			0			0
			0			0			0			0
Total	827	234	1.061	13.912	1.123	13.912	10.019	1.771	11.790	7.263	5.084	12.347

Fonte: Sureg-TO/Geose/Seopi/UA Rio Formoso

A SUREG/TO obteve Receita de armazenagem com Produtos de Terceiros de R\$ 298.283,25, detalhado por UA conforme quadro seguinte:

6.1.1 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

A SUREG/TO obteve Receita de armazenagem com Produtos de Terceiros de R\$ 331.065,85 (trezentos e trinta e mil, sessenta e cinco reais e oitenta centavos), detalhado por UA conforme quadro seguinte:

Quadro 012 - Demonstrativo de Receita Armazenagem com Produtos de Terceiros

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Rio Formoso	169.274	258.276,36	86.467,68	28.412,92	263.749,51	331.065,85
Araguaína	0	0	0	0	0	0
Total-Sureg	169.273,58	258.276,36	86.467,68	28.412,92	263.749,51	331.065,85

Fonte: Sureg-TO/Geose/Seopi/UA Rio Formoso

6.2 – Em 2011 não ocorreu intervenção de serviços de leilões de terceiros envolvendo a SUREG/TO.

6.3 – Análise sobre os principais resultados da prestação dos serviços de classificação de produtos agrícolas

A SUREG/TO não prestou serviço desta natureza no exercício de 2011.

6.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Não se aplica a SUREG/TO

7 - ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1 – Rede Armazenadora

Além dos serviços/obras e aquisições citadas, foram programadas e autorizadas despesas para a UA Rio Formoso no VOTO PRESI 003/20011 E DIRAB 015/2011, que resultaram nos processos 21214.000034/2009-13, 21214.000119/2011-16,

21214000120/2011-32, 21214000121/2011-87, 21214000122/2011-21, 21214000123/2011-76 e 21214.000125/2011-65 em andamento, detalhados no quadro seguinte.

Quadro 013 – Manutenção e Adequação das UA's - Processos Autorizados

DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	PROCESSO	VALOR TOTAL		SITUAÇÃO DA OBRA	OBSERVAÇÕES
		PREVISTO	CONTRATADO		
CONTRATO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS E DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS EM EDIFICAÇÕES -UA RIO FORMOSO-TO	14-034/09-13	38.000,00	NÃO CONTRATADO	NÃO REALIZADO	PROGRAMAÇÃO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA A REDE ARMAZENADORA PRÓPRIA -2011/PROCESSO SUARM/GERAP Nº 2801/2010
ELABORAÇÃO DE PROJETO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE PÓE/OU MATERIAL PARTICULADO LEVANT. NA MOV. DE PRODUTO-UA RIO FORMOSO-TO	14-119/11-16	25.000,00	NÃO CONTRATADO	NÃO REALIZADO	PROGRAMAÇÃO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA A REDE ARMAZENADORA PRÓPRIA -2011/PROCESSO SUARM/GERAP Nº 2801/2010
REFORMA, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES NO ESCRITÓRIO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, INCLUINDO O PÚBLICO EXTERNO-UA RIO FORMOSO-TO	14-120/11-32	30.000,00	NÃO CONTRATADO	NÃO REALIZADO	PROGRAMAÇÃO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA A REDE ARMAZENADORA PRÓPRIA -2011/PROCESSO SUARM/GERAP Nº 2801/2010
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO/VENTILAÇÃO FORÇADA DOS POÇOS DOS ELEVADORES-UA RIO FORMOSO-TO	14-121/11-87	50.000,00	NÃO CONTRATADO	NÃO REALIZADO	PROGRAMAÇÃO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA A REDE ARMAZENADORA PRÓPRIA -2011/PROCESSO SUARM/GERAP Nº 2801/2010
COLOCAÇÃO DE PISO CERÂMICO, SALA DE CONTROLE OPERACIONAL, DEPÓSITO DE EMBALAGEM E DIVISÓRIA NA USINA DE BENEFICIAMENTO-UA RIO FORMOSO-TO	14-122/11-21	95.000,00	NÃO CONTRATADO	NÃO REALIZADO	PROGRAMAÇÃO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA A REDE ARMAZENADORA PRÓPRIA -2011/PROCESSO SUARM/GERAP Nº 2801/2010
EXECUÇÃO DE CERCAS (ALAMBRADO OU MURO) E INSTALAÇÃO DE PORTÕES-UA RIO FORMOSO-TO	14-123/11-76	95.000,00	NÃO CONTRATADO	NÃO REALIZADO	PROGRAMAÇÃO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA A REDE ARMAZENADORA PRÓPRIA -2011/PROCESSO SUARM/GERAP Nº 2801/2010
MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TERMOMETRIA-UA RIO FORMOSO-TO	14-125/11-65	50.000,00	NÃO CONTRATADO	NÃO REALIZADO	PROGRAMAÇÃO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA A REDE ARMAZENADORA PRÓPRIA -2011/PROCESSO SUARM/GERAP Nº 2801/2010

Fonte: Sureg-TO/Geose/Seopi

7.1.1 – Serviços de Manutenção (Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns da CONAB).

A manutenção e modernização da rede armazenadora própria, aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos de exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras, são atividades previstas no contexto da Programação da Alocação de Recursos Orçamentários para a Rede Armazenadora Própria, no exercício 2011, proposta por meio do VOTO PRESI 003/20011 e DIRAB 015/2011, respaldada na Lei Orçamentária Anual – LOA nº 12.381, de 09/02/2011, em que aprovou uma dotação orçamentária de R\$ 39.000.000,00, sendo R\$ 5.000.000,00 para Despesas Correntes e R\$ 34.000.000,00 para Despesa de Capital, tendo sido contingenciados por intermédio da Portaria MAPA nº 29, de 29/03/2011, os valores de Investimento de R\$ 22.100.000,00, e R\$ 1.400.000,00 de Despesas Correntes. Assim, a Dotação resultante corresponde a R\$ 11.900.000,00 na rubrica de Investimento e R\$ 3.600.000,00, para Despesas Correntes.

Sendo que para SUREG – TO, para o exercício de 2011, a dotação orçamentária prevista foi de R\$ R\$ 383.000,00, e que por motivo de força maior, não foi utilizada, sendo R\$ 113.000,00 em Despesas Correntes e R\$ 270.000,00 em Despesas de Capital, representado dessa forma, cerca de 2,47% do total R\$ 15.500.000,00 do Orçamento previsto para toda Rede Armazenadora própria.

Além dos serviços/obras e aquisições citadas, foram programadas e autorizadas despesas para a UA Rio Formoso no VOTO PRESI 003/20011 E DIRAB 015/2011, que resultaram nos processos 21214.000034/2009-13, 21214.000119/2011-16, 21214000120/2011-32, 21214000121/2011-87, 21214000122/2011-21,

21214000123/2011-76 e 21214.000125/2011-65 em andamento, detalhados no quadro seguinte.

7.1.2 – Rede Armazenadora Contratada

Para atendimento das necessidades de armazenagem dos estoques públicos, considerando a pequena capacidade estática dos armazéns próprios e um volume considerável estoques públicos existentes na área sob jurisdição desta SUREG/TO, necessariamente ocorre a utilização de serviços de armazenamento realizado pela rede privada, no momento não existe nenhum armazém contratado nesta SUREG/TO.

Todos os armazéns credenciados pela Companhia devem atender aos requisitos definidos TÍTULO 08 – ARMAZENAMENTO - Documento 4 – Cadastramento, Credenciamento, Impedimento, Desimpedimento e Descredenciamento de Unidades Armazenadoras - COMUNICADO CONAB/MOC Nº 029, DE 28/12/2007, que tem como objetivo inicial identificar e cadastrar as unidades existentes no país, registrando suas características técnico-operacionais e suas capacidades estáticas, na conformidade estabelecida pelo Decreto n.º 3.855/2001.

Durante as operações de fiscalização, todos os armazéns que detém estoque de produto do Governo Federal são avaliados e aqueles que não atendem aos requisitos são impedidos e até descredenciados, ficando todas estas avaliações registradas nos relatórios de fiscalização e nos cadastros dos respectivos armazéns.

Os armazéns que prestam serviços de armazenagem para a Companhia, devem obrigatoriamente constar no Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Ação (4702) , estarem devidamente credenciados e com Contrato de Depósito vigente. A relação dos armazéns credenciados e habilitados para operar com a Conab estão disponíveis para consulta no endereço <http://sisdep.conab.gov.br/consultaarmazemweb/>.

Quadro 014 - Demonstrativo Posição dos Estoques Público - Armazéns Terceiros

PRODUTO	DEZ/2011	PROGRAMA
	Quantidade(Kg)	
MILHO	-0-	PGPM/AGF
Total		

Fonte: SUREG/TO/GEOSE/SEOP/Sistema Xfac

Durante o exercício de 2011, foram vendidos e removidos todo estoque de milho em grãos à granel, AGF existente num único armazém de terceiros sob a jurisdição desta SUREG/TO, conforme quadro acima.

7.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos

As atividades de fiscalização são realizadas dentro da Ação 2137.

Na SUREG/TO foram realizadas em 2011 quatro fiscalizações em 03 unidades armazenadoras sendo, duas unidades próprias.

7.2.1 – Quadro de Fiscais da Regional

Para realização das fiscalizações são formados equipes com dois fiscais, da Sureg. A SUREG/TO possui 07 empregados habilitados para operações de fiscalização, destes apenas, 03 empregados estão disponíveis para as operações de fiscalização, vistoria e acompanhamento de remoções, 01 ocupa atualmente cargos de encarregado, restando, portanto, apenas 03 que exerce outras atividades.

QUADRO-015 Fiscais da regional na ativa

Empregado	Lotação
Otoniel Siqueira Campos de Abreu Rocha	GOESE/SEOPI
Raimundo Brito Rodrigues(*)	GOESE/SEOPI
Antônio Adelço da Conceição(*)	GOESE/SEOPI
Roosevelt Caetano da Silva(*)	GOESE/SEOPI
Juarez Pereira da Silva	UA ARAGUAÍNA
Francisco Luiz Maciel Cruz	CEDIDO – AGU
Raimundo Nonato Rodrigues Alves	CEDIDO – IBAMA
(*) Fiscais na ativa.	

7.2.2.1 - Fiscalização dos Estoques Públicos

A fiscalização periódica, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias, foram fundamentais para a manutenção qualitativa dos estoques depositados em armazéns de terceiros.

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques - SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da SUREG/TO nos meses de fevereiro, julho, outubro/novembro e dezembro.

Nas unidades armazenadoras vistoriadas na região sob jurisdição da SUREG/TO foram fiscalizadas cumulativamente 23.712.439kg de produtos conforme detalhado no quadro seguinte.

Nos armazéns do Estado do Tocantins foram registradas as ocorrências de perdas quantitativas e qualitativas em armazenagem de 93.740 kg.

Quadro 016 - Perdas Quantitativas e Qualitativas – 2011

Produto	Ocorrência (Em t)				Total
	Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		
	AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
Milho	0	0	0	4.700	4.700

Fonte: SEOPI/TO.

Na apuração das condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais e avaliação da situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias, conforme as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do MOC ou em orientações específicas estabelecidas pela Companhia, foram constatados diferenças entre os estoques contabilizados e estoques físicos, sendo parte considerada como desvio (diferenças acima de 8%) e parte como perda de armazenagem. E ambos os casos, as quantidades de produto deverão ser igualmente ressarcidas em espécie ou em produto, conforme prevê o Contrato de Depósito.

Se considerado o volume inicial de estoques, e que no decorrer do exercício houve a saída por remoção/beneficiamento, observa-se que as perdas identificadas ficaram num patamar inferior a 0,40% do volume armazenado.

7.2.2.2 – Perdas

Para as ocorrências classificadas como Perda em Armazenagem (diferenças até 8%), referem-se exclusivamente indenização de perdas de produtos armazenados em unidades armazenadoras próprias, assim não sendo necessário a emissão de TVN.

7.2.2.3 – Desvios

Nesta SUREG/TO, no exercício de 2011, não foi registrado nenhuma falta considerada como desvio de produtos.

7.2.3 – Fiscalizações da Operações de Garantia e Sustentação de Renda

a) Fiscalização dos Instrumento de Apoio à Comercialização

Objetiva realizar a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de renda, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

Em 2011, não houve operação de fiscalização voltada aos instrumentos de apoio à comercialização.

Quadro 017 - Demonstrativo de Fiscalização por Instrumento 2008/2011

Discriminação	Exercício			
	2008	2009	2010	2011
Vendas em Balcão	4	4	4	4
AGF	4	4	4	4
PEPRO				
PEP	-			0
VEP	-	-	-	0
PROP	-		-	0
Propostas de Seguro Rural				-
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	0
Total	8	8	8	8

Fonte: SEOP/TO.

Na execução da Ação a SUREG/TO gastou R\$112.149,80. Nesses custos não estão incluídas despesas (deslocamento, diárias etc) de fiscais de outras SUREG's, cujos custos são contabilizados na unidade de origem do empregado.

7.3 – Remoção de Produtos

7.3.1 – Remoção de Produtos dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela CONAB. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Em 2011 foi contratada a remoção de 750.000 kg de milho em grãos na região sob jurisdição da SUREG/TO, vinculado à PGPM. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros.

A realização das remoções teve como motivo principal o atendimento do Programa Vendas em Balcão.

As quantidades removidas estão detalhadas no quadro a seguir

Quadro 018 - Remoções de Produtos dos Estoques Públicos - PGPM

UF		Produto	Motivo	AVISO (Nº)	ATR (Nº)	Quantidade(kg)	CUSTO(R\$)
Origem	Destino					Removida	
TO	TO	milho	Vendas em Balcão	163	6346737-2	500000	R\$ 48.012,00
	TO	milho	Vendas em Balcão	163	6346738-0	250000	R\$ 13.280,04
Total						750.000	R\$ 61.292,04

Fonte: SUREG/TO/GEOSE/SEOPI

7.3.2– Remoção de Produtos do PAA com e sem ônus.

Quadro – 019 – Remoção de Produtos do PAA

UF		Produto	Motivo	AVISO (Nº)	ATR (Nº)	Quantidades (KG)			
Origem	Destino					Contratada	Removida	CUSTO(R\$)	ATR
TO	AL	ARROZ	DOAÇÃO	535	2035	25000	25000	27.832,50	s/ônus
	AL	ARROZ	DOAÇÃO	535	2035	25000	25000	27.832,50	s/ônus
	TO	ARROZ	DOAÇÃO	452	5406	36660	36660	42.730,09	C/ônus
	TO	ARROZ	DOAÇÃO	452	5406	1930	1930	2.249,56	C/ônus
	TO	ARROZ	DOAÇÃO	452	5406	34760	34760	40.515,49	C/ônus
	TO	ARROZ	DOAÇÃO	452	5406	36690	36690	42.765,06	C/ônus
	TO	ARROZ	DOAÇÃO	452	5406	8560	8560	9.977,34	C/ônus
	TO	ARROZ	DOAÇÃO	452	5406	28130	28130	32.787,71	C/ônus
	TO	ARROZ	DOAÇÃO	259	7292	1320	1320	1.538,56	C/ônus
	TO	ARROZ	DOAÇÃO	259	7292	21480	21480	25.036,61	C/ônus
	TO	ARROZ	DOAÇÃO	259	7292	30000	30000	34.960,34	C/ônus
	TO	ARROZ	DOAÇÃO	259	7292	32100	32100	37.415,05	C/ônus
	TO	ARROZ	DOAÇÃO	259	7292	38100	38100	44.408,52	C/ônus
	TO	ARROZ	DOAÇÃO	259	7292	27000	27000	31.470,60	C/ônus
	DF	BRIQUETE DE CASCA DE ARROZ	236	1594	13500	13500	13500	3.105,00	s/ônus
Total				5.336,00	81.852,00	360.230	360.230	404.624,93	-

fonte: SUREG/TO/GEOSE/SEOPI

a) Fiscalização de Apólices de Seguro Rural

Para Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural, concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário, o MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Mediante Plano de Trabalho elaborado pela Conab, a Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA descentraliza recursos orçamentários e financeiros, consignados no Programa 0360 – Gestão da Política Agropecuária e na Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.

Em 2011, para as propostas de apólices de seguro rural, foram realizadas duas etapas e fiscalizadas 33 apólices, porém com recursos recebidos nos elementos de diárias, serviços de terceiros etc. Portanto, não foram utilizados recursos da fiscalização (Elemento 39) nos trabalhos do seguro rural.

7.4 – Principais indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho encontram-se em fase de desenvolvimento na Matriz.

Nome do Indicador: Custo de Cadastramento de Unidade Armazenadora				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo com cadastramento por UF				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: C/AC, onde: C=Custo de Cadastramento; AC=Armazéns Cadastrados. Variáveis consideradas no Custo: diárias, passagens, despesas com locomoção e material de consumo. A unidade de medida é R\$ por Armazém cadastrado comp				
Fonte dos dados: Siafi e Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Número de Armazéns Cadastrados por Equipe				
Objetivo do Indicador: Avaliar o Desempenho da Equipe de Cadastramento				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: AC/TE, onde: AC=Armazéns cadastrados e TE=Total de equipe. A equipe é composta por duas pessoas. A periodicidade é anual, com base geográfica por UF e Brasil.				
Fonte dos dados: Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Valor em R\$ milhões. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Trimestral e anual.				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Quantidade de Unidades Armazenadoras Fiscalizadas				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade de unidades armazenadoras fiscalizadas/ Fiscal/ Etapa				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: UA/F onde: $Uaf=N^{\circ}$ de Unidades Armazenadoras fiscalizadas e $F=n^{\circ}$ de fiscais; Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual.				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Índice de desvios de produtos armazenados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(DA/Ef) \times 100$ onde DA =total de Desvios Apurados (ton) e Ef =total de Estoque fiscalizado (ton) Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Custo médio do estoque fiscalizado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo médio da Fiscalização				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Df/Qf onde: Df =Despesas da fiscalização (R\$) e Qf =Quantidade fiscalizada (ton) O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros). Base g				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Economia potencial gerada pela fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a economia proporcionada pela fiscalização				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $PD \times Pme/Df$ onde: PD =Perdas e Desvios ocorridos (ton) Pme =Preço médio do produto e Df =Total de Despesas com a fiscalização. Despesa potencial é o valor de perdas e desvios ocorridos e detectados pela fiscalização e				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Relação entre quantidades contratada e removida				
Objetivo do Indicador: Analisar a eficiência das remoções				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(QR/QC) \times 100$, sendo QR=Quantidade Removida; QC=Quantidade Contratada O indicador reflete as condições em que as Unidade armazenadoras de origem guardam os produtos do Governo Federal, bem como as condições de receb				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Quantidade de produtos fiscalizados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade do estoque fiscalizado ao longo do ano				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(PF/Ec) \times 100$ onde: PF=quantidade de Produtos Fiscalizados e Ec=total do Estoque contábil Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/Anual				
Fonte dos dados: X=Sufis/Gefis Y=XFac				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Deságio em leilões de frete				
Objetivo do Indicador: Verificar o deságio em cada operação de frete, uma vez que o sistema é voz (-), ou seja, lances menores.				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(PF/PA)-1] \times 100$, sendo: PF=Preço de fechamento, PA=Preço de abertura. No leilão de frete a Conab estipula um preço de abertura baseado na mediana entre a planilha de frete da Conab, a planilha de frete da NTC e na p				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
(PA-PF) máxima				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução do Custo da Fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos custos da fiscalização em relação ao ano anterior				
Tipo: Economia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Dt/Dt-1)-1] \times 100$ onde: Dt=Despesas no ano corrente (R\$) e Dt-1=Despesas no ano anterior. O custo envolve despesas correntes (diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Participação de produtos do governo no estoque, em Unidades Armazenadoras Próprias				
Objetivo do Indicador: Avaliar a composição dos estoques em Unidades Armazenadoras Próprias				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geam				
Fórmula de Cálculo e método de medição: $(Pg/E)*100$ onde Pg=Produtos do governo e E=Estoque. Os produtos do governo incluem grãos e produtos processados. Estoque inclui grãos e produtos processados, de governo e de terceiros. Base geográfica: UF e Brasil				
Fonte dos dados: Geam				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
a definir				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Geam				
Fórmula de Cálculo e método de medição: $(Rt/Rt-1)*100$ onde: Rt=Receita no ano atual e Rt-1=Receita no ano anterior. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil Período				
Fonte dos dados: Geam				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

Conforme já informado no início do relatório, este item foi considerado classificado no rol dos que não se aplicam no Relatório de Gestão da SUREG/TO, face ao fato de que toda a Gestão Tecnológica é desenvolvida pela área responsável dentro da estrutura da Matriz, com as correspondentes informações dadas no Relatório de Gestão Consolidado da Conab.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

Assim como no item anterior, também para Gestão Estratégica foi considerado classificado no rol dos que não se aplicam no Relatório de Gestão da SUREG/TO, face ao fato de que ela é desenvolvida pela área responsável dentro da estrutura da Matriz, ficando as correspondentes informações compondo o Relatório de Gestão Consolidado da Companhia.

10 – GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

10.1- Levantamento de Safras

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de

Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições - AGF, Vendas, Contrato de Opção, Programa de Escoamento do Produto - PEP, Valor do Escoamento do Produto - VEP, Programa de Venda Balcão e, dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante os Levantamentos de Safras Agrícolas realizados pela Conab, são de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas, atividade que vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação, fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano, animal e industrial, obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam no segmento agro-produtivo, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação

nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

As atividades para realização do levantamento de safra são desenvolvidas dentro da Ação 4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras e são coordenadas pela SUINF - Superintendência de Informações do Agronegócio, subordinada a Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI.

Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

Como resultado final dos levantamentos, o resumo das informações dos principais produtos da região agrícola sob jurisdição da SUREG/TO, a título de registro, compõem o quadro seguinte.

Quadro 020 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2009/10 e 2010/11

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	428,1	723,5	69,0	295,4	912,7	1.626,4	78,2	713,7
Amendoim total	3,2	3,0	-6,3	-0,2	7,8	7,5	-3,8	-0,3
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra	3,2	3,0	-6,3	-0,2	7,8	7,5	-3,8	-0,3
Arroz	246,9	256,0	3,7	9,1	742,7	795,9	7,2	53,2
Feijão total	103,8	208,2	100,6	104,4	120,9	234,9	94,3	114,0
Feijão 1ª safra	14,9	18,1	21,5	3,2	22,2	29,9	34,7	7,7
Feijão 2ª safra	71,7	169,9	137,0	98,2	73,3	164,0	123,7	90,7
Feijão 3ª safra	17,2	20,2	17,4	3,0	25,4	41,0	61,4	15,6
Girassol	40,6	39,9	-1,7	-0,7	41,7	49,0	17,5	7,3
Milho total	1.990,1	1.898,4	-4,6	-91,7	8.118,1	7.619,7	-6,1	-498,4
Milho 1ª safra	85,2	62,1	-27,1	-23,1	409,0	366,3	-10,4	-42,7
Milho 2ª safra	1.904,9	1.836,3	-3,6	-68,6	7.709,1	7.253,4	-5,9	-455,7
Soja	6.224,5	6.398,8	2,8	174,3	18.766,9	20.412,2	8,8	1.645,3
Sorgo	81,4	111,0	36,4	29,6	145,0	203,5	40,3	58,5
Total TO	9.118,6	9.638,8	5,7	520,2	28.855,8	30.949,1	7,3	2.093,3

Fonte: Supor, Geasa

Quadro 021 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola Safra 2010/11 e 2011/12

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	723,5	723,5	0,0	0,0	1.626,4	1.696,2	4,3	69,8
Amendoim total	3,0	2,9	-3,3	-0,1	7,5	7,1	-5,3	-0,4
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra	3,0	2,9	-3,3	-0,1	7,5	7,1	-5,3	-0,4
Arroz	256,0	139,8	-45,4	-116,2	795,9	419,4	-47,3	-376,5
Feijão total	208,2	205,1	-1,5	-3,1	234,9	256,8	9,3	21,9
Feijão 1ª safra	18,1	15,0	-17,1	-3,1	29,9	28,5	-4,7	-1,4
Feijão 2ª safra	169,9	169,9	0,0	0,0	164,0	186,9	14,0	22,9

Feijão 3ª safra	20,2	20,2	0,0	0,0	41,0	41,4	1,0	0,4
Girassol	39,9	39,9	0,0	0,0	49,0	47,9	-2,2	-1,1
Milho total	1.898,4	1.955,0	3,0	56,6	7.619,7	7.921,3	4,0	301,6
Milho 1ª safra	62,1	118,7	91,1	56,6	366,3	759,7	107,4	393,4
Milho 2ª safra	1.836,3	1.836,3	0,0	0,0	7.253,4	7.161,6	-1,3	-91,8
Soja	6.398,8	6.769,9	5,8	371,1	20.412,2	20.986,7	2,8	574,5
Sorgo	111,0	111,0	0,0	0,0	203,5	199,8	-1,8	-3,7
Total TO	10.148,1	10.453,3	3,0	305,2	31.592,5	32.220,1	2,0	627,6

Fonte: Supor, Geasa

11. GESTÃO DE PESSOAS

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas. Conta também com estagiários de nível superior, além de empregados terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

11.1 – Distribuição de Empregados

A estratégia adotada para a alocação dos empregados da SUREG/TO consiste primeiramente na análise do cargo e da função ou espaço ocupacional, verificando se está compatível com a lotação pretendida, visando também deste modo evitar situações de desvio de função. A este procedimento, também está atrelada a análise da formação do empregado, como forma de incentivo para a contínua aprendizagem, bem como as habilidades apresentadas no desempenho de suas atividades

As propostas de mudanças de lotação são realizadas por intermédio de Atos de Superintendência; as sugestões/recomendações de alteração de função ou espaço ocupacional, são enviados para análise dos órgãos responsáveis na Matriz, pois são efetivadas por meio de Portaria emitida pelo Presidente da Companhia. No decorrer do exercício 2011, a SUREG/TO apresentou 02 (duas) propostas de alterações de função ou espaço ocupacional, das quais todas foram efetivadas.

Anualmente é realizada pelo Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEADE a verificação dos dados constantes no quadro de pessoal, na qual as incorreções detectadas são informadas à Matriz (GECAP), considerando que as Superintendências Regionais não tem permissão de acesso ao banco de dados dos empregados (Sistema SENIOR e SIAPE).

Quadro 022– Transferências Internas

EMPREGADO	CARGO/FUNÇÃO	DE	PARA
FELIPE THOMAS DE SOUZA CARVALHO	TNS I/ANALISTA DE OPERAÇÕES	GEFAD/SEADE	GEOSE/SEGEO
JACQUES ANDRÉ SCHEID	TNS I/ANALISTA DE OPERAÇÕES	GEFAD/SEADE	GEOSE/SEGEO

Fonte: SEADE/TO

Quadro 023 – Alteração de Função/Espaço Ocupacional

EMPREGADO	DO CARGO/FUNÇÃO:	PARA O CARGO/FUNÇÃO
FELIPE THOMAS DE SOUZA CARVALHO	TNS I/ANALISTA ADMINISTRATIVO	TNS I/ANALISTA DE OPERAÇÕES
JACQUES ANDRÉ SCHEID	TNS I/ANALISTA ADMINISTRATIVO	TNS I/ANALISTA DE OPERAÇÕES

Fonte: intranet/Boletim informativo

11.2 - Sistema de Comunicação

Todo empregado da Companhia, inclusive os cedidos, possui um endereço eletrônico corporativo, para o qual as correspondências de interesse geral são enviadas pelas Gerências demandantes da Matriz. Também é utilizado o informativo eletrônico “Notícias do Dia” na intranet. Podemos também citar como canais de comunicação: a Ouvidoria, o Fórum de Relações de Trabalho e o Boletim Administrativo, que trata das alterações de pessoal, designações/destituições no âmbito da Companhia. No âmbito da SUREG/TO, além dos expedientes convencionais, informações gerais são disponibilizadas no quadro mural, e para a disseminação dos assuntos relacionados a gestão de pessoas foi implementado o informativo “Notícias do Dia da Sureg/TO”, distribuído eletronicamente.

11.3 – Melhoria do Clima Organizacional

O diagnóstico do clima organizacional da Companhia foi efetuado pela Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC no ano de 2008 e a SUREG/TO, por entender que a satisfação pessoal do colaborador é fundamental para um bom clima organizacional, busca estabelecer uma relação de confiança, mantendo-se disponível para atender aos pleitos dos colaboradores quando procurados, demandando, se necessário, providências das áreas/chefias envolvidas.

11.4 – Ações de Capacitação

As Superintendências Regionais podem propor a realização de cursos de capacitação dentro do limite orçamentário estabelecido pela Diretoria competente, sendo que as atividades com valor superior ao limite estabelecido são encaminhadas para análise da área de TD&E da Matriz.

As ações de treinamento podem ser demandadas pelas áreas da Matriz, pela Superintendência ou pelo empregado interessado. No exercício de 2011, devido às orientações do Governo Federal, houve restrição orçamentária, o que gerou uma significativa redução nas ações de capacitação da SUREG/TO.

Foram realizados apenas 11 (onze) eventos de treinamentos de curta duração, sendo que os mesmos foram promovidos e coordenados pela GECAP, representando uma redução de 65% em relação ao exercício 2010.

Quadro 024– Ações de Treinamento

EVENTOS	CH	ORG.
CURSO SOBRE SISTEMA NACIONAL DE PREÇOS DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO	16h00	CONAB
PALESTRA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICA E DOS CONTROLES	02h00	CONAB
PALESTRA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA NA ADM PÚBLICA	03h00	SUREG/MT
PALESTRA O PODER DO ENTUSIASMO E A FORÇA DA MOTIVAÇÃO NO TRABALHO	02h30	CONAB
ENCONTRO - SUPERINTENDENTES E GERENTES DE ÁREA E PAA	36h00	CONAB
CURSO AGRONEGOCIO	08h00	ABAG
OFICINA SOBRE PAA e PGPM Bio	24h00	CONAB
SIASGNET - DIVULGAÇÃO DE COMPRAS	12h00	SUREG/MT
CURSO OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DO PAA	28h00	CONAB
CONGRESSO NACIONAL SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	30h00	CONSEA
DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS DA CONAB	40h00	CONAB
	201h30	

Fonte: Relatório GECAP/Matriz

A Companhia visando contribuir para o desenvolvimento organizacional, profissional e social de seus empregados, subsidia cursos de pós-graduação, compreendendo programas *Lato Sensu* (especialização) e *Stricto Sensu* (mestrado,

doutorado e pós-doutorado), denominados cursos para desenvolvimento futuro, sendo oferecidas 02 (duas) vagas para cada Superintendência. Na SUREG/TO durante o período compreendido entre 2007 a 2011, 04 empregados foram beneficiados com o programa.

11.5 - Composição e Custos de Pessoal

No fim do exercício, a Sureg/TO contava com 49 empregados, sendo 41 em efetivo exercício na Regional e 8 cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 025 – Composição do Quadro de Recursos Humanos

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva(1)		
1 Provimento de cargo efetivo	0	49		0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	28		0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	0	-	0
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	08		0
1.4.1 Cedidos	-	08	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	13	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0		0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total	0	49		0

Fonte: Sumoc/Gecav

(1) Não inclui 2 pensões vitalícias

Do quadro de pessoal da Sureg/TO, 10 empregados apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 20,40% do quadro.

Quadro 026 - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual

Discriminação	Quantidade de Empregados – em 31/12/2011		
	Sureg-TO		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	41	39	
Reintegrado (Transitado)	2	2	-
Reintegrado Liminar	-	-	-
Anistiado (Transitado)	1	1	-
Anistiado (Liminar)	-	-	-
Anistiado (Lei 8878/94)	7	7	
Outros (Pensão Judicial)			
Outros (Apos.Invalidez)	0		
Total	52	49	

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

11.5.1 – Quadro de Pessoal Ativo

O quadro de pessoal da Sureg/TO, ao final do exercício de 2011, contava com 49 empregados. As alterações foram decorrentes da, de uma transferência externa.

Quadro 027 – Distribuição por área comparativa 2010 e 2011

ÁREA	2010	2011
ADMINISTRATIVA		18
OPERACIONAL		23
CEDIDOS		8
LICENCIADOS		
		49

Fonte: Sereh/TO

O quadro de pessoal da SUREG/TO é composto por 49 empregados assim distribuídos: 18 empregados lotados na área administrativa (Sede da Sureg/TO), 23 empregados lotados na área operacional (Unidades Armazenadoras) e 08 empregados cedidos aos demais órgãos da administração pública federal, correspondendo respectivamente a 37%, 47% e 16% do quadro de pessoal.

Quadro 028 – Composição do Quadro de Recursos Humanos

CARGOS	FUNÇÕES	ADM	OPE	CED	TOT
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (ASG)	AJUDANTE GERAL		3		3
	AGENTE DE SEGURANÇA			1	1
	ARTÍFICE DE MANUTENÇÃO				
	CONTÍNUO				

	MECÂNICO DE MANUTENÇÃO				
	MOTORISTA	1			1
	OP. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (PCS/91)					
AUXILIAR ADMINISTRATIVO (AAD)	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2			2
	AUXILIAR DE OPERAÇÕES	1	5		6
	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS				
	AUXILIAR DE REC. FINANCEIROS	1			1
	AUXILIAR DE RECURSOS MATERIAIS				
AUXILIAR ADMINISTRATIVO (PCS/91)					
AUXILIAR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO				
	AUXILIAR FINANCEIRO				
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS				
	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS				
	AUXILIAR DE OPERAÇÕES				
	MOTORISTA				
AUXILIAR (PCCS/2009)					
ASSISTENTE TÉCNICO (ATO/ATA)	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	4		1	5
	ASSISTENTE DE OPERAÇÕES		6	1	7
	ASSISTENTE DE REC. FINANCEIROS	6		1	7
	CLAS. DE PROD. ORIGEM VEGETAL		1		1
	TÉCNICO AGRÍCOLA				
ASSISTENTE TÉCNICO (PCS/91)					
ASSISTENTE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO				
	ASSISTENTE DE OPERAÇÕES				
	ASSISTENTE DE REC HUMANOS				
ASSISTENTE (PCCS/2009)					
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR (TNS)	ENGENHEIRO				
	PROCURADOR	2			
	TÉCNICO DE OPERAÇÕES	1			1
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR (PCS/91)					
ANALISTA(PCCS/2009)	ANALISTA ADMINISTRATIVO	2			2
	ANALISTA DE CONTABILIDADE				
	ANALISTA DE OPERAÇÕES	5			5
	ENGENHEIRO AGRONOMO	1			1
AUXILIAR (PCCS/2009)	AUXILIAR			4	4

Fonte: SEADE/TO

O quadro de pessoal da SUREG/TO é composto por 41 homens e 08 mulheres, correspondendo respectivamente a 83% e 17% do total do quadro.

Apesar do quadro de pessoal da SUREG/TO ser composto por 49 empregados, efetivamente apenas 41 empregados laboram na Companhia. Os 30 empregados lotados na Sede da Sureg/TO (área administrativa), estão assim distribuídos pelas Gerências e Superintendência: 30 empregados na SUREG, 14 empregados na GEFAD (28%) e 12 empregados na GEOSE (24%). Os demais 11 empregados lotados nas unidades armazenadoras (área operacional), estão assim distribuídos: 06 empregados na UA Araguaína (12%), 05 empregados na UA Rio Formoso (10%).

Os 30 empregados do quadro de pessoal da Sureg/TO estão enquadrados em cargos de nível fundamental, médio e superior. Os cargos de nível fundamental englobam os 02 Auxiliares Administrativos (AAD) e os 01 Auxiliares de Serviços Gerais (ASG),

pertencentes ao PCS/91 e os 00 Auxiliares pertencente ao PCCS/2009, que totalizam 03 empregados, representando 0,06% do quadro de pessoal. Os cargos de nível médio englobam os 04 Assistentes Técnico Operacional (ATO) e os 08 Assistentes Técnico Administrativo (ATA) pertencentes ao PCS/91 que representam 24% do quadro de pessoal. Os cargos de nível superior englobam os 02 Técnicos de Nível Superior (TNS) pertencentes ao PCS/91 e os 08 Analistas pertencentes ao PCCS/2009, que totalizam 10 empregados, representando 20% do quadro de pessoal.

Quadro 029 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade (1)										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo				8	9	5	6				28
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira											
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-			2	1	4	1				8
2. Provimento de cargo em Comissão	0			1	3	6	3				13
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-							-	-	-	0
3. Total	0	0	0	11	13	15	10	0	0	0	49

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Obs.: Não inclui 2 pensões judiciais e 01 aposentadoria por invalidez

Os ocupantes dos cargos de nível fundamental são 11 , 13 empregados possuem o ensino médio completo, 15 empregados possuem o ensino superior, e 09 empregados são pós-graduados, que representam respectivamente 23%, 27%, 31% e 19% do quadro de pessoal.

11.5.2 – Distribuição dos Empregados – Por Faixa Etária - 2011

A faixa etária entre 51 a 60 anos com 53% é a que apresenta maior concentração, seguida pela faixa entre 41 a 50 anos ou 16% do número de empregados, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 030 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	1	5	4	15	2	28
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira						
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		0	2	3	3	8
2. Provimento de cargo em Comissão	0	1	4	8	0	13
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-				-	
3. Outros	0	0	0	0	0	0
31. Pensão Judicial						

Fonte: Sutin

Obs.: Inclui 2 pensões judiciais e 01 aposentadoria por invalidez

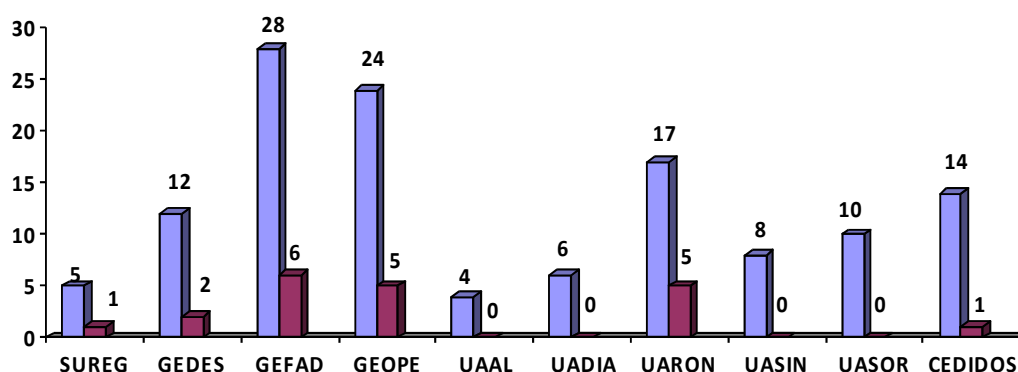
Denota-se destas informações que 63% do quadro de pessoal da Sureg/TO estão com idade superior a 51 anos.

Do quadro de pessoal, 4 possuem de 21 a 30 anos de tempo de serviço na Companhia, representando 8% do quadro e 9 empregados possuem de 31 a 35 anos de tempo de serviço, representando 18% do quadro

11.5.3 – Distribuição dos Empregados Aposentados

Do total de empregados, 16 já estão aposentados pelo Regime Geral da Previdência, representando 32%.

Gráfico 001 - Distribuição dos Empregados Aposentados



O quadro de pessoal da Sureg/TO é composto por 49 empregados dos quais 16 já estão aposentados pelo Regime Geral da Previdência, assim dos 02 empregados lotados na Superintendência, 01 já se encontra aposentado; dos 14 empregados lotados na Gefad, 06 já estão aposentados; dos 12 empregados lotados na Geose, 05 estão aposentados. Na UA Araguaína dos 06 empregados lotados, 0 estão aposentados e UA Rio Formoso dos 05, 01 está aposentado; dos 02 empregados lotados na Prore, 0 estão aposentados. Dentre os empregados cedidos, apenas 01 está aposentado.

11.5.4 – Admissões, Demissões e Transferências

No decorrer do ano de 2011 foram readmitidos três ex-empregados beneficiados pela Lei da Anistia, sendo que um foi lotado na Sede da Sureg e dois nas Unidades armazenadoras. Foi realizada uma transferência externa e um desligamento decorrente da concessão por aposentadoria por invalidez pelo INSS.

É importante ressaltar que os empregados aposentados por invalidez são desligados da Conab, com a possibilidade de retornar as suas atividades laborais se considerados reabilitados ao trabalho por decisão INSS, conforme dispõe o art. 475 da CLT.

11.5.5 - Perspectivas de Aposentadoria

A Sureg/TO possui em seu quadro de pessoal 16 empregados já aposentados, seja por idade ou por tempo de contribuição, correspondendo a 32,65% do quadro de ativos. Até o ano de 1995, os empregados que eram aposentados por qualquer motivo, exceto os aposentados por invalidez, tinham a rescisão do seu contrato de trabalho automática, porém a ADINS 1770-4 e 1721-3 suspendeu os efeitos do parágrafo 1º do art. 453 da CLT.

Assim, com base na análise do tempo de serviço efetivo na Companhia, a projeção dos empregados que cumprirão os requisitos para a habilitação à aposentadoria, no período compreendido entre os anos de 2012 a 2017, está disposta no quadro abaixo:

Quadro 031 – Faixa Etária X Tempo de Trabalho

		Tempo de Serviço									Total
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	Mais de 40	
Faixa Etária	20 a 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	26 a 30	1	1	-	-	-	-	-	-	-	
	31 a 35		2	-	-	-	-	-	-	-	
	36 a 40	1	3	-	-	0		-	-	-	
	41 a 45	1					-	-		-	
	46 a 50	2	1			2A	4	-		-	
	51 a 55	3				1	5	7	1	-	
	56 a 60		1		1A		3	2	3A	-	
	61 a 65					1	1	-	1	-	
	66 a 70						-	-		-	
	Mais de 70		1				-	-		-	
Total		8	9		1A	4	13	9	5	0	49

Fonte: Sureh

Quadro 032 - Perspectivas de Aposentadoria

FUNÇÕES	TOT (A)	APS (B)	(A-B)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ASG/AJUDANTE GERAL	3	0	3						
ASGARMAZENISTA									
ASG/ARTÍFICE DE MANUTENÇÃO									
ASG/SERV. GERAIS	1	0	1						
ASG/MECÂNICO DE MANUTENÇÃO									
ASG/MOTORISTA	1	0	1						
ASG/AGENTE DE SEGURANÇA	1	0	1						
AAD/AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2	1	1						
AAD/AUXILIAR DE OPERAÇÕES	6	1	5						
AAD/AUX. DE RECURSOS HUMANOS									
AAD/AUX. DE REC. FINANCEIROS	1	0	1						
AAD/AUX. DE RECURSOS MATERIAIS									
AUXILIAR ADMINISTRATIVO									
AUXILIAR FINANCEIRO									
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS									
AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS									
AUXILIAR DE OPERAÇÕES									

MOTORISTA									
ATA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	5	2	3						
ATO/ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	7	4	3						
ATA/ASSIST DE REC. FINANCEIROS	7	7	0						
ATO/CLAS. DE PROD. ORIG. VEGETAL	1	0	1						
ATO/TÉCNICO AGRÍCOLA									
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO									
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES									
ASSISTENTE DE REC HUMANOS									
TNS/ENGENHEIRO									
TNS/PROCURADOR									
TNS/TÉCNICO DE OPERAÇÕES	1	1	0						
PCCS/2009									
AUXILIAR	4	0	4						
ANALISTA ADMINISTRATIVO	1	0	1						
ANALISTA DE OPERAÇÕES	5	0	5						
ENGENHEIRO AGRONOMO	1	0	1						
PROCURADOR	2	0	2						
TOTAL	49	16							

Fonte: Sereh/TO

(*) Os empregados completarão o tempo de contribuição pelas regras atuais do INSS, 30 anos para mulher e 35 para os homens. Nos dados apresentados não foi considerado o tempo de serviço prestado a outras empresas.

11.5.6 - Recomposição do Quadro de Pessoal

A competência regimentar quanto à identificação da necessidade de força de trabalho, controle e manutenção do quadro de pessoal, elaboração e estudos relativos à reestruturação e à reorganização administrativa, planejamento e coordenação das atividades de recrutamento e seleção pública para o preenchimento de cargos de provimento efetivo são dos órgãos da Administração Central da Conab (Matriz), todavia a Sureg/TO, ciente que a gestão de recursos humanos deve ser revista, considerando que ainda há lacunas em termos quantitativos e qualitativos, que poderão comprometer os resultados almejados e o cumprimento da missão institucional da Companhia, externou sua preocupação em expedientes direcionados às áreas competentes: CI SUREG/TO nº 058 de 24/08/2010 e 069 de 06/05/2010, onde apresentou sua necessidade de pessoal, para fazer frente à demanda de serviços no Estado. A recomposição do quadro de pessoal será realizada conforme Nota Técnica AUDIN nº 05/2012 – Relatório de Auditoria Especial – CGU – nº 00190.021911/2011-41 – Plano de Providências.

11.5.7 – Quadro de Estagiários

O Programa de Estágio da Companhia foi implementado através do Voto DIAFI nº 378/2003 com o objetivo de proporcionar a complementação educacional dos estudantes de ensino médio e superior, e o seu desenvolvimento profissional por meio da vivência na Companhia. O Voto DIRHU nº 12/2008, definiu o número de 13 vagas para estagiários na Sureg/TO, sendo que ao final do exercício 2011, constava com 11 estagiários de nível superior, distribuídos nas áreas meio e fim.

Quadro 033– Composição do Quadro de Estagiários

VAGAS APROVADAS	31/12/11	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		CUSTO (R\$)
		Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	
13	11	9	2	8	2	8	2	9	1	R\$ 22.040,14

11.5.8 – Assistência Médica e Odontológica aos Empregados e seus Dependentes

A Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde (SAS) que é caracterizado por um conjunto de medidas administrativas voltadas para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social dos empregados e dependentes, em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde. Os empregados têm participação financeira na cobertura das despesas do SAS oferecido pela Companhia, cujo desconto ocorre em folha de pagamento em percentuais fixados de acordo com faixa/nível salarial definidos em Acordo Coletivo de Trabalho. Não há contribuição mensal, sendo também reembolsadas as despesas com saúde pagas pelos usuários quando não há prestadores credenciados ao SAS.

A dotação orçamentária é obtida da Ação (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, sendo realizada em função do número de empregados e seus dependentes e a utilização do benefício. Foi previsto pela Matriz (GESAS) o valor de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais) para custear a concessão do Serviço de Assistência à Saúde aos beneficiários da Sureg/TO, dos quais foi executado no exercício de 2011 o total de R\$ 184.378,72 (cento e oitenta e quatro mil trezentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

11.5.9 – Assistência Médica Empregados - Exames Periódicos

Para realização do previsto na Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) da Portaria M.T.E. nº 3214/1978, são aplicadas exames médicos ocupacionais a todos os empregados da Companhia, com o objetivo de verificar as condições de saúde do empregado para o desempenho das funções que irá exercer, estiver exercendo ou exerceu, compreendendo avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental, além dos exames complementares voltados para o controle da exposição aos agentes de risco. A convocação é realizada no mês de aniversário, contemplando exames específicos por sexo, faixa etária e atividade.

A dotação orçamentária é obtida da Ação (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, sendo realizada em função do número de empregados convocados. A Sureg/TO não dispõe de serviço médico/laboratorial para a realização dos exames periódicos, utilizando para o cumprimento os prestadores credenciados ao Serviço de Assistência à Saúde.

11.5.10 - Capacitação

A Conab realiza diversas ações de treinamento aos seus empregados, delineados em função das características e da natureza das atividades laborais, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento profissional e o aprimoramento contínuo.

A dotação orçamentária é obtida da Ação (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação, que engloba o custeio dos eventos de TD&E aos empregados, incluindo o pagamento taxa de inscrição, passagens e diárias quanto pertinentes, sendo no exercício 2011, foi realizada em função da quantidade de eventos autorizados e/ou proporcionados pela Matriz (GECAP). A

execução orçamentária realizada em 2011 na Sureg/TO foi de R\$ 2.496,50(dois mil quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos).

11.5.11 – Mão de Obra Terceirizada

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2011.

Quadro 034 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: SUREG/TO														
UG/Gestão: 135337										CNPJ: 26.461.699/0197-95				
Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
						F		M		S				
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2011	L	O	LH	13/07/11	12/07/15	M	M					P	3	
2007	V	O	V.O	24/12/07	23/12/11	M	M					P	11	
Observação:														
Legenda:														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada														

Fonte: Sureg-TO/GEFAD/ SEADE

Quadro 035 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante															
Nome: SUREG/TO															
UG/Gestão: 135337										CNPJ: 26.461.699/0197-95					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
2007			BRAÇAGEM	37.344.363/0001-54	01/11/07	31/10/12							A	10	
2008			ADVOCAT.	04.646.327/0001-96	12/08/08	11/08/13							A		1
2009			COFIANÇA	04.829.840/0001-12	15/07/09	14/07/14							A		13
Observação: NÃO EXISTE NUMEROS FIXOS DE TRABALHADORES															
Legenda:															
Área:															
1 – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;															
2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;															
3 – Serviços de Copa e Cozinha;															
4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis;															
5 – Serviços de Brigada de Incêndio;															
6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;															
7 – Outras.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte: SUREG/PRORE

11.6 – Análise de Operacional e Orçamentária de Entidade de Previdência Complementar Patrocina pela CONAB - CIBRIUS

Não se aplica a SUREG/TO

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1 – Análise da Execução orçamentária

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg/TO estão inseridas em 3 programas do PPA, distribuindo-se em 13 Ações.

12.1.1 - Programas

12.1.1.1 – Programa 0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar

•Tipo de Programa: Finalístico

•**Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.

•**Público-Alvo** (beneficiários): O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de

informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.

• **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

a) Produção Nacional de Grãos:

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano safra.

b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

12.1.1.2 Programa 0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária

- Tipo de Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- Objetivo Geral: coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando à garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- Público-Alvo: Governo Federal
- Indicadores ou parâmetros utilizados: Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de

políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícolas e pecuárias, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

12.1.1.3 Programa 0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- Tipo de Programa: Operações Especiais
- Objetivo Geral: cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- Gerente do Programa: Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

12.1.2 – Principais Ações dos Programas

- **0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar**
 - 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
 - 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos;
 - 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
 - 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
 - 2130 - Formação de Estoques Públicos-PGPM;
 - 2137 - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários;
 - 2272 - Gestão e Administração do Programa;
 - 2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns;
 - 4702 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras;
 - 4706 - Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento;
 - 8579 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar;
- **0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária**
 - 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação; e
 - 4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.
- **0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**
 - 0022 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, Devida por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

Quadro 036 - Demonstrativo de Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	460	477	465	714.000,00	707.836,47
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	125	85	130	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	122	123	125	715.000,00	684.418,88
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	97	119	113	12.000,00	11.245,20
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	-	45	50	5.000,00	2.778,47
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	35	22	31	36.000,00	2.632,13
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	280.000,00	251.293,18
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	560	575	296	150.000,00	112.149,80
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	-	-	500000	130.000.000,00	73.442.524,68
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	6.472.000,00	6.395.418,88
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	5.000,00	4.099,25
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	5	5	5	1.449.869,90	43.699,12
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	11	11	11	50.000,00	42.406,85

12.1.2.1 – (2130) - Formação de Estoques Públicos

- Tipo: Atividade
- Finalidade: Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- Descrição: Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal - AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

(21301) Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/TO	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	3.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	3.000.000,00	0,14
Execução Orçamentária	918.235.408,22	687.482,54	0,07
Índice	42,32	22,92	-
Meta Física	4.031.000	0	0,00
Execução Física	811.250	0	0,00
Índice	20,13	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Aquisições

Ano	Produto	Quantidade (Em t)		
		AGF	Contrato de Opção	Total
2009	Milho	26	0	26
2010		0	0	0
2011		0	0	0

Fonte: Suope/Gefoc

Remoções

UF		Produto	Motivo	Valor (R\$)		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
TO	TO	Milho	Vendas em Balcão	65.050,00	61.294,20	750.000	750.000	-	-	-
Total				65.050,00	61.294,20	750.000	750.000	-	-	-

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto				
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				88,25
2010				0,00
2011	Meta:	100,00	Resultado:	0,00
Análise:				

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				3,19
2008				3,69
2009				76,32
2010				42,74
2011	Meta:	100,00	Resultado:	22,92
Análise:				

Quadro 037 – Demonstrativo de Despesas na Formação de Estoque Públicos

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-TO	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	22.420,00	1,67
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	815.772,95	0,18
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	492.413,15	72,36
Embalagens	5.342.883,52	0,00	0,00
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	286.613,79	0,09
Seguros em geral	10.983.147,15	12.725,49	0,12
Comissões e corretagens	12.374.999,26	114.917,32	0,93
ICMS	47.485.159,88	321.160,15	0,68
ISS	14.877,26	5.540,17	37,24
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	64.728,95	106,69
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	7.200,03	0,46
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	1.191,97	4,11
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	122.136,24	0,23
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	2.266.820,21	0,25

Para a realização das atividades correlatas aos estoques públicos a LOA/2011 consignou, para a Conab, dotação inicial de R\$2.169.760.000,00 (fonte 160) e meta física de 4.031.000 toneladas de produtos agrícolas.

No exercício de 2011, não ocorreram aquisições de produtos vinculados a PGPM na Conab/Sureg/TO.

12.1.2.2 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- Tipo: Atividade
- Finalidade: Visa a promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- Descrição: Realização, in loco, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a

execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

Quadro 038 – Metas e execução Ação (2137)

(2137) Fiscalização dos Estoques e da Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001

PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/TO	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 20.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 20.000,00	0,48
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 13.656,78	0,84
Índice	38,65	-	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	10	0,18
Execução Física	6.030	13	0,22
Índice	109,64	130,00	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

A meta física para a Conab aprovada na LOA/2011 previa a fiscalização de 5.500 unidades, sendo consignada dotação orçamentária de R\$ 4.200.000,00(quatro milhões de reais).

Na Sureg/TO foram realizadas 13 fiscalizações, superando a meta física em 2,68% e representando cerca de 0,22% de todas as fiscalizações executadas pela Companhia.

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	106.207	106.207	7.082	7.082
Contrato de Opção	1.728	1.728	2	0
Agricultura Familiar	31.533	31.397	32.379	32.379
Fome Zero	888	888	384	384
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	-	-	0	0
Total	140.356	140.220	39.847	39.845

Fonte:Gefis

Discriminação	Exercício			
	2008	2009	2010	2011
Vendas em Balcão	18	-	1	0
AGF	-	-	-	0
PEPRO	-	2	1	0
PEP	-	-	-	0
VEP	-	-	-	0
PROP	-	-	-	0
Propostas de Seguro Rural	3	6	14	-
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	0
Total	21	8	16	0

Fonte: Gevep

Produto	Ocorrência (Em t)				Total
	Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		
	AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
Milho	0	0	0	2	2
Total	0	0	0	2	2

Fonte: Gefis

Empregado			2010	2011
Antônio Adelco da Conceição			x	
Otoniel Siqueira Campos de Abreu Rocha			x	
José Amaro Guedes			x	
Roosevelt Caetano da Silva			x	
Juarez Pereira da Silva			x	
Raimundo Brito Rodrigues			x	

Fonte: Gefis

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pes. Física	Pes. Jurídica				
2007	11.230,00	3.195,32	651,49	0,00	105,00	0,00	0,00	0,00	15.181,81
2008	11.410,00	2.527,00	500,00	0,00	308,94	0,00	0,00	0,00	14.745,94
2009	6.142,00	1.547,60	0,00	0,00	115,00	0,00	0,00	0,00	7.804,60
2010	18.133,00	2.554,61	160,00	115,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.962,61
2011	9.776,00	1.761,78	2.119,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.656,78

Fonte: Siafi

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas				
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X= Sufis e Y= Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				-
2008				110,00
2009				340,00
2010				320,00
2011	Meta:	100,00	Realizado:	130,00
Análise:				

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Com				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X= Siafi e Y= Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				89,30
2008				73,73
2009				97,56
2010				69,88
2011	Meta:	100,00	Realizado:	68,28
Análise:				

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				2,57
2008				0,00
2009				0,80
2010				0,10
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,01
Análise:				

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise:				

Nome: Custo por Fiscalização realizada				
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				-
2008				1.340,54
2009				459,09
2010				655,08
2011	Meta:	100,00	Realizado:	1.050,52
Análise:				

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo programado				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y)*100]				
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada				
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis				
Resultados:				
2007				63,17
2008				54,40
2009				300,96
2010				155,80
2011	Meta:	100,00	Realizado:	99,61
Análise:				

12.1.2.3 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- Tipo: Atividade
- Finalidade: A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- Descrição: Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

12.1.2.4 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- Tipo: Atividade
- Finalidade: Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- Descrição: Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

Conforme demonstrado no quadro acima, a SUREG/TO não realizou despesas com diárias relacionadas ao cadastramento de unidades armazenadoras, no exercício de 2011.

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001

PTRES = 01692

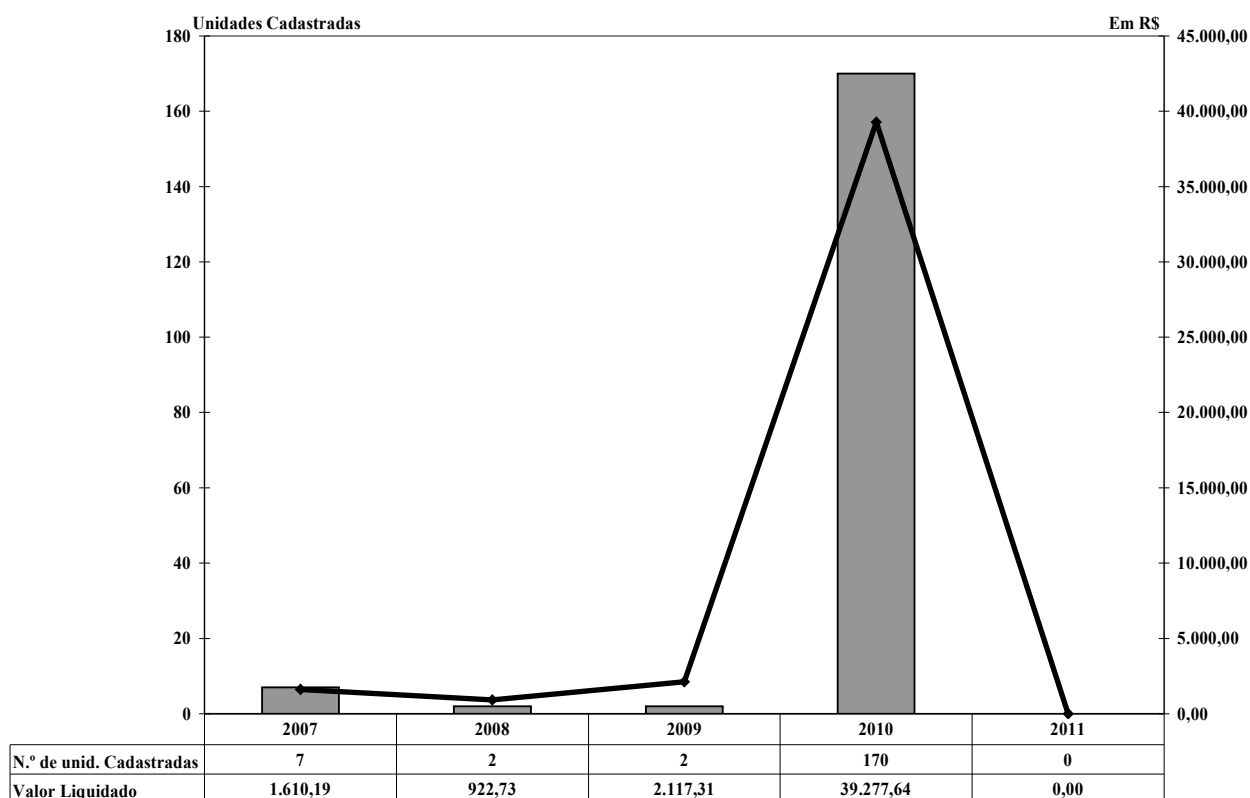
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/TO	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	500.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	60.970,43	0,00	0,00
Índice	12,19	-	-
Meta Física – Unidade cadastrada	4.500	0	0,00
Execução Física	1.889	0	0,00
Índice	41,98	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados			
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas			
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			-
2008			-
2009			-
2010			109,68
2011	Meta:	100,00	Realizado
Análise:			-

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			80,51
2008			61,52
2009			42,35
2010			93,52
2011	Meta:	100,00	Realizado
Análise:			-

Nome: Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				230,03
2008				461,37
2009				1.058,66
2010				231,04
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	-
Análise:				



12.1.2.5 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Quadro 039 – Metas e execução Ação (8579)

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-TO	
Dotação Orçamentária	315.000,00	3.000,00	0,95
Execução Orçamentária	294.066,15	1.912,39	
Índice	93,35	63,75	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	0	0,00
Execução Física	7.845	0	
Índice	98,06	0,00	

Para o desenvolvimento da Ação, foi programado coleta de dados em campo e a visita de empregados aos principais fornecedores de informações, objetivando a criação de um cadastro de fornecedores, visando a melhoria da qualidade e confiabilidade dos dados.

Para elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres previstas na meta física da Conab Matriz, técnicos da Sureg/TO participaram de levantamentos e pesquisas de levantamento de custo de máquinas/insumos e de produção de aves e suínos, gerando custos que somaram R\$ 1.912,39(um mil novecentos e doze reais e trinta e nove centavos), informações estas que foram repassadas a área de coordenação da Ação na Matriz.

Nome: Percentual de Informações Agropecuárias disponibilizadas				
Descrição: Percentual de informações geradas e disponibilizadas				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100% da meta estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Número de informações disponibilizadas e Y = Quantidade prevista na LOA				
Fonte: X = Geint e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				-
2009				-
2010				-
2011	Meta:	-	Realizado	-
Análise:				

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				26,51
2009				-
2010				-
2011	Meta:	-	Realizado	63,75
Análise:				

Nome: Número de Séries Estatísticas Disponíveis				
Descrição: Quantidade de séries estatísticas, atuais e históricas, que são disponibilizadas ao público em geral				
Objetivo: Acompanhar a evolução da base de dados quanto a incorporação de novos dados e informações				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Quantidade				
Meta: 8.000 séries (rever)				
Fórmula de Cálculo: N.º de séries que compõe o banco de dados				
Variáveis: -				
Fonte: Suinf/Geint				
Base geográfica: Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				-
2009				-
2010				-
2011	Meta:	-	Realizado	-
Análise:				

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	900,00	793,11	-	30,00	-	1.723,11
2009	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	0,00
2011	1.462,50	-	449,89	-	-	1.912,39

Fonte: Siafi

12.1.2.6 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001

PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/TO	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	185.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	0,00	-
Dotação Final	24.605.292,00	185.000,00	0,75
Execução Orçamentária	24.534.231,29	184.378,72	0,75
Índice	99,71	99,66	-
Meta Física	14.849	230	1,55
Execução Física	14.880	238	1,60
Índice	100,21	103,48	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	230	230	0,00	273.000,00	185.000,00	-32,23
Execução	234	238	1,71	271.063,62	184.378,72	-31,98
Percentual de Execução	101,74	103,48	-	99,29	99,66	-
Gasto per capita (R\$)				1.158,39	774,70	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	2.430,00	53.684,78	81.624,05	-	-	137.738,83
2008	-	91.034,70	139.562,81	-	-	230.597,51
2009	-	42.718,78	92.757,05	-	-	135.475,83
2010	-	48.131,96	222.931,66	-	-	271.063,62
2011	-	53.413,12	130.965,60	-	-	184.378,72

Fonte: Siafi

Como sugestão os quadros acima devem ser utilizados apenas como elementos de análise, se necessário.

Não são necessários no Relatório

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				85,93
2008				85,66
2009				99,57
2010				101,74
2011	Meta:	100,00	Realizado	103,48
Análise:				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				98,38
2008				99,40
2009				99,61
2010				99,29
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,66
Análise:				

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				593,70
2008				989,69
2009				570,41
2010				1.158,39
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	774,70
Análise:				

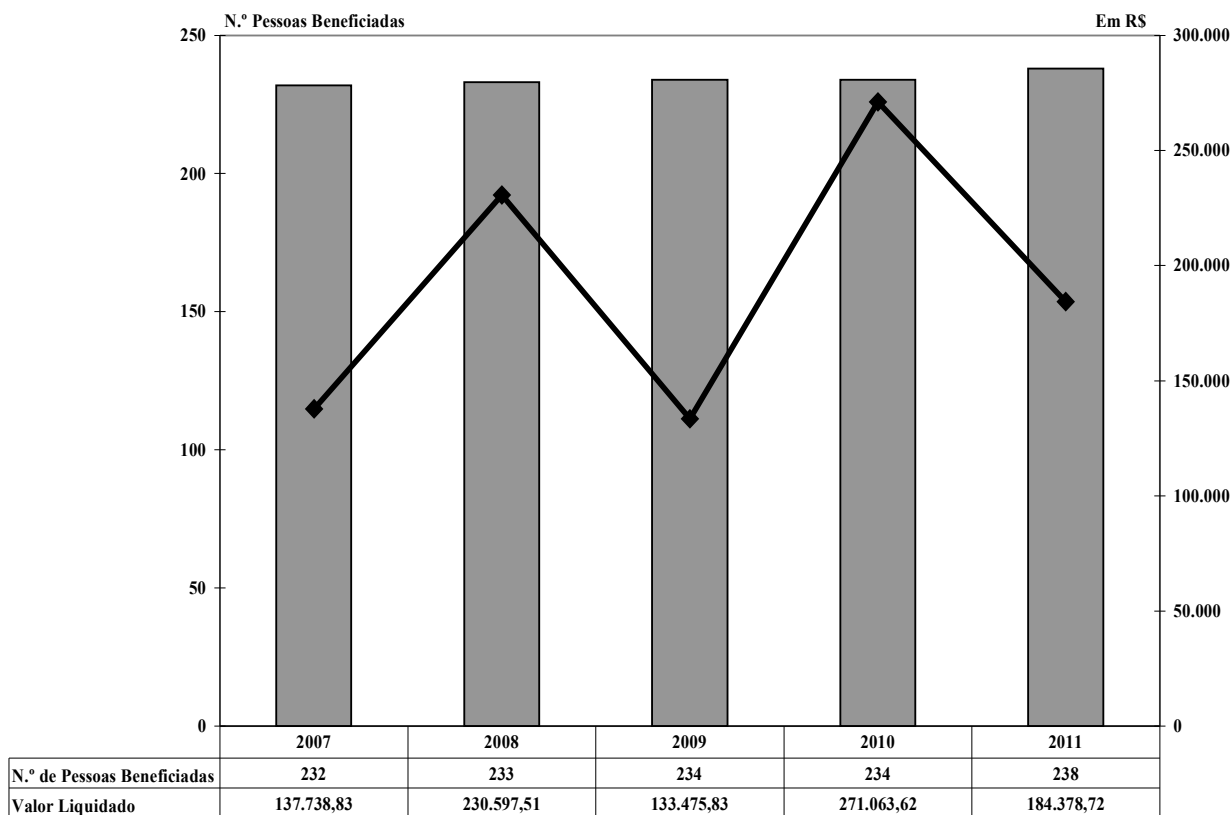
Visando o atendimento das necessidades dos empregados da CONAB e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2011+Créditos Suplementares dotação orçamentária de R\$24.605.292,00 e para a Sureg/TO foi descentralizado crédito de R\$ 185.000,00. Durante o exercício de 2011 foram gastos R\$ 184.378,72, perfazendo 99,66% da meta financeira.

No acumulado de 2011, a média mensal de beneficiários foi de 238, isto é, 1,6% acima da meta física de 230 beneficiários.

12.1.2.7 - A distribuição das despesas ocorreram conforme detalhamento seguinte.

O Serviço de Assistência a Saúde (SAS) da Conab dá a garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios e caracteriza-se pela auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível/faixa salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), definida em Acordo Coletivo de Trabalho.

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ



12.1.2.8 – (2011) Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

- Tipo: Atividade
- Finalidade: Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria Administrativa – DIRAD

Quadro 040 – Metas e execução Ação (2011)

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001

PTRES = 01685

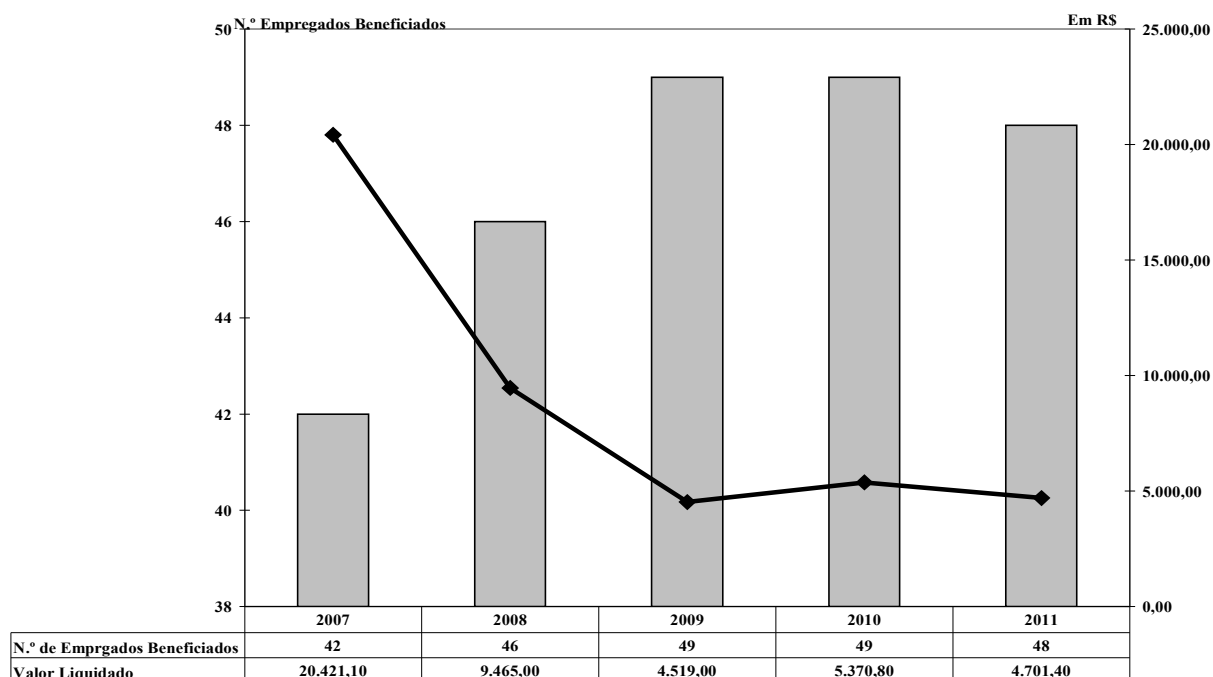
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/TO	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	5.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	0,00	
Dotação Final	7.441.122,00	5.000,00	0,07
Execução Orçamentária	7.352.073,59	68.972,34	0,94
Valor Liquidado na Sureg-TO	0,00	4.701,40	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	64.270,94	93,18
Índice	98,8	-	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	38	1,16
Execução Física	4.286	48	1,12
Índice	130,59	126,32	

A Sureg TO teve como meta física atender uma média de 38 beneficiários/mês durante o ano de 2011, tendo beneficiado 119, ultrapassando a meta prevista em 126,32%. As despesas lançadas pela Regional nessa Ação foram de R\$ 68.972,34, sendo R\$ 4.701,40 em Vale Transporte/crédito em cartão magnético e R\$ 64.270,94 executado pela Matriz.

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				93,33
2008				109,52
2009				122,50
2010				98,00
2011	Meta:	100	Realizado	126,32
Análise:				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				81,68
2008				94,65
2009				90,38
2010				76,73
2011	Meta:	100	Realizado	94,03
Análise:				

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				486,22
2008				205,76
2009				92,22
2010				109,61
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	97,95
Análise:				



A execução orçamentária desta Ação é realizada da seguinte forma:

- a) pela Matriz, por meio da folha de pagamentos, para aqueles empregados que optaram pelo recebimento do benefício em pecúnia; e
- b) pela Sureg/TO, quando a opção for pelo recebimento em créditos em cartão magnético ou vales-transportes.

12.1.2.9 - (2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

O auxílio alimentação é um benefício institucional oferecido pela Conab com o objetivo de assegurar alimentação básica para o empregado, em consonância com a política de melhoria de qualidade de vida de seus recursos humanos, mediante a concessão de 23 (vinte e três) créditos em cartão magnético, cujo valor foi definido em ACT, nas modalidades refeição ou alimentação, conforme opção formalizada pelo empregado. Percebidos mensalmente, com participação financeira dos empregados descontada em folha de pagamento com os percentuais também definidos em Acordo Coletivo de Trabalho.

A dotação orçamentária é obtida da Ação (2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados, sendo basicamente realizada em função do número de empregados pertencentes ao quadro de pessoal habilitados à percepção do benefício, como não havia projeções quanto a contratações de novos empregados, foi previsto pela Matriz (GEBEM) o valor de R\$ 300.000,00(trezentos mil reais) para custear a concessão do auxílio-alimentação aos beneficiários da Sureg/TO, dos quais foi executado no exercício de 2011 o total de R\$ 266.642,50(duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Quadro 041 – Metas e execução Ação (2212)

(2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001

PTRES = 001684

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/TO	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	300.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	0,00	-
Dotação Final	22.246.764,00	300.000,00	1,35
Execução Orçamentária	21.662.047,14	266.642,50	1,23
Índice	97,37	88,88	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	48	1,14
Execução Física	4.334	49	1,13
Índice	103,36	102,08	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Geralompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				95,56
2008				108,70
2009				102,00
2010				125,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	102,08
Análise:				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Geralompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,97
2008				98,43
2009				100,00
2010				99,46
2011	Meta:	100,00	Realizado	88,88
Análise:				

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Geralompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				4.533,53
2008				5.511,91
2009				4.225,30
2010				5.867,97
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	5.441,68
Análise:				

A dotação aprovada na LOA/2011+Suplementação/Cancelamentos foi de R\$ 22.246.764,00, dos quais foram gastos R\$21.662.047,14, perfazendo 97,37% do previsto.

A Sureg/TO previa o atendimento a 48 empregados/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) de valor unitário de R\$ 20,00/dia (Acordo Coletivo biênio 2009/2011, vigente de 1/09/2009 até 31/10/2011, e beneficiou 49 (2,08% acima da meta). Com relação à meta financeira, a Regional previa uma dotação orçamentária de R\$ 300.000,00 e executou R\$ 266.642,50 (88,88%), o que equivale a 1,23% da execução orçamentária nacional.

12.1.2.10 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- Tipo: Atividade
- Finalidade: Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- Descrição: Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria Financeira – DIFIN

Quadro 042 – Metas e execução Ação (2272)

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	390.916.326,00	Sureg-TO	
Dotação Orçamentária Inicial	488.416.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	391.071.326,00	4.390.000,00	1,12
Pessoal	77.070.000,00	1.725.000,00	2,24
Custeio	20.275.000,00	2.660.000,00	13,12
Investimentos	461.250.028,94	5.000,00	0,00
Execução Orçamentária	387.327.794,86	4.320.247,22	1,12
Pessoal	73.477.389,40	1.720.513,88	2,34
Custeio	444.844,68	2.596.357,35	583,65
Investimentos	94,44	3.375,99	3.574,83
Índice	99,04	98,41	-

Fonte: Supor e Siafi

A meta prevista para a Sureg/TO era de R\$ 4.390.000,00, sendo liquidado no período R\$ 4.320.247,22, representando 98,41% da dotação e 1,12% do gasto total da Companhia.

Discriminação	TO				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	3.581,51	539.924,27	1.331.695,47	1.613.779,01	1.720.513,88
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	57.726,45	204.045,48	225.621,64	238.358,95
Obrigações patronais	28,90	482.197,82	1.127.649,99	1.388.157,37	1.482.154,93
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	3.552,61	0,00	0,00	0,00	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio	1.623.936,29	1.519.761,46	1.840.622,76	2.311.935,19	2.596.357,35
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	21.690,00	41.912,50	51.328,50	21.778,50	18.580,00
Material de consumo	191.111,20	110.550,73	128.572,15	165.817,70	105.626,94
Passagens e Despesas com locomoção	40.761,83	47.433,70	36.320,32	40.923,64	13.510,16
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	7.698,28	2.894,01	786,05	1.455,94	3.347,05
Locação de mão-de-obra	364.046,90	397.461,22	547.225,29	838.103,18	1.033.162,03
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	925.243,07	888.577,22	1.031.878,74	0,00	1.350.268,97
Obrigações tributárias e contributivas	73.385,01	0,00	0,00	25.567,04	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	0,00	0,00	0,00	2.863,52	37.157,10
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	1.215.425,67	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	30.932,08	44.511,71	0,00	34.705,10
Investimentos	88.068,68	16.224,65	83.525,26	1.820,00	3.375,99
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	18.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	69.567,68	16.224,65	83.525,26	1.820,00	3.375,99
Total	1.715.586,48	2.075.910,38	3.255.843,49	3.927.534,20	4.320.247,22

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa				
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Sufin				
Resultados:				
2007				26,56
2008				40,60
2009				47,44
2011				99,32
2010	Meta:	100,00	Realizado	97,32
Análise:				

Despesas Correntes e Investimentos

As principais despesas relativas a esta Ação, no âmbito da área administrativa, foram realizadas por meio de pregão eletrônico e cotação eletrônica, dando maior transparência às operações. Durante o exercício de 2011, ocorreram os seguintes procedimentos:

a) Processos Licitatórios

No exercício de 2011, foram concretizados apenas 04 procedimentos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico, conforme registrados nos Processos a seguir especificados.

Este número reduzido de processos licitatórios foi devido a limitação de empenho para as despesas de custeio, determinadas pela Companhia através da Resolução nº 003, de 05/04/2011, para cumprimento as restrições orçamentárias impostas pelos Decretos 7.445 e 7446, de 1º de março de 2011.

Quadro 043 – Pregão Eletrônico e Concorrência realizados no exercício de 2011

Nº	OBJETO	PROCESSO	Vlr de Referência (R\$)	Valor Contratado (R\$)	Economia (R\$)	Economia %
001/2011	Contratação Serviços de Limpeza e Conservação	21214.000024/2011-94	116.785,44	116.770,00	15,44	0,01%
001/2011	Contração Serviço Especializado de Engenharia	21414.000139/2008-83	2.513.066,17	2.490.522,17	2.513.066,17	0,90%
TOTAL			2.629.851,61	2.607.292,17	22.559,44	0,91%

Os resultados do pregão eletrônico e concorrência demonstram a economia verificada para a aquisição/contratação de serviços e produtos, pois o valor de referência de R\$ 2.629.851,61 foi determinado pelo menor custo obtido em pesquisa de mercado e no resultado do pregão (valor contratado) não foi possível uma redução a exemplo dos anos anteriores, que era utilizado o custo médio das propostas apresentadas na pesquisa de preços, reduzindo portanto, em 2011, o percentual de economia para menos de 0,91% (zero vírgula noventa e um por cento).

No entanto, não podemos classificar este desempenho como negativo, pois como já mencionado o valor inicial dos lances esteve mais próximo do valor de mercado, logo o custo dos bens/serviços mantiveram a mesma exequibilidade verificada em períodos anteriores, caso contrário, não haveria um resultado positivo na fase contratual.

b) Cotação Eletrônica

Durante o exercício de 2011, foi realizada 1 cotação eletrônica para aquisição de produto e/ou bem visando o atendimento das necessidades pontuais na Sede da Regional e Unidades Armazenadoras.

Esta despesa, considerada de pequeno porte, é realizada mediante cotação eletrônica, a qual além de proporcionar um custo de processamento menor do que nos certames licitatórios, existe a mesma transparência do pregão eletrônico e de outras modalidades, com possibilidade de maior disputa, pois também é utilizado o ambiente “on-line” do COMPRASNET.

Entre o valor de referência (R\$ 1.347,00) e o valor contratado (R\$ 448,00) verificou-se uma economia de 66,74%, com um total de 5(cinco) participantes na cotação eletrônica.

Portanto, nas aquisições em que há possibilidade de dispensar a licitação (art. 24, Inciso II, lei 8.666/93) o Gestor deve continuar observando o princípio da economicidade, seja pela redução nas despesas de processamento, seja pela possibilidade de obter um maior número de concorrentes (maior disputa).

Quadro 044 - Demonstrativo de Cotações Eletrônicas realizadas no exercício de 2011

Nº	Nº PROCESSO	OBJETO	VALOR REF.	VLR CONT.	ECONOMIA
013/2011	Dossiê 024/2011	Aquisição de 03(três) HD Externo	R\$ 1.347,00	R\$ 448,00	-66,74%
VALOR TOTAL			R\$ 1.347,00	R\$ 448,00	-66,74%

c) Contratos Administrativos

No quadro seguinte estão relacionados os contratos administrativos vigentes durante o exercício de 2011.

Quadro 045 - Demonstrativo de Contratos Administrativos vigentes no exercício de 2011

razão social	processo administrativo	nº do contrato/ano	nº da licitação/ano	base legal	objeto do contrato	vigência do contrato (início e término)	T. ADITIVO	VLR Mensal (R\$)
Ipanema Segurança Ltda	21214.000339/2007-55	014/2007	012/2007	pregão eletrônico	Vigilância Armada	24/12/2007 a 23/12/2012	24/12/2011 a 23/12/2012	31.909,47
Agropecuária Santa Júlia	00014.000091/2003	009/2003	009/2003	dispensa	Locação de Imóvel	15/12/2003 a 14/12/2012	15/12/2011 a 14/12/2012	11.000,00
Embratel S/A	21214.000102/2010-70	013/2011	006/2010	pregão eletrônico	Telefonia Fixa Comutada	12/11/2010 a 11/11/2015	12/11/2011 a 11/11/2012	4.108,33
SINTRAMFA	21214.000104/2007/63	007/2007	007/2007	pregão eletrônico	braçagem	01/11/2007 a 10/10/2012	01/11/2011 a 10/10/2012	25.250,00
Copy Systems Comércio de Copiadoras	21214.000157/2010-80	005/2010	009/2010	pregão eletrônico	Locação de Máquinas Copiadoras	11/10/2010 a 10/11/2015	11/10/2011 a 10/11/2012	2.367,00
Locadora de Veículos Araguaia Ltda	21214.000104/2011-40	004/2011	003/2011	pregão eletrônico	locação de veículo 1.0 e 1.6	19/09/2011 a 18/09/2012		4.375,00
Brom Advogados Associados	21214.000090/2008-69	014/2008	001/2008	pregão eletrônico	Escritório Terceirizado de Advocacia	12/08/2008 a 11/08/2013	12/08/2011 a 11/08/2012	7.000,00
Confiança Administração e Serviços Ltda	21214.000157/2008-65	005/2008	004/2009	pregão eletrônico	Mão de Obra Terceirizada	15/07/2009 a 14/07/2014	15/07/2011 a 14/07/2012	41.693,34
Ipanema Empresa de Serviços Gerais	21214.000024/2011-94	003/2011	001/2011	pregão eletrônico	Limpeza, Conservação e Portaria	13/07/2011 a 12/07/2016		9.725,00

12.1.2.11 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- Tipo: Finalístico.
- Finalidade: Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.

Quadro 046 – Metas e execução Ação (4711)

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-TO	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	50.000,00	5,00
Execução Orçamentária	794.110,27	30.389,97	3,83
Índice	79,41	60,78	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	11	91,67
Execução Física	12	11	91,67
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Em 2011, a dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação foi de R\$1,0 milhão. Na Sureg/TO, da dotação orçamentária de R\$ 50.000,00 foram liquidados R\$ 30.389,97.

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	4,0	5,5	37,5	1,5	8,4	11,6	38,1	3,2
Amendoim total	3,0	1,7	-43,3	-1,3	9,2	4,9	-46,7	-4,3
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra	3,0	1,7	-43,3	-1,3	9,2	4,9	-46,7	-4,3
Aroz	142,2	140,8	-1,0	-1,4	451,8	485,8	7,5	34,0
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	26,7	43,9	64,4	17,2	28,0	93,9	235,4	65,9
Feijão 1ª safra	5,0	4,2	-16,0	-0,8	3,1	4,4	41,9	1,3
Feijão 2ª safra	21,7	28,0	29,0	6,3	24,9	63,1	153,4	38,2
Feijão 3ª safra		11,7				26,4		
Girassol								
Mamona								
Milho total	77,7	97,1	25,0	19,4	265,9	385,3	44,9	119,4
Milho 1ª safra	66,9	68,4	2,2	1,5	232,5	250,7	7,8	18,2
Milho 2ª safra	10,8	28,7	165,7	17,9	33,4	134,6	303,0	101,2
Soja	364,3	404,7	11,1	40,4	1.071,0	1.227,1	14,6	156,1
Sorgo	21,3	20,2	-5,2	-1,1	42,2	36,1	-14,5	-6,1
Trigo								
Triticale								
Total TO	639,2	713,9	11,7	74,7	1.876,5	2.244,7	19,6	368,2

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	5,5	7,0	27,3	1,5	11,6	14,9	28,4	3,3
Amendoim total	1,7	1,5	-11,8	-0,2	4,9	4,5	-8,2	-0,4
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra	1,7	1,5	-11,8	-0,2	4,9	4,5	-8,2	-0,4
Arroz	140,8	133,5	-5,2	-7,3	485,8	440,6	-9,3	-45,2
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	43,9	43,8	-0,2	-0,1	93,9	69,0	-26,5	-24,9
Feijão 1ª safra	4,2	4,1	-2,4	-0,1	4,4	3,5	-20,5	-0,9
Feijão 2ª safra	28,0	28,0	0,0	0,0	63,1	39,2	-37,9	-23,9
Feijão 3ª safra	11,7	11,7			26,4	26,3		
Girassol								
Mamona								
Milho total	97,1	91,9	-5,4	-5,2	385,3	349,0	-9,4	-36,3
Milho 1ª safra	68,4	63,2	-7,6	-5,2	250,7	225,6	-10,0	-25,1
Milho 2ª safra	28,7	28,7	0,0	0,0	134,6	123,4	-8,3	-11,2
Soja	404,7	397,0	-1,9	-7,7	1.227,1	1.151,3	-6,2	-75,8
Sorgo	20,2	8,1	-59,9	-12,1	36,1	14,6	-59,6	-21,5
Trigo								
Triticale								
Total TO	713,9	682,8	-4,4	-31,1	2.244,7	2.043,9	-8,9	-200,8

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				160,00
2008				100,00
2009				100,00
2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise:				

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				99,92
2008				66,09
2009				77,37
2010				75,92
2011	Meta:	100,00	Realizado	60,78
Análise:				

A meta física global aprovada na LOA/2011 previa a realização de doze pesquisas de campo (nacional), realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras, procedidos de levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc.

12.1.2.12- (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- Tipo: Finalístico.
- Finalidade: Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

A dotação orçamentária para a Companhia nesta Ação aprovada na LOA/2011 foi de R\$1.530.000,00 e a meta física previa o treinamento de 4.300 empregados. Durante o exercício foram treinados 3.165 empregados, 73,60% da meta, ao custo total de R\$ 372.576,40, representando 24,35% da previsão orçamentária.

Quadro 047 – Metas e execução Ação (4572)

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação
Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001
PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/TO	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	1,76
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	2.496,50	0,67
Índice	24,35	6,93	
Meta Física	4.300	58	1,35
Execução Física	3.165	47	1,48
Índice	73,60	81,03	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				112,24
2008				125,00
2009				504,35
2010				43,42
2011	Meta:	100,00	Realizado	81,03
Análise:				

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafe e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				94,21
2008				95,93
2009				69,66
2010				74,32
2011	Meta:	100,00	Realizado	6,93
Análise:				

As despesas financeiras com a referida Ação apresentaram os gastos em Diárias e Passagens, referentes à participação de empregados em treinamentos. A participação da Sureg/TO em relação a despesa total da Conab nesta Ação, foi de 0,66%.

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-TO	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	22.420,00	1,67
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	0,00	0,00
Embalagens	5.342.883,52	0,00	0,00
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	285.963,14	0,09
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	0,00	0,00
ICMS	47.485.159,88	310.697,59	0,65
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	7.200,03	0,46
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	61.201,78	0,11
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	687.482,54	0,07

12.1.2.13 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- Tipo: Operações Especiais
- Finalidade: Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- Descrição: Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Procuradoria Geral – PROGE

Quadro 048 – Metas e execução Ação (0022)

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001

PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/TO	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	0,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	0,00	
Dotação Final	18.661.376,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	17.353.314,98	0,00	0,00
Índice	92,99	-	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Na LOA/2011 foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$14.000.000,00 e suplementação de R\$4.661.376,00.

Não houve previsão de pagamentos no âmbito da Sureg/TO, no exercício de 2011.

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	4.808,65	80.800,03	0,00	0,00	85.608,68
2008	5.357,25	60.306,06	0,00	0,00	65.663,31
2009	0,00	68.733,68	0,00	0,00	68.733,68
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				95,12
2008				82,08
2009				98,19
2010				-
2011	Meta:	100,00	Realizado	-
Análise:				

12.1.2.14 - Outras Ações

Atividades que envolvem a Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos.

12.1.2.14.1 – Distribuição de Alimentos - Ministério da Integração Nacional - MI

O Programa 1029 – Resposta aos Desastres, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as de menor renda.

Não houve ocorrência para distribuição nesse programa. Na UA Araguaína restou um estoque de 1.000 unidades de capa-fardo de polietileno, que deverá ser utilizada em operações futuras.

12.1.2.14.2 – Distribuição de Alimentos - MDS

Como citado no item 3.2.1.1.1 - Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, por meio do Programa 1049-Acesso à

Alimentação ocorre a descentralização de recursos orçamentários/financeiros para diversas Ações.

Como uma das Ações do citado Programa, consta a Ação 2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, Termo Aditivo nº 01, de 27/05/2011, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$ 62.100.000,00.

No área de atuação da Sureg/TO tradicionalmente são atendidas as famílias acampadas a espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, as indígenas e as do Movimento dos Atingidos por Barragens, sendo realizados também, de forma eventual, atendimentos especiais. A quantidade de cestas distribuídas tiveram uma redução de 4,4% em relação ao exercício anterior.

As distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo as famílias acampadas, as remanescentes dos quilombos e as do Movimentos dos Atingidos por Barragens e nos exercícios seguintes foram estendidas aos indígenas e às comunidades de terreiro existentes em Tocantins. No período, foram realizados também atendimentos especiais durante os exercícios de 2004, 2005 e 2006, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 049 – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Beneficiários							Total
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB¹	Indígenas	Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pesc. Artesanais	
2003	N.º Famílias	19.529	587	-	-	976	-	-	21.092
	Quant. Cestas	58.587	1.761	-	-	976	-	-	61.324
	Quant. Produtos(t)	1.210	45	-	2.933	25	-	-	4.213
2004	N.º Famílias	19.529	697	-	2.933	-	987	-	24.146
	Quant. Cestas	138.041	754	-	50	-	3.736	-	142.581
	Quant. Produtos(t)	3.229	19	-	-	-	94	-	3.342
2005	N.º Famílias	19.529	654	100	500	965	1.198	-	22.946
	Quant. Cestas	136.130	3.555	400	500	3.860	10.977	-	155.422
	Quant. Produtos(t)	3.320	87	10	11	97	267	-	3.792
2006	N.º Famílias	19.529	654	100	500	965	1.198	-	22.946
	Quant. Cestas	110.679	4.976	803	500	1.930	4.494	-	123.382
	Quant. Produtos(t)	2.644	119	19	52	46	103	-	2.983
2007	N.º Famílias	19.529	701	-	-	965	2.398	-	23.593
	Quant. Cestas	135.415	4.106	-	-	6.755	9.390	-	155.666
	Quant. Produtos(t)	2.956	88	-	-	145	200	-	3.389
2008	N.º Famílias	20.129	654	-	-	965	4.198	-	25.946
	Quant. Cestas	54.312	1.962	-	-	965	6.594	-	63.833
	Quant. Produtos(t)	1.206	43	-	-	21	148	-	1.418
2009	N.º Famílias	9.767	868	100	-	965	2.111	-	13.811
	Quant. Cestas	56.443	3.472	400	-	3.860	10.966	-	75.141
	Quant. Produtos(t)	1.253	76	9	-	84	245	-	1.667
2010	N.º Famílias	9.767	1.077	100	-	965	2.111	-	14.020
	Quant. Cestas	68.370	6.912	700	-	4.895	10.644	-	91.521
	Quant. Produtos(t)	1.781	174	18	-	130	291	-	2.394
2011	N.º Famílias	9.767	1.077	100	-	500	3.050	-	14.494
	Quant. Cestas	68.369	7.539	700	-	3.500	6.200	-	86.308
	Quant. Produtos(t)	1.554	177	16	-	83	212	-	2.042

Em 2011, foram realizadas doações especiais à Fundação Nacional do Índio em Tocantins, totalizando 2.000 cestas.

Da quantidade de gêneros alimentícios adquirida por meio dos leilões públicos, a Sureg/TO recebeu 524,2 toneladas acrescidas de outras 1516,9 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (MDS e MDA), conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 050- Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA (MDS)	PAA (MDA)	Total
Açúcar	174,8	-	-	174,8
Arroz beneficiado	-	874,5	-	874,5
Feijão	-	337,9	-	337,9
Farinha de mandioca	-	174,9	-	174,9
Fubá de milho	87,3	-	-	87,3
Leite em pó	-	38,0	91,6	129,6
Óleo de soja	174,8	-	-	174,8
Macarrão	87,3	-	-	87,3

12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

12.2.1– Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 051 - Demonstrativo de Restos a Pagar Inscritos no SIAFI – ano 2009

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS 2010					
UG	PROCESSADOS INSCRITOS	NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A LIQUIDAR
135337	126.048,49	94.068,39	60.379,76	116.244,33	159.737,12
135338	0,00	174.898,71	0,00	0,00	174.898,71
135339	0,00	166.905,00	0,00	0,00	166.905,00
135340	83,74	0,00	83,74	83,74	0,00
135417	22.981,07	68.496,49	15.487,11	253.135,39	75.990,45
135444	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135560	44.386,44	2.900.990,00	3.356,23	39.512,36	2.942.020,21
TOTAL	193.499,74	3.405.358,59	79.306,84	408.975,82	3.519.551,49

Fonte: Gefad

Quadro 052 – Demonstrativo de Restos a Pagar Inscritos no SIAFI – ano 2010

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS 2010					
UG	PROCESSADOS INSCRITOS	NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A LIQUIDAR
135337	16.521,87	172.734,49	4.523,15	152.495,81	184.733,21
135338	124.260,41	174.898,71	0,00	174.898,71	299.159,12
135339	8.155,86	166.905,00	9.097,18	8.155,86	165.963,68
135340	2.234,19	14.270,51	0,00	2.234,19	16.504,70
135417	0,00	124.622,97	30.457,42	27.174,69	94.165,55
135444	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135560	23.532,49	0,00	1.354,82	7.866,10	22.177,67
TOTAL	174.704,82	653.431,68	45.432,57	372.825,36	782.703,93

Fonte: Gefad

Quadro 053 - Demonstrativo de Restos a Pagar Inscritos no SIAFI – ano 2011

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS 2010					
UG	PROCESSADOS INSCRITOS	NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A LIQUIDAR
135337	20.238,68	2.545.683,23	13.540,96	241.321,53	2.552.380,95
135338	2.926,99	30.063,05	0,00	2.926,99	32.990,04
135339	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135340	781,00	14.270,51	0,00	781,00	15.051,51
135417	0,00	61.589,48	30.674,28	25.452,20	30.915,20
135444	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135560	14.311,57	651.653,70	0,00	14.311,57	665.965,27
TOTAL	38.258,24	3.303.259,97	44.215,24	284.793,29	3.297.302,97

Fonte: Gefad

12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Exercício

As transferências de recursos orçamentários/financeiros foram recebidos pela UG 135100 e executados na Sureg por meio de descentralização orçamentária/financeira da Matriz, para desenvolvimento das seguintes ações.

	2009	2010	2011
(-) DESPESAS DE PESSOAL	4.516.428,61	5.447.050,43	5.639.397,78
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	3.116.771,26	3.820.975,89	3.907.120,75
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	1.472.521,36	1.915.536,33	1.969.740,92
331901105 INCORPORACOES	297.329,80	316.877,58	249.895,80
331901110 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	1.637,00	558	
331901131 GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGOS	51.000,00		
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	424.666,26	489.689,61	559.282,15
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	296.317,37	333.182,75	370.499,53
331901143 13 SALARIO	300.598,11	376.548,84	398.236,24
331901144 FERIAS - ABONO PECUNIARIO	88.720,68	102.128,95	98.687,36
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	74.031,23	87.646,56	87.017,86
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	99.714,83	111.982,55	118.910,46
331901147 LICENCA-PREMIO	38.886,17	158.580,57	98.381,30
523170203 CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	75.306,05	84.847,49	104.634,95
623170203 (-)CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	-68.805,81	-158.784,20	-108.742,52
523310701 PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	219.949,31	274.198,17	279.305,52
623310701 (-)PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-219.949,31	-274.198,17	-279.305,52
523310702 PROVISAO PARA FERIAS	396.232,83	504.679,96	450.674,45
623310702 (-)PROVISAO PARA FERIAS	-389.649,24	-456.131,81	-457.032,38
523170502 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - NAO FINANCEIROS	210.597,19	236.246,20	254.353,47
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-252.332,57	-282.613,49	-287.418,84
OBRIGACOES PATRONAIS	1.129.941,09	1.414.638,01	1.479.753,90
331901301 F.G.T.S.	256.164,14	294.358,61	314.423,79
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	80.036,03	94.373,51	98.228,81
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISIOES	186.738,76	281.611,82	268.406,76
331911314 MULTAS INDEDUTÍVEIS	142,54		
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISIOES	-184.447,66	-255.131,18	-270.807,79
331911317 JUROS	268,31		
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	759.024,29	895.246,53	926.536,31
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	32.014,68	104.178,72	142.966,02
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	200.982,58	211.436,53	219.546,02
331901632 SUBSTITUICOES	29.051,54	40.251,37	32.872,32
331909201 DESP.EXERCICIOS ANTERIORES-ATIVO CIVIL			2.974,35
331901644 SERVICOS EXTRAORDINARIOS	71.392,33	49.656,24	66.015,91
333904901 INDENIZACAO AUXILIO-TRANSPORTE	56.568,71	62.676,92	64.270,94
331900801 AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL	3.350,00	11.524,00	11.155,50
333900850 AUXILIO ESCOLA-ACORDO COLETIVO	6.320,00	8.380,00	10.400,00
333900849 AUXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO	7.140,00	8.187,20	7.925,40
333900855 AUXILIO CRECHE	27.160,00	30.760,80	23.931,60
SENTENCAS JUDICIARIAS E DEP.COMPULSORIOS	68.733,68	0	32.977,11
331909132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-ATIVO CIVIL	68.733,68		
331906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS		0	
613120300 (-)DEPOSITOS REALIZAVEIS VINCULADOS		0	
523170602 RECURSOS VINCULADOS			32.977,11

SUREG-TO

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	1.613.779,01	1.720.513,88	1.613.779,01	1.720.513,88	0,00	0,00	1.476.901,57	1.575.559,26
Vencimentos e Vantagens Fixas	225.621,64	238.358,95	225.621,64	238.358,95	0,00	0,00	208.465,07	219.722,79
Obrigações Patronais	1.388.157,37	1.482.154,93	1.388.157,37	1.482.154,93	0,00	0,00	1.268.436,50	1.355.836,47
Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	5.675.168,50	6.548.581,40	5.610.417,55	5.806.240,60	64.750,95	742.340,80	5.486.500,32	5.784.151,40
Diárias	115.187,00	66.884,50	115.187,00	66.884,50	0,00	0,00	115.187,00	66.884,50
Material de Consumo	205.827,82	0,00	184.371,86	0,00	21.455,96	0,00	184.371,86	0,00
Material de Distribuição Gratuita	2.520.984,08	3.189.073,53	2.520.984,08	2.537.419,83	0,00	651.653,70	2.520.984,08	2.537.419,83
Passagens e Despesas com Locomoção	52.802,44	37.203,81	52.802,44	37.203,81	0,00	0,00	52.802,44	37.203,81
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	51.151,27	56.760,17	51.151,27	56.760,17	0,00	0,00	51.139,32	56.760,17
Locação de Mão-de-Obra	838.103,18	1.033.162,03	838.103,18	1.033.162,03	0,00	0,00	827.408,88	1.033.162,03
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.844.424,47	2.058.377,79	1.801.129,48	1.967.690,69	43.294,99	90.687,10	1.690.845,49	1.945.601,49
Obrigações Tributárias-Op. Intra-Orçamentárias	43.824,72	69.962,47	43.824,72	69.962,47	0,00	0,00	40.897,73	69.962,47
Indenizações e Restituições	2.863,52	37.157,10	2.863,52	37.157,10	0,00	0,00	2.863,52	37.157,10
4 – Investimentos	28847,04	2502084,92	2962,32	11562,74	25.884,72	2.490.522,18	2962,32	11562,74
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	0,00	2.490.522,18	0,00	0,00	0,00	2.490.522,18	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	28.847,04	11.562,74	2.962,32	11.562,74	25.884,72	0,00	2.962,32	11.562,74
5 – Inversões Financeira	1.495.808,71	687.482,54	1.495.808,71	687.482,54	0,00	0,00	1.495.808,71	687.140,27
Aquisição de Produtos para Revenda	1.495.808,71	687.482,54	1.495.808,71	687.482,54	0,00	0,00	1.495.808,71	687.140,27
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	8.813.603,26	11.458.662,74	8.722.967,59	8.225.799,76	90.635,67	3.232.862,98	8.462.172,92	8.058.413,67

Fonte: Siasi

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 6,61%, decorrente principalmente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$6.548.581,40, com acréscimo de 15,39% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência principalmente da maior aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, com os limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Apesar do contingenciamento os valores empenhados tiveram crescimento de 8.573,63% em relação ao exercício anterior. Grande parte dos valores foram inscritos em Restos a Pagar não Processados para execução em 2012.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram decréscimo de 54,04%, caindo de R\$1.495.808,71 para R\$687.482,57. Em 2011 destacaram-se as despesas liquidadas com o pagamento de ICMS e armazenagem de produtos dos estoques públicos em unidades de terceiros, que juntas representaram cerca de 86,79% do valor total liquidado no Grupo.

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Recebido	135100	135337	20.122.0352.2272.0001	1.738.622,21	0,00	0,00	0,00	1.738.622,21
		135100	135337	20.122.0352.2272.0001	0,00	2.709.838,19	2.494.322,18	0,00	5.204.160,37
		135100	135337	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	3.754,25	0,00	3.754,25
		135100	135337	20.122.1492.2272.0001	0,00	5.996,00	0,00	0,00	5.996,00
		135100	135337	20.125.0352.2137.0001	0,00	15.123,00	0,00	0,00	15.123,00
		135100	135337	20.128.0360.4572.0001	0,00	2.744,30	0,00	0,00	2.744,30
		135100	135337	20.301.0352.2004.0001	0,00	236.632,95	0,00	0,00	236.632,95
		135100	135337	203060352.2012.0001	0,00	266.642,50	0,00	0,00	266.642,50
		135100	135337	20.331.0352.2011.0001	0,00	4.701,40	0,00	0,00	4.701,40
		135100	135337	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	780.868,49	780.868,49
		135100	135337	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.150,59	0,00	0,00	2.150,59
		135100	135337	20.605.0360.4711.0001	0,00	36.893,40	0,00	0,00	36.893,40
		135147	135337	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.074,69	0,00	0,00	1.074,69
		135100	135340	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	4.845,00	0,00	4.845,00
		135100	135417	20.122.0352.2272.0001	0,00	-12.090,00	0,00	0,00	-12.090,00
		135347	135337	08.244.1049.2792.0001	0,00	483.733,05	0,00	0,00	483.733,05
		135347	135337	08.605.1049.2802.0001	0,00	228.580,06	0,00	0,00	228.580,06
		135347	135337	08.306.1049.2798.0001	0,00	2.743.044,39	0,00	0,00	2.743.044,39
		135347	135560	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,02	0,00	0,00	-0,02
	Enviado	135337	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	31,24	0,00	0,00	31,24
		135337	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	72.466,88	0,00	0,00	72.466,88
		135337	135100	20.122.0352.2272.0001	23,92	0,00	0,00	0,00	23,92
		135337	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	40.766,79	424,01	0,00	41.190,80
		135337	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	412,50	0,00	412,50
		135337	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	764,62	0,00	0,00	764,62
		135337	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	1.466,22	0,00	0,00	1.466,22
		135337	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	247,80	0,00	0,00	247,80
		135337	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	52.254,23	0,00	0,00	52.254,23
		135337	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	93.385,95	93.385,95
		135337	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	238,20	0,00	0,00	238,20
		135337	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	6.503,43	0,00	0,00	6.503,43
		135337	135147	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.074,69	0,00	0,00	1.074,69

Fonte: Siafi

12.4 – Informações sobre Transferência Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso e Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congeneres, vigente no exercício de referência. Não se Aplica a SUREG/TO.

12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

a) DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - 6.404/76

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado a Conab por meio do ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2011.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF Nº 9252-O

b) Balanço Patrimonial – Lei n.º 6.404/76

anexo IV – Balanço Patrimonial Exercício findo em 31/12 /2011 ATIVO

anexo V – Balanço Patrimonial Exercício findo em 31/12/2011 PASSIVO

d) Demonstração dos Fluxos de Caixa

anexo VI – Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findo em 31/12/2011

e) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

anexo VI I – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31/12/2011

f) Demonstração do Valor Adicionado

anexo VI I I – Demonstração do Valor Adicionado Exercício findo em 31/12/2011

g) Demonstração do Resultado

anexo IX – Demonstração do Resultado Exercício findo em 31/12 /2011

h) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosá	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11.580.527,29

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
CONTADOR CRC/DF 009252/O-8

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZA DO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMUL ADOS	PATRIM ÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇ ÃO MONET. DO CAPITAL	TRANSF. P/AUME NTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERV AS DE CAPITA L	RESERV A LEGAL	RESERVA S DE RETENÇÃ O DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180,49 8,85	25.373.084 ,13	443.496,71	728.138,2 0	11.872,7 93,86	11.570.455, 95	29.159.753, 94	302.328.22 1,64
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,7 2	8.063.857, 72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535, 61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756, 62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526, 78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252, 21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180,49 8,85	25.373.084 ,13	443.496,71	728.138,2 0	12.386,3 20,64	11.570.455, 95	44.541.368, 28	318.223,36 2,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567, 95	(40.246.567 ,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040, 38)	(3.036.040 ,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972, 51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567 ,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.54 8,63		(1.575.548, 63)	1.575.548, 63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855, 97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180,49 8,85	25.373.084 ,13	443.496,71	728.138,2 0	13.961,8 69,27	51.817.023, 90	23.710.327, 86	339.214,43 8,92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
ICMS a Compensar	241.699	285.410
IRRF a Compensar	36	33
Contribuições Outros Impostos	105	93
Total de Créditos Tributários		
Circulante	241.840	285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7

RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8

DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9

CONTAS A RECEBER

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos

estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da		
Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10

DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos

Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

▪

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15

CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

● **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

● **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

● **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo

com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317.523	351.646	369.167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

● **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 - Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 - Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3-Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 - Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18

DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil

Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34.997

NOTA 19

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter

previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	23.884,29	23.884,29
Empregados	2.642,62	2.559,69

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das

desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	3.218	3.579

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento

Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2011.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
PRESIDENTE

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E
FINANCEIRO

MARCELO DE ARAÚJO MELO
DIRETOR DE OPERAÇÕES E
ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E
MODERNIZAÇÃO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
SUPERINTENDENTE DE
CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 005969/O-5 CPF:
086930721-53

12.6 – Composição dos Investimentos da Empresa

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

CNPJ	Investida	Quantidade	31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abastecimento Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	11.580.527,29	11.580.527,29	11.575.984,63

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5

12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

Por ser a Conab uma Empresa Estatal dependente nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000, todos os bens são considerados Imóveis de Uso Especial da União. De acordo com orientações da Secretaria de Patrimônio da União - SPU a Conab deverá ter seus imóveis registrados no Sistema SPIUnet. Este fato já foi comunicado à SUPAD em Brasília, setor encarregado de efetivar o referido registro.

Quadro 054 - Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis - Unidades		Observação
	2011	2010	
Terreno na ACSU SO 60, Conjunto 01, Lote 02 / Palmas-TO	01	01	Obra em andamento da construção da sede da SUREG/TO
UA Araguaín na Avenida Filadélfia, nº 4010 – centro – Araguaína/TO	01	01	Ativo em uso próprio da CONAB.
UA Rio Formoso na Estrada da Fazenda Rancho 2S Km 3,5 – Formoso do Araguaia	01	01	Ativo em uso próprio da CONAB.
Total	03	03	

Fonte: Gefad/Setad

No fim do exercício de 2011, a Superintendência Regional do Tocantins mantinha apenas um imóvel locado de terceiros.

Quadro 055 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica – Mato Grosso	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	Exercício de 2011	Exercício de 2010
Quadra 103 Norte, Rua NO-01, Lotes 33 e 35 – Plano Diretor Norte – centro – Palmas/TO	1	1

Fonte: Gefad/Setad

12.8 – Parecer de Auditoria Independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S

CRC-DF 000896/O-1

CVM n.º 12.327



Fabson Vogel

Contador CRC-DF 012038/O-0

Sócio



Edson Souza Sobrinho

Contador CRC-DF 010198/O-4

Sócio

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1 – Informações sobre o Controle Interno

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações - Dipai, Diretoria Financeira - Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral - Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias - Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão - Codag e Gabinete da Presidência - Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.					
LEGENDA					

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

13.2 - Informações sobre o funcionamento do Sistema de controle interno da UG.

Relatório de Auditoria

9/2011 - (ACG) - SUREG TO/TO - - Total de Recomendações: 202 - Solucionadas: 148 - Baixadas: 6 - Pendentes: 48

Constatação

1044 - - Os procedimentos relativos ao abastecimento de veículos não encontram conformidade nas Normas da Organização (60.205 – Administração de Veículos – Sistema de Administração) item III – Abastecimento, Manutenção e Conservação de Veículos da Companhia e subitens 01.1 - O abastecimento de veículos da Companhia é feito mediante o formulário "Autorização Para Abastecimento de Veículos" – 60.000/099 e 01.1.1 - Após o abastecimento, o motorista deve solicitar a nota fiscal, na qual devem constar o número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro. A nota fiscal deve ser também atestada pelo responsável da área competente, para efeito de registro e controle por intermédio do formulário "Controle de Despesas com Veículo" – 60.000/102, procedimentos ausentes (fls. 52, 54, 56, 58, 63 a 74, 79 a 86, 89 a 99, 104 a 113, 124 a 135); - Não se localizou no processo as autorizações para abastecimento de veículo e suas respectivas notas fiscais de comprovação, relativas às Notas Fiscais do fornecedor de n.ºs. 018672, 019078 objeto das respectivas Guias de Pagamento n.ºs. 20100609113421200 e 20100708112900983, nos valores totais respectivos de R\$ 684,25 e R\$ 374,15 (fls. 39 e 44); - Não se localizou no processo o ato de superintendência nomeando representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços conforme estipula a Lei nº 8.666/93 no seu artigo 67; - A correspondência da contratada, supostamente, encaminhada à Conab em 3.3.11 está sem a assinatura do emitente (fl.122).

Recomendação

1044.1 - - Recomendamos à Sureg/TO providenciar, mesmo extemporaneamente (juntando ao final do presente processo com a devida numeração), as autorizações de abastecimento e as respectivas Notas Fiscais referentes às Guias de Pagamento - GPs de n.ºs. 20100609113421200 e 20100708112900983, remetendo cópia das providências adotadas à Audin/Geaud, para composição do file (arquivo/pasta de documentos).

Tratamento das Recomendações

de benedito.aguiar em 18/07/2011 como Pendente

Informamos que a recomendação foi acatada integralmente (juntada de documentos ao final do processo), no entanto, considerando o volume dos documentos solicitados, os mesmos seguirão via malote.

de em 02/08/2011 como Pendente

Atendendo recomendação, encaminhamos anexos os documentos mencionados.

de jose.santiago em 16/08/2011 como Solucionado

Considerando o teor do despacho do Sureg/TO em 2.8.11 com relação a juntada dos documentos e o posterior envio de cópia a esta Audin, objeto do anexo, damos por solucionado a pendência, esclarecendo entretanto da necessidade das cópias para comporem o file (pasta arquivo de documentos) desta unidade de auditoria.

Constatação

1045 - - Observar para que a Procuradoria Regional – Prore, previamente, emita parecer jurídico de origem, nas questões que necessitem de consultas formais à Procuradoria Geral – Proge, a exemplo da locação, objeto deste processo, conforme disciplina a Resolução Presi nº 26 de 6.11.02 (fls. 40 a 42); - Não se localizou no processo os atos de superintendência referente ao Agente Administrativo de Processos (fl. 169 – verso), ao Ato nº 013 de 5.5.05 (fl. 174 e 242), ao Ato s/nº de 5.5.05 (fl. 259) e Ato nº 25 de 25.7.06 (fl. 270, 287 e 292), nomeando representante(s) para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços conforme estipula a Lei nº 8.666/93 no seu artigo 67; - Contrato de locação anexado em duplicidade ao processo (fls. 67 a 72 e 76 a 81); - Primeiro Termo Aditivo datado de 2.2.05 – Período: 15.12.04 a 14.12.05 (fls. 124 a 126) sem assinatura do locador: a) Parecer Proge/Sumad RN nº 052/05, de 11.2.05 (fls. 127 e 128); b) Publicado no DOU em 1.12.05 (fl. 193 e 209) - próximo ao vencimento do contrato; - Segundo Termo Aditivo datado de 15.12.05 – Período: 15.12.05 a 14.12.06, anexado em duplicidade ao processo (fls. 194 a 196 e 206 a 208); - Terceiro Termo Aditivo de ajuste financeiro, datado de 15.12.05. Em duplicidade no processo

(fls. 228 a 230 e 234 a 236); a) Parecer Proge/Sumad nº RB 123/06, de 13.4.06 (fls. 223 a 226); b) publicado no DOU em 9.5.06 (fl. 237). - Quarto Termo Aditivo datado de 15.12.06 – Período: 15.12.06 a 14.12.07 (fls. 252 a 254): a) Parecer Prore/Sureg-TO nº 020/06, de 15.12.06 (fls. 245 a 248); b) Publicado no DOU em 28.11.06 (fl. 255). - Quinto Termo Aditivo datado de 15.12.07 – Período: 15.12.07 a 14.12.08 (fls. 275 a 277): a) Parecer Proge/Sureg-TO/Prore AN nº. 024/07, de 29.11.07 (fls. 271 a 273); b) Publicado no DOU em 18.12.07 (fl. 281). - Sexto Termo Aditivo de ajuste financeiro, data rasurada de 31.1.08 (fls. 290 e 291) faltou a assinatura de uma das testemunhas instrumentárias: a) Parecer Proge/Sureg-TO/Prore MT nº. 004/08 de 8.2.08 (fls. 294 a 297); b) Publicado no DOU nº 32 em 18.2.08 (fl. 306); c) Encaminhado para colher assinaturas em 11.2.08 (fl. 301). - Sétimo Termo Aditivo datado de 15.12.08 – Período: 15.12.08 a 14.12.09 (fls.310 e 311): a) Não se localizou no processo o parecer Prore acerca da legalidade do ato; b) Faltou a assinatura das testemunhas instrumentárias (fl. 311). - Oitavo Termo Aditivo de ajuste financeiro, datado de 15.1.09 (fls. 314 e 315) faltou a assinatura das testemunhas instrumentárias (fl. 315): a) Parecer Proge/Sureg-TO/Prore MT nº. 003/09, de 22.1.09 (fls. 318 a 320). - Nono Termo Aditivo datado de 15.12.09 – Período: 15.12.09 a 14.12.10 (fl. 331) faltou a assinatura de uma das testemunhas instrumentárias; - Décimo Termo Aditivo de ajuste financeiro, datado de 1º.2.10 (fls. 388 e 389) faltou a assinatura das testemunhas instrumentárias: a) Parecer Proge/Sureg-TO/Prore MT nº 003/10, de 12.2.10 (fls. 345 a 347). - Décimo Primeiro Termo Aditivo datado de 14.12.10 de 15.12.10 a 14.12.11 (fls. 414 e 415) faltou a assinatura das testemunhas instrumentárias e a data não confere: a) Legalizado pela Prore em 14.12.10 (Despacho Prore MT - fl. 409). - A partir do segundo volume, relativo ao ano de 2006 (folhas 244 e seguintes), não se anexou ao processo, os dossiês relativos ao pagamento do aluguel do referido imóvel, composto por: a) guia de pagamento; b) extrato do Siafi referente à ordem bancária específica; c) recibo do aluguel devidamente assinado por parte do locador; e d) extrato Sicaf de consulta da situação cadastral do locador.

Recomendação

1045.1 - - Recomendamos à Sureg/TO: a) Mesmo extemporaneamente, que a Prore se pronuncie, acerca do Sétimo Termo Aditivo datado de 15.12.08, cujo contrato ainda vigora, encaminhando cópia da providência adotada à Audin/Geaud, para composição do file (arquivo/pasta de documentos); b) Mesmo extemporaneamente, que providencie os cancelamentos faltantes no 1º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 11º Termos Aditivos relativos ao Processo nº 14000.000091/2003-00 – Locação de Imóvel destinado a abrigar a sede dessa Sureg, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin/Geaud, para composição do file (arquivo/pasta de documentos); c) Anexar ao processo, a partir do segundo volume, os dossiês relativos ao pagamento do aluguel do referido imóvel, composto por: 1) guia de pagamento; 2) extrato do Siafi referente à ordem bancária específica; 3) recibo do aluguel devidamente assinado por parte do locador; e 4) extrato Sicaf de consulta da situação cadastral do locador, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin/Geaud, para composição do file (arquivo/pasta de documentos).

Tratamento das Recomendações

de em 18/07/2011 como Pendente

Informamos que a recomendação foi acatada e cumprida integralmente, conforme se comprova dos documentos anexos.

de benedito.aguiar em 18/07/2011 como Pendente

Idem

de benedito.aguiar em 18/07/2011 como Pendente

Informamos que a recomendação foi acatada e cumprida integralmente, conforme se comprova dos documentos anexos.

de jose.santiago em 21/07/2011 como Pendente

Para considerarmos solucionado a recomendação na sua integralidade, informamos por questão de conformidade documental, que necessitamos das cópias dos cancelamentos faltantes conforme descrito no item "b" da recomendação.

de benedito.aguiar em 02/08/2011 como Pendente

Visando solucionar a pendência do item "b" encaminhamos o arquivo anexo com as cópias dos cancelamentos faltantes.

de jose.santiago em 16/08/2011 como Solucionado

Considerando o teor do anexo enviado, damos como solucionado a recomendação.

Constatação:

1047 - - Ato de realização do Pregão Eletrônico nº 003/10 (fls. 75 a 83). Faltou consignar a assinatura do restante da equipe de apoio para corroborar a atuação da equipe licitatória; - Contrato de locação de veículos devidamente assinado pelas partes (fls. 89 a 96); Faltou a assinatura de uma das testemunhas instrumentárias (fl.96); - Não se localizou no processo, o ato de superintendência, nomeando representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços conforme estipula a Lei nº 8.666/93 no seu artigo 67.

Recomendação:

1047.1 - - Recomendamos à Sureg/TO providenciar, mesmo extemporaneamente, as assinaturas faltantes, tanto no ato de realização do Pregão Eletrônico nº 003/10, quanto no contrato objeto do respectivo pregão, encaminhando cópia à Audin/Geaud do documento constando as respectivas assinaturas, para composição do file (arquivo/pasta de documentos).

Tratamento das Recomendações:
de benedito.aguiar em 18/07/2011 como Pendente Informamos que a recomendação foi acatada providenciando as assinaturas faltantes, conforme se vê do anexo. de jose.santiago em 21/07/2011 como Solucionado Com base na resposta oferecida através dos anexos, a recomendação foi cumprida na sua totalidade.
Constatação:
1048 - - Não se localizou no processo o ato de superintendência nomeando empregado (fl. 6 – verso) para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços conforme estipula a Lei nº 8.666/93 no seu artigo 67; - O processo não obedece a ordem cronológica dos fatos. O parecer jurídico (fls. 50 a 53) está depois do edital cancelado (fls. 8 a 43) - A correspondência do Sindicato do Araguaia (fls. 72 a 75) está antes da Ata de realização do pregão (fls. 82 a 85); - Não se localizou o extrato de publicação no DOU, do Aviso de Licitação nº 006/07; - Correspondência do Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Formoso do Araguaia – TO, contestando o formato de entrada de preços nas ofertas marteladas (fls. 72 a 75); - Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 0006/07 (fls. 82 a 85 e 88 a 92). Anexada em duplicidade ao processo, estando a segunda ata sem assinatura do pregoeiro e equipe (fls. 88 a 92); - Edital do Pregão Eletrônico nº 007/07 referente Processo nº 21214.000104/2007-63 (fls. 105 a 138). Faltou o parecer e chancela da Proge/Prore; - Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 0007/07 (fls. 144 a 149). Falta de assinatura dos membros da equipe de apoio. - Contrato para prestação de serviços de braçagem e outros serviços correlatos nº 007/07, devidamente assinado pelas partes (fls. 182 a 190). Número do contrato rasurado; - Extrato do Contrato nº 0007/07 publicado no DOU nº 215 de 8.11.07 (fl. 198 e 203). Anexado em duplicidade ao processo; - Vários documentos foram expedidos pela Conab e pela parte interessada, sem a devida observação e conferência pois fazem menção ao Contrato de nº 006/07, cancelado e substituído após novo Pregão Eletrônico pelo Contrato de nº 0007/07 (fls. 205, 206, 207, 209 a 217, 226 a 229, 242, 267, 268, 270 e 271, 335, 338 e 339, 343, 360, 383 e 385); - Parecer Proge/Sureg-TO/Prore nº AN - 021/08, não obstando qualquer impedimento à primeira prorrogação pretendida (fls. 242 a 245). A Prore faz referência ao Contrato de nº 0006/07; - Documento não contém numeração nem a assinatura de seu subscritor (fl.272). Apresentado em duplicidade; - Todas as guias de pagamento, no campo “Informações bancárias” referem-se ao Contrato nº 006/07 (fls. 278 a 291 e 299); - Documento recibo do Sintramfa (fls. 304 a 306). Falta referência ao número do contrato firmado; - Parecer Sureg-TO/Prore AN n.º 028/09 não obstando qualquer impedimento à segunda prorrogação pretendida, mas rejeitando o pedido de reajuste até que o sindicato esclareça a situação quanto às formalidade legais a serem observadas na Convenção Coletiva de Trabalho apresentada (fls. 335 a 344). Faz referência a outro Contrato de nº 0006/07; - Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 007/07 cancelado pela Assessoria Jurídica - Asjur e assinado pelo Presidente da Sintramfa (fls. 349 e 350). Documento em duplicidade, devidamente assinado pelas partes e testemunhas instrumentárias (fls. 353 e 354); - Extrato do segundo Termo Aditivo nº 4/08 publicado no DOU nº 212 de 6.11.09 (fl. 358). Atentar para a redação a ser dada quanto a publicação no DOU. Este é o segundo termo aditivo ao contrato e não o quarto; - Parecer Proge/Sureg-TO/Prore nº AN - 035/10 não obstando qualquer impedimento à primeira prorrogação pretendida (fls. 391 a 394). A Prore faz referência ao Contrato de nº 0006/07.
Recomendação:
1048.1 - - Recomendamos à Sureg/TO: a) Mesmo extemporaneamente, que a Prore se pronuncie, se for o caso, sobre o Edital do Pregão Eletrônico nº 007/07, realizado em 3.8.07, cujo contrato ainda vigora, encaminhando à Audin/Geaud, cópia do documento constando as respectivas chancelas, para composição do file (arquivo/pasta de documentos); b) Mesmo extemporaneamente, que o pregoeiro oficial e membro da equipe de pregoeiros, objeto do Pregão Eletrônico nº 007/07, de 3.8.07, assinem referida ata de realização do pregão, cujo contrato ainda vigora, encaminhando à Audin/Geaud, cópia do documento constando as respectivas assinaturas, para composição do file (arquivo/pasta de documentos).
Tratamento das Recomendações:
de benedito.aguiar em 18/07/2011 como Pendente Informamos que a recomendação foi acatada e cumprida integralmente, conforme os documentos anexos. de jose.santiago em 21/07/2011 como Solucionado Com base nas respostas oferecidas através dos anexos, damos como solucionado toda a recomendação.
Constatação:
1049 - - Edital em duplicidade (fls. 4 a 62). Um deles encontra-se cancelado e vem antes do parecer Prore. A motivação, justificativa, delimitação do objeto, pedido de atuação administrativa, solicitação de abertura de processo, alocação de recursos, etc...deveriam estar antes (fls. 63 a 100); - Não se localizou no processo, o extrato de publicação no DOU, do Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 003/08; - Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 003/08 (fls. 119 a 122). Faltam as assinaturas do pregoeiro oficial e demais membros da equipe de apoio; - Parecer Proge/Sureg-TO/Prore nº MT 20/08, de 25.8.08. Obstando o resultado do procedimento licitatório por apresentar valor superior ao máximo fixado pela administração, sugerindo declarar o referido procedimento fracassado (fls.143 a 148); - Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 003/08 - Complementar nº 1 realizado em 4.9.08 (fls. 149 a 151). Sem as assinaturas do pregoeiro oficial e demais membros da equipe de apoio; - Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia e Medicina do Trabalho nº 015/08, devidamente assinado pelas partes em 20.10.08 (fls. 175 a 184). Faltou a assinatura das testemunhas instrumentárias e o número do contrato encontra-se rasurado; - Não se localizou o parecer

Prore dando legalidade ao contrato através do cancelamento de praxe; - Extrato do Contrato nº 015/08 publicado no DOU nº 213 de 3.11.08 (fl. 188). A fundamentação tem que ser mais específica e não genérica como comumente utilizado pela Sureg/TO; - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato referente ao Processo n.º 21214.000079/2008-07 devidamente cancelado pela Prore e assinado pelas partes interessadas (fls. 282 e 284). Faltou a assinatura das testemunhas instrumentárias e o intróito do termo aditivo refere-se a contrato de prestação de serviços reprográficos, mediante o fornecimento de copiadora e equipamentos...(fl. 282); - Extrato do Primeiro Termo Aditivo publicado no DOU nº 212 de 6.11.09 (fl.302). O extrato publicado refere-se ao Termo Aditivo nº 5/09, e não ao de nº 1/09, além da fundamentação não estar completa; - Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 015/08, referente ao Processo n.º 21214.000079/2008-07 devidamente cancelado pela Prore e assinado pelas partes interessadas em 11.10.10 (fls. 392 a 394). O intróito do termo aditivo, refere-se a contrato de prestação de serviços reprográficos, mediante o fornecimento de copiadora e equipamentos...(fl. 392); - Parecer Proge/Sureg-TO/Prore AN nº 037/10 de 13.10.10, não obstante a celebração do termo aditivo na forma pretendida (fls. 396 a 399). Faltou a assinatura da estagiária no parecer; - Falta a assinatura do encarregado do Seade no Termo de Encerramento de Volume de Processo (fl. 400); - Extrato do Segundo Termo Aditivo publicado no DOU nº 226 de 26.11.10 (fl. 405). Fundamentação não esta completa.

Recomendação:

1049.1 - - Recomendamos à Sureg/TO: a) Mesmo extemporaneamente, que a Prore se pronuncie, se for o caso, sobre o Contrato nº 015/08 firmado com a Empresa Engenharia e Medicina do Trabalho em 20.10.08, considerando seu Parecer Proge/Sureg-TO/Prore nº MT 20/08, de 25.8.08, bem como a Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 003/08, realizado em 18.7.08 - Complementar nº 1, realizado em 4.9.08, ainda em vigor, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin/Geaud, para composição do file (arquivo/pasta de documentos); b) Mesmo extemporaneamente, que os participantes do Pregão Eletrônico nº 003/08, de 18.7.08 e Pregão Eletrônico nº 003/08 – Complementar nº 1, realizado em 4.9.08, assinem referidos documentos, bem como das duas testemunhas instrumentárias do Contrato nº 015/08 ainda em vigor, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin/Geaud, para composição do file (arquivo/pasta de documentos).

Tratamento das Recomendações:

de benedito.aguiar em 18/07/2011 como Pendente

Quanto a recomendação "a", a Prore-TO informa que se manifestou quanto a regularidade da contratação por meio do PARECER PROGE/SUREG-TO/PRORE Nº AN 025/2008, cujo teor abordou o procedimento da contratação dos serviços, como se vê do documento anexo. No que pertine ao tópico "b", informamos que a recomendação também foi integralmente acatada, conforme se vê dos documentos anexos.

de jose.santiago em 21/07/2011 como Pendente

Para que possamos dar como solucionada toda a recomendação, necessitamos que nos seja enviados os documentos conforme letra "b" da recomendação, ou seja cópia das chancelas a que se refere as folhas 121 e 184 do processo n.º 21214.000079/2008-07

de benedito.aguiar em 02/08/2011 como Pendente

De forma a solucionar a pendência da letra "b" da recomendação, encaminhamos anexas as cópias das chancelas referentes às fls. 121 e 124 do processo 21214.000079/2008-07.

de jose.santiago em 16/08/2011 como Solucionado

Considerando as cópias devidamente assinadas das folhas 121 e 184, conforme anexo encaminhado, damos como solucionado a pendência.

Constatação:

1050 - - Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 01/10 referente Processo nº 21214.000007/2010-76 – Maior Desconto devidamente cancelado pela Prore (fls. 3 a 27); - Motivação, justificativa, delimitação do objeto, solicitação/abertura do procedimento licitatório, chancela da Proge acerca da legalidade do edital licitatório (fls. 28); - Parecer Proge/Sureg-TO/Prore MT n.º 003/10, de 5.2.10, procedendo a devida chancela (fls. 29 e 30); - Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 0001/10 (fls. 79 a 86). Ausência de assinaturas do pregoeiro e demais membros da equipe; - Despacho resumo do procedimento licitatório datado de 4.3.10 (fl. 90). Informar sempre o número de participantes no procedimento; - Termo e Resultado de Adjudicação do procedimento licitatório (fls. 91 e 92). Documento em duplicidade, manter o que consta despacho do Sureg; - Contrato de Prestação de Serviços de Fornecedor de Passagens Aéreas Nacionais n.º 001/10, devidamente assinado pelas partes em 4.3.10 (fls. 101 a 108). Ausência das rubricas dos representantes da Conab nas folhas do contrato; - Não se localizou no processo o ato de superintendência nomeando empregado para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços conforme estipula a Lei nº 8.666/93 no seu artigo 67.

Recomendação:

1050.1 - - Recomendamos à Sureg/TO mesmo extemporaneamente, providenciar as assinaturas faltantes na Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 0001/10, bem como a rubrica dos representantes da Conab no Contrato de Prestação de Serviços de Fornecedor de Passagens Aéreas Nacionais nº 001/10, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin/Geaud, para composição do file (arquivo/pasta de documentos).

Tratamento das Recomendações:

de benedito.aguiar em 18/07/2011 como Pendente

Informamos que a recomendação foi devidamente acatada, com as providências sugeridas, conforme se vê do anexo. de jose.santiago em 21/07/2011 como Solucionado Com base nas respostas oferecidas conforme anexos encaminhados, damos como integralmente cumprida a recomendação.
Constatação:
1051 - - Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 0005/10 referente Processo nº 21214.000122/2010-41 – Menor Preço (fls. 27 a 61). O número do processo a que se refere o Edital nº 005/10 até o anexo II, não condiz com o do p.Processo que é 21214.000157/2010-80. No anexo III – Minuta de Contrato, a folha timbrada que capeia a minuta faz referência ao Pregão nº 005/10 e ao Processo nº 2121.000122/2010-41 e no corpo da minuta refere-se ao Pregão nº 006/10 e ao Processo nº 2121.000157/2010-80. Já nos anexos IV, V, VI, VII e VIII, estes fazem referência ao Edital Pregão Eletrônico nº 006/10; - Decreto nº 3.931 de 19.9.01 – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços conforme Art. 15 da Lei nº 8.666/93, e dá outras providências (fls. 72 a 77); - Edital Pregão Eletrônico nº 09/10 – Ministério da Educação / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins / Reitoria (fls. 78 a 118); - Correspondência Copy Systems Comércio de Copiadoras Ltda, datada de 14.9.10, dando anuência à Conab em se registrar na Ata de Preços do Pregão Eletrônico nº 09/10, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins / Reitoria, com a manutenção do valor unitário, por página, preto e branco de R\$0,0789 (fl. 125); - Ofício Sureg/TO nº 453 de 15.9.10 ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, solicitando adesão à ata objeto do registro de preços, relativo ao Pregão Eletrônico nº 009/10 (fl. 127); - Ofício 16/10, de 16.9.10, do Ministério da Educação / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins / Reitoria, anuindo a Conab à participação em sua Ata de Registro de Preços (fl.128); - Contrato de prestação de serviços devidamente chancelado pela Prore, que entre si celebram a União, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e a empresa Copysystems Comércio de Copiadoras Ltda (fls. 129 a 136). Faltaram as assinaturas das testemunhas instrumentárias; - Extrato do Contrato nº 5/10 publicado no DOU nº 225 de 25.11.10 (fl. 146). A fundamentação deve ser especificada, citando os incisos bem como o Decreto 3.931, art. 8º caput e parágrafos 1 a 3; - Não se localizou no processo o ato de superintendência nomeando empregado para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços conforme estipula a Lei nº 8.666/93 no seu artigo 67.
Recomendação:
1051.1 - - Recomendamos à Sureg/TO mesmo extemporaneamente, providenciar as assinaturas faltantes no Contrato de Prestação de Serviços nº 005/10, firmado com a Copysystems Comércio de Copiadoras Ltda em 11.10.10, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin/Geaud, para composição do file (arquivo/pastas de documentos).
Tratamento das Recomendações:
de benedito.aguiar em 18/07/2011 como Pendente Informamos que a recomendação foi acatada, com a aplicação das providências sugeridas, conforme se vê do anexo. de em 21/07/2011 como Solucionado Mesmo considerando a falta de assinatura da testemunha Mônica Negrão Teixeira, damos como solucionado a recomendação. Entretanto solicitamos atentar para essas questões pontuais e havendo possibilidade, deve-se também se possível, colher a assinatura dessa testemunha.
Constatação:
1052 - - Edital licitatório Pregão Eletrônico nº 004/2010 (fls. 3 a 51). Documentos desnecessários no início do processo, sem chancela da Prore; - Motivação/justificativa da contratação, delimitação clara e completa do objeto do certame, pedido de autuação administrativa e solicitação de autorização para abertura do certame e juntada do cronograma financeiro (fl. 52). São os documentos que devem iniciar o procedimento de autuação e inserção de folhas no processo administrativo; - Edital Licitatório Pregão Eletrônico nº 004/2010 (fls. 87 a 135); - Ausência de assinatura do encarregado do Seade no termo de encerramento do processo (fl. 200).
Recomendação:
1052.1 - - Recomendamos à Sureg/TO, mesmo extemporaneamente, solicitar ao encarregado do Seade, para que proceda à assinatura do termo de encerramento do primeiro volume do processo em tela, encerrado em 29 de setembro de 2010, encaminhando cópia das providências adotadas à AUDIN/Geaud, para composição do file (Arquivo/Pasta de documentos).
Tratamento das Recomendações:
de benedito.aguiar em 18/07/2011 como Pendente Informamos que a recomendação foi acatada, com a aplicação das providências sugeridas, conforme anexo. de jose.santiago em 21/07/2011 como Solucionado Com base na resposta oferecida, conforme anexo enviado, damos como solucionado na integralidade, a recomendação.
Constatação:
1053 - - A motivação e justificativa da contratação, a delimitação completa do objeto do certame, o pedido de autuação

dos procedimentos (fls. 47 a 62), a solicitação de autorização para abertura do procedimento licitatório devem ser atos iniciais à abertura e autuação da licitação e não posteriores a outros procedimentos iniciais não necessariamente prioritários, como por exemplo a cópia do edital de licitação (fls. 6 a 41); - Não se localizou no processo o parecer da Prore acerca da legalidade do procedimento licitatório deflagrado; - Faltaram as assinaturas do pregoeiro e equipe na Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 00012/2007 (fl. 135); - Faltou documento de comunicação formal ao contratado, quanto à renovação do contrato; - Faltaram as assinaturas das testemunhas instrumentárias (fl. 279); - Faltaram as assinaturas das testemunhas instrumentárias no original e cópia do Terceiro Termo Aditivo (fl. 417); - Processo numerado até a folha 546. Faltaram numerar as 24 folhas seguintes anexadas aos autos.

Recomendação:

1053.1 - - Recomendamos à Sureg/TO: a) Mesmo extemporaneamente, providenciar as assinaturas faltantes nos documentos às folhas 135, 279 e 417, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin/Geaud, para composição do file (Arquivo/Pasta de documentos). b) Providenciar ou incluir no processo, mesmo extemporaneamente, se for o caso, o parecer da Prore acerca da legalidade do procedimento licitatório que deu origem ao presente processo, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin/Geaud, para composição do file (Arquivo/Pasta de documentos). c) Providenciar, a numeração a partir da folha 546, das 24 folhas restantes inseridas ao processo, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin/Geaud, para composição do file (Arquivo/Pasta de documentos).

Tratamento das Recomendações:

de benedito.aguiar em 19/07/2011 como Pendente

Idem

de benedito.aguiar em 19/07/2011 como Pendente

Informamos que as recomendações foram acatadas e cumpridas integralmente, conforme se comprova dos documentos anexos.

de em 19/07/2011 como Pendente

Quanto à recomendação "c" informamos que foram providenciadas as numerações faltantes das páginas a partir da número 546.

de jose.santiago em 21/07/2011 como Solucionado

Com base nas respostas oferecidas conforme anexos encaminhados, damos como solucionado na integralidade a recomendação.

Constatação:

1054 - - Os atos de superintendência abaixo listados, são citados no Processo nº 14000.000091/2003-00, de forma genérica, dando a impressão, smj, serem atos que englobam todos os processos de prestação de serviços da Gerência Financeira e Administrativa – GEFAD. Quais sejam: Agente Administrativo de Processos (fl. 169-verso); Ato nº 13 de 5.5.05 (fls. 174 e 242); Ato s/nº de 5.5.05 (fl. 259); e Ato nº 25 de 25.7.06 (fls. 270, 287 e 292); - A Sureg/TO vem fundamentando de forma genérica os extratos de publicação no Diário Oficial da União – DOU, dos contratos e aditivos, omitindo o número dos artigos, incisos, parágrafos e incisos dos parágrafos, da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002; - Dado o custo dessas publicações, a fundamentação praticada fere o contido na Resolução Presi nº 013 de 22.12.10, que estabelece as competências concernentes a licitações e contratos no âmbito da Conab; - Os Contratos sem exceção, apresentam diversos erros na composição e autuação dos processos. Alguns por descumprimento de meras formalidades, outros mais representativos, dificultando as análises; - Em que pese não ter localizado na maioria dos processos, os atos de superintendência, nomeando os fiscais de cada um dos contratos de forma individual, verificou-se com base na relação de Fiscais / Gestores do Contrato, fornecido pela Gecot, que boa parte deles são exercidos pelos próprios pregoeiros, caracterizando a não segregação de função, que vai de encontro com o que determina os normativos vigentes, corroborado pela CI Proge e Dirad nº 053 de 02.02.2011, em especial no seu item 1.

Recomendação:

1054.1 - Recomendamos à Sureg/TO: a) Providenciar, mesmo extemporaneamente, e observando a emissão de forma individual, dos respectivos atos de superintendência, nomeando empregado e pelo menos um substituto legal, para acompanhar e fiscalizar os contratos referentes aos Processos Administrativos de números 00000.009024/2010-00; 14000.000091/2003-00; 14000.000139/2010-06; 21214.000007/2010-76 e 21214.000157/2010-80, devendo cientificá-los, formalmente, acerca das demais atribuições previstas nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, bem como observar o cumprimento da Resolução Presi nº 013 de 22.12.10 e CI conjunta Proge e Dirad nº 053 de 02.02.11, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin/Geaud para composição do file (Arquivo/Pasta de documentos). b) Adotar providências para o cumprimento da Resolução Presi nº 013 de 22.12.10, em especial o subitem 5.1., sob pena de responsabilidade, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin/Geaud para composição do file (Arquivo/Pasta de documentos). c) Determinar, formalmente, à área de secretaria desta Sureg/TO, e/ou às áreas responsáveis pela abertura, autuação e acompanhamento de processos, que observem com mais rigor as Normas da Organização – Sistema de Administração – 60.204, que tratam da padronização dos serviços de documentação, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin/Geaud para composição do file (Arquivo/Pasta de documentos).

Tratamento das Recomendações:

de benedito.aguiar em 18/07/2011 como Pendente

Informamos que a recomendação foi cumprida integralmente, conforme se comprova dos documentos anexos.

de em 21/07/2011 como Solucionado

Com base nas respostas oferecidas conforme anexos encaminhados, damos por atendido na integralidade a recomendação. Outrossim sugerimos sempre que for nomear um fiscal de contrato, que se persista em informá-lo quanto ao contido na Resolução Presi n.º 013 de 22.12.2010, em especial o subitem 5.1.

13.3 – Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno.

A SUREG/TO foi auditada internamente no exercício de 2010, e as notificações relatadas foram atendidas e acatadas pelo Auditor, não havendo pendências.